



Maria Fernanda dos Santos Pereira

PARA UMA LEITURA ENUNCIATIVA DAS SEQUÊNCIAS TEXTUAIS EXPLICATIVA E ARGUMENTATIVA

Dissertação de Mestrado em Linguística: Investigação e Ensino, orientada pela Doutora Maria da Conceição Carapinha Rodrigues, apresentada ao Departamento de Línguas, Literaturas e Culturas da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

2015

• U • C •



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Faculdade de Letras

PARA UMA LEITURA ENUNCIATIVA DAS SEQUÊNCIAS TEXTUAIS EXPLICATIVA E ARGUMENTATIVA

Ficha Técnica:

Tipo de trabalho	Dissertação de Mestrado
Título	Para uma leitura enunciativa das sequências textuais explicativa e argumentativa
Autora	Maria Fernanda dos Santos Pereira
Orientadora	Maria da Conceição Carapinha Rodrigues
Júri	Presidente: Doutora Graça Maria de Oliveira Rio-Torto
	Vogais:
	1. Doutora Ana Cristina Macário Lopes
	2. Doutora Maria da Conceição Carapinha Rodrigues
Identificação do Curso	2.º Ciclo em Linguística: Investigação e Ensino
Área científica	Linguística
Especialidade/Ramo	Linguística Aplicada
Data da defesa	15-10-2015
Classificação	18 valores



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, um agradecimento muito particular à minha orientadora, Professora Doutora Conceição Carapinha, pelo apoio e atenção, bem como pelo carinho manifestados ao longo desta caminhada.

À Professora Doutora Graça Rio-Torto, um agradecimento especial pelo incentivo e pelo gosto pela investigação.

Um agradecimento e um grande apreço pelas docentes do ano curricular do mestrado, Doutoradas Ana Cristina Macário Lopes, Clarinda Maia, Isabel Poço Lopes e Joana Vieira Santos, com as quais muito aprendi e que me incentivaram para os estudos em Linguística.

O meu apreço à minha Escola e ao meu Agrupamento, em particular à direção, aos meus colegas e aos alunos, que me têm estimulado na melhoria constante dos meus desempenhos.

Um agradecimento especial à minha colega e amiga Maria José Brás pela motivação e por me ter proporcionado a recolha do *corpus*, disponibilizando-se para a preparação conjunta das questões e para a sua aplicação.

À minha irmã Alice, ao meu cunhado Pedro e ao meu sobrinho Diogo, pelo apoio e pelo carinho.

Por fim, aos meus pais, em especial à minha mãe, pelo incentivo, pela coragem e pelo exemplo.

RESUMO

As sequências textuais explicativas e argumentativas configuram-se as dominantes em diversos gêneros textuais que ocupam um primeiro plano no recente Programa e Metas de Português do ensino secundário.

Por nos parecer que é possível partir das sequências textuais básicas para abordar, depois, alguns gêneros textuais distintos (não constituindo, no entanto, nosso objetivo a problematização dessas relações) e que, sendo pertinente na nossa área profissional, não tem sido alvo de grande atenção, elegemos como tópico de trabalho a dimensão enunciativa das sequências textuais explicativa e argumentativa.

O nosso objetivo é contribuir para a realização de um trabalho pedagogicamente mais apurado em torno das sequências textuais, uma vez que um maior conhecimento das estruturas textuais e da sua organização permitirá aos alunos reconhecê-las e usá-las em diferentes gêneros textuais.

Para dar consecução aos nossos objetivos, baseámo-nos, principalmente, nos trabalhos de Adam sobre as sequências textuais; para a enunciação e dêixis recorreremos aos estudos de Benveniste e Kerbrat-Orecchioni, enquanto o tratamento da polifonia linguística foi fundamentado pelos estudos de Ducrot e pela investigação de Vion e Fløttum. Ao ampliar o âmbito da noção de ‘pessoa’ de Benveniste com a introdução da categoria do ‘ponto de vista’, complementou-se a noção de subjetividade e intersubjetividade.

O *corpus* que sustentou o estudo foi recolhido com base em produções de sequências textuais explicativas e argumentativas, produzidas por alunos do 12.º ano.

A análise tentou demonstrar que aspetos enunciativos, como a dêixis e a polifonia, constituem fatores distintivos prototípicos destas duas sequências textuais, o que pode vir a facilitar a compreensão e produção de textos pelos alunos.

Palavras-chave: enunciação, dêixis, polifonia, sequência textual explicativa e argumentativa.

ABSTRACT

The expository and argumentative sequences constitute the major textual sequences in different textual genres occupying a central focus (constituting one of its primary aims) in the recently reviewed program of the Portuguese discipline of secondary school.

Although we argue that it is possible to analyze different textual genres based on basic textual sequences this relationship does not constitute our research goal. Instead, we have selected a subject no yet extensively studied, in the European Portuguese domain, even though it is relevant in our professional area: the enunciative dimension of the expository and argumentative textual sequences.

Our aim is to contribute to the understanding of a pedagogically more accurate work about the textual sequences, since a deeper knowledge of textual structures and of their organization will enable students to recognize and use them in different textual genres.

To attain our goals we have based our analysis mainly on Adam's work on textual sequences; for enunciation and deixis, we have resorted to the study by Benveniste and Kerbrat-Orecchioni, and the linguistic polyphony study was supported by studies of Ducrot, Vion and Fløttum. We extended Benveniste's concept of 'person' by introducing the category of 'point of view', and as a result, we obtained a better notion of subjectivity and inter-subjectivity

The study was supported by a *corpus* collected from expository and argumentative textual sequences produced by students of the 12th grade.

The analysis seems to demonstrate that enunciative aspects, such as deixis and polyphony, are prototypical distinctive factors of these two textual sequences, which can facilitate the understanding and production of texts by students.

Keywords: Enunciation, deixis, polyphony, expository and argumentative textual sequences.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO	4
1. Texto / Discurso / Enunciado	4
2. Tipologias textuais	6
2.1. Classificar textos	6
2.2. Classificações textuais: tipos de discurso, géneros discursivos/textuais, tipos de textos e sequências textuais	8
2.3. Tipos de sequências textuais:	12
2.3.1. Sequência explicativa	15
2.3.2. Sequência argumentativa	20
3. Questões de enunciação	26
3.1. Dêixis	29
3.1.1. Dêiticos	30
3.1.2. Tipologias da deixis	32
3.1.3. Emergência da subjetividade na linguagem	39
3.2. Polifonia	40
3.2.1. Negação	43
3.2.2. Ironia	45
3.2.3. “Îlots textuels”	46
3.2.4. Conectores	47
3.2.5. Modalização	50
CAPÍTULO II – METODOLOGIA E <i>CORPUS</i>	54
1. Processo de recolha do <i>corpus</i>	54
2. Perfil dos informantes	56
3. Metodologia do estudo	56
CAPÍTULO III – ANÁLISE DO <i>CORPUS</i> – LEITURA QUANTITATIVA E QUALITATIVA	58
1. Leitura quantitativa	58
2. Leitura qualitativa	77
3. Propostas de didatização	84
CAPÍTULO IV – CONSIDERAÇÕES FINAIS	98
BIBLIOGRAFIA	101

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1:	Ocorrência da dêixis na sequência explicativa	51
Figura 2:	Distribuição das tipologias da dêixis: pessoal, temporal e espacial na sequência explicativa	59
Figura 3:	Dêixis pessoal – distribuição da 1ª pessoa do singular e da 1ª pessoa do plural na sequência explicativa	60
Figura 4:	Distribuição das tipologias da dêixis: pessoal, temporal e espacial nos textos predominantemente argumentativos	63
Figura 5:	Dêixis pessoal – distribuição da 1ª pessoa do singular e da 1ª pessoa do plural nos textos predominantemente argumentativos	64
Figura 6:	Ocorrência da negação na sequência explicativa	67
Figura 7:	Distribuição dos conectores na sequência explicativa	68
Figura 8:	Distribuição dos conectores de causa-consequência na sequência explicativa	68
Figura 9:	Distribuição dos conectores contrastivos na sequência explicativa	68
Figura 10:	Ocorrência de modalizadores na sequência explicativa	69
Figura 11:	Distribuição dos modalizadores epistêmicos e deônticos na sequência explicativa	70
Figura 12:	Ocorrência da negação em textos predominantemente argumentativos	73
Figura 13:	Distribuição dos conectores em textos predominantemente argumentativos	73
Figura 14:	Distribuição dos conectores contrastivos em textos predominantemente argumentativos	74
Figura 15:	Distribuição dos conectores de causa-consequência em textos predominantemente argumentativos	74
Figura 16:	Ocorrência de modalizadores em textos predominantemente argumentativos	75
Figura 17:	Distribuição de modalizadores epistêmicos e deônticos em textos predominantemente argumentativos	75
Figura 18:	Ocorrência dos “Îlots textuels” em textos predominantemente argumentativos	76
Figura 19:	Ocorrência de perguntas de retórica em textos predominantemente argumentativos	77

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1:	Tipos de texto e respectivas operações cognitivas, segundo Werlich	11
Quadro 2:	Estruturação sequencial dos textos	14
Quadro 3:	Estrutura da sequência explicativa prototípica	17
Quadro 4:	Aplicação do protótipo sequencial explicativo	19
Quadro 5:	Estrutura da sequência argumentativa prototípica	22
Quadro 6:	Análise textual dos discursos	26
Quadro 7:	Distribuição da dêixis na sequência explicativa	58
Quadro 8:	Distribuição da dêixis em textos predominantemente argumentativos	61
Quadro 9:	Distribuição da polifonia na sequência textual explicativa	65
Quadro 10:	Distribuição da polifonia em textos predominantemente argumentativos	71

INTRODUÇÃO

No nosso quotidiano, são frequentes os momentos em que devemos recorrer a explicações e a justificações/argumentações relacionadas com os nossos atos, conhecimentos, desejos, entre outros. Para isso, ativamos as sequências textuais correspondentes que podemos depois inserir nos diferentes géneros que usamos diariamente, quer na escrita quer na oralidade.

São, então, as sequências textuais explicativas e as argumentativas que se configuram as dominantes em textos de apreciação crítica, em textos de opinião e em textos de natureza expositiva. Pela importância que assumem no desenvolvimento do raciocínio e do discurso estruturados e do espírito crítico nos jovens, e em qualquer cidadão, estes géneros textuais ocupam um primeiro plano nos recentes Programas e Metas de Português do 3.º ciclo do ensino básico e do ensino secundário.

No entanto, julgamos que o domínio que cruza as relações entre ‘texto’ e ‘género’ ainda não está suficientemente explorado e clarificado (nos atuais programas de português), e seria útil que o estivesse, por causa das implicações pedagógicas que tem. De facto, parece-nos que é possível partir dos tipos textuais básicos para abordar, depois, alguns géneros textuais distintos. Não constituindo nosso objetivo a problematização dessas relações, elegemos como tópico de trabalho um aspeto relacionado com esta ampla e complexa temática e que, sendo pertinente na nossa área profissional, não tem sido alvo de grande atenção: referimo-nos à dimensão enunciativa das sequências textuais.

A noção de sequência textual, atribuída a Adam (1987), tem origem na discussão gerada em torno da questão da tipologia textual. As diferentes tipologias apresentadas por diversos autores baseiam-se em critérios mais internos (ou linguísticos), em critérios mais externos (ou pragmáticos) ou ainda numa combinação de ambos. Adam, por seu turno, defendendo a ideia de que um texto é sempre um fenómeno muito complexo, advoga o abandono das tipologias textuais para se centrar na noção de sequência textual, uma unidade de análise menor e teoricamente mais manuseável. Entendida como entidade autónoma, dotada de uma organização própria, constituída por macroproposições que, por sua vez, são formadas por proposições, uma sequência textual é a unidade que, sozinha ou, tipicamente, em conjunto com outras sequências textuais, permite a construção de textos.

Por outro lado, a linguística da enunciação constitui também uma área de investigação ampla e heterogénea. A consideração e a discussão da subjetividade e da forma como esta marca a sua presença na linguagem e nos discursos constituem um dos traços comuns nas diferentes teorias que nela cabem. E se bem que possamos englobar nesta linguística da enunciação teorias e autores em si mesmo muito diversos, e na efetiva impossibilidade de tudo analisar,

selecionámos apenas alguns aspetos da teoria de Benveniste – a dêixis, e da teoria de Ducrot – a polifonia, como elementos adjuvantes na caracterização das sequências textuais em análise.

Para dar consecução aos nossos objetivos, basear-nos-emos, principalmente, nos trabalhos de Adam sobre as sequências textuais; para a enunciação e dêixis recorreremos aos estudos de Benveniste e Kerbrat-Orecchioni, enquanto o tratamento da polifonia linguística será fundamentado pelos estudos de Ducrot e pela investigação de Vion e Fløttum. O conceito de ‘repérages énonciatifs’ (Adam: 1992: 17, 21, 23-24), que diz respeito a marcas de pessoa, tempo e lugar, será alargado com os estudos sobre polifonia; ao introduzir-se a categoria do ‘ponto de vista’, ampliar-se-á o âmbito da noção de ‘pessoa’ de Benveniste e complementar-se-á a noção de subjetividade e intersubjetividade.

Julgamos importante sensibilizar os alunos para a questão da subjetividade e da intersubjetividade, para a questão da presença do sujeito ou dos vários sujeitos que é possível apreender na superfície textual das sequências explicativa e argumentativa. Mais uma vez, cremos que os programas não enfatizam de forma clara as possíveis relações entre as noções de subjetividade (presença de marcas deícticas) e de polifonia e as de sequência textual, e pensamos que esta noção (sequência textual) pode ser enriquecida e clarificada se acrescida da dimensão enunciativa.

Neste sentido, pretendemos investigar a possibilidade de caracterizar e distinguir as sequências textuais explicativa e argumentativa, através de fenómenos enunciativos, como a dêixis e a polifonia.

Por conseguinte, os objetivos do nosso estudo foram balizados pelas seguintes questões:

- i) O que caracteriza uma sequência explicativa e uma sequência argumentativa?
- ii) Existem marcas enunciativas (dêixis e polifonia) nestas duas sequências?
- iii) Em que medida a dimensão enunciativa poderá contribuir para a caracterização das duas sequências?

Definimos, pois, como objetivos maiores desta dissertação de mestrado a caracterização teórica destas duas sequências, a sua análise à luz das estratégias enunciativas atrás mencionadas e o esboço de uma abordagem didática destes tópicos.

Adotámos uma metodologia de natureza eminentemente descritiva, partindo de produções escritas de alunos pré-universitários (12.º ano). Constituímos uma amostra de 27 alunos, do curso de Ciências e Tecnologias, a que foi pedida uma tarefa específica: a construção de duas sequências, uma de carácter explicativo e outra de carácter argumentativo, a partir de dois

temas distintos que serviram de estímulo para a produção escrita. Os dados recolhidos foram analisados estatisticamente, e sujeitos depois a uma avaliação de cariz qualitativo. Como tentaremos demonstrar através da interpretação dos dados, aspetos enunciativos, como a dêixis e a polifonia, constituem fatores distintivos prototípicos destas duas sequências textuais, o que pode vir, se bem sistematizado, a facilitar a compreensão e produção de textos pelos alunos.

A dissertação está dividida em três capítulos, para além da introdução e da conclusão.

No primeiro, dividido em três itens, discutem-se os conceitos de 'texto', 'discurso' e 'enunciado'; depois, problematiza-se o tema das tipologias textuais e caracterizam-se, de um ponto de vista teórico-prático, as sequências explicativa e argumentativa; finalmente, introduzem-se os conceitos de dêixis e de polifonia e apresenta-se uma proposta de leitura enunciativa das sequências textuais em análise.

O segundo capítulo descreve a metodologia usada: o perfil dos informantes, a apresentação das tarefas e o tipo de *corpus* obtido.

O terceiro e último capítulo discute os resultados obtidos – em termos quantitativos, mas também qualitativos – e apresenta uma proposta de didatização sobre o tema em causa.

CAPÍTULO I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO

1. TEXTO, DISCURSO, ENUNCIADO

Sendo nosso objetivo verificar de que forma a dêixis e a polifonia se manifestam ao nível das tipologias textuais, especialmente nos protótipos textuais explicativo e argumentativo, sentimos necessidade de, num primeiro momento, atentar na noção de ‘texto’.

É lugar-comum associar um ‘texto’ a um produto verbal escrito (Stubbs, 1983: 9), constituído por várias frases, que não surgem isoladas ou desligadas umas das outras, mas antes concatenadas e dotadas de “sentido e unidade” (Mateus *et al.*, 2003: 87). Na caracterização geral de ‘texto’ tem-se apontado, portanto, como traço essencial, a “escrituralidade” (Vilela, 1999: 400), opondo-se, assim, ao ‘discurso’ que aponta para material linguístico oral¹.

Outros investigadores, no entanto, apresentam uma diversa concetualização dos dois termos. No quadro da Linguística Textual, por exemplo, Jean-Michel Adam (1999) também distingue estes dois conceitos, ‘texto’ e ‘discurso’, tendo por base o modo de abordagem do produto linguístico. O autor defende que o texto é um objeto de estudo que pode ser analisado de forma imanente, enquanto o discurso abre a análise a considerações de natureza extralinguística, ou melhor, contextual. Por outras palavras, e de acordo com o autor,

“les domaines du texte et du discours sont à la foi différents et complémentaires. Nous avons besoin du concept de texte, d’une part, pour expliquer la complexité des agencements de phrases (objet de la linguistique transphrasique ou de ce que certains appellent encore “grammaires de texte”) et, d’autre part, pour tenir compte de l’irréductible de chaque énoncé-texte singulier (les énoncés-textes complets que nous analysons). Nous avons besoin du concept de discours pour mettre le texte em relation avec ce qui motive la production et l’interprétation, pour interroger son inscription dans les pratiques discursives réglées socialement et historiquement par les genres de discours.” (Adam, 2005).

Na mesma linha, Mey (1993: 187) afirma: “Discourse is different from text in that it embodies more than just the text, understood as a collection of sentences (...). Discourse is what makes the text context-bound, in the widest sense of the term.”

Como se constata, ambos os autores distinguem as noções de ‘texto’ e de ‘discurso’, articulando a primeira com a estrutura linguística e a segunda com a inserção desta estrutura num contexto concreto, resultando, portanto, de condições de produção específicas.

Entretanto, em obras mais recentes, o próprio Adam já não estabelece essa linha divisória entre os dois conceitos, optando por defender uma análise textual dos discursos, uma teoria que, partindo de textos concretos e da análise das suas microestruturas, ultrapassa essa limitação

¹ Note-se que muitos destes produtos podem resultar de um texto escrito, como é de registar em muitos dos discursos dos políticos e das comunicações de conferencistas, bem como nos conhecidos *Sermões* de Padre António Vieira, isto é, geralmente em situações muito formais de comunicação. Nascimento (2013) também refere que muito dos textos da rádio e da televisão são “‘re-produzidos’ oralmente”.

para examinar a sua inserção em contexto, situação socio-histórica particular que determina, tanto quanto é determinada pelo discurso que nela ocorre. Diz o autor:

“Il ne faut pas oublier que nous n’avons pas accès au contexte comme donnée extralinguistique objective, mais seulement à des (re)constructions par des sujets parlants (...).D’un point de vue linguistique, nous pouvons, dire que le contexte entre dans la construction du sens des énoncés”².

Esta nova orientação, que aproxima os dois conceitos, é também partilhada por outros autores. Chafe afirma que os termos ‘texto’ e ‘discurso’ são usados de forma diferenciada por diversos investigadores, embora, em todos os casos, ele reconheça a mesma preocupação com a análise do transfrásico. A propósito dos dois conceitos, o autor afirma que “Both terms may refer to a unit of language larger than the sentence; one may speak of a ‘discourse’ or a ‘text’” (Chafe, 1992: 356, 2003: 439-440). Também Fonseca (1992: 105) os considera sinónimos, apresentando como texto ou discurso qualquer segmento linguístico de extensão variável, dotado de unidade semântica e relevância pragmática. Halliday e Hasan, dois dos fundadores dos estudos sobre a textualidade, já haviam, porém, enfatizado a mesma ideia, muitos anos antes; para eles, qualquer “piece of language that is operational, functioning as a unity in some context or situation (...) spoken or written, in any style or genre” (1976: 293) seria uma boa definição desta entidade texto/discurso.

‘Texto’ e ‘discurso’ apontam, assim, para o mesmo conceito, e designam qualquer produto verbal, oral ou escrito, de extensão variável, “dotado de sentido e unidade” (Duarte, 2003: 87) e de uma finalidade pragmática.

Partilhamos, pois, o ponto de vista de Lopes e Carapinha que consideram os dois termos como sinónimos e afirmam o seguinte:

“a viragem para o texto/discurso facilitou a perceção de que a análise estritamente linguística desta unidade, ao nível *microestrutural*, embora legítima, pode ser (e só tem a ganhar se for) completada com uma avaliação da componente propriamente textual, ou seja, com uma visão *macroestrutural* e, mais ainda, enriquecida com a mobilização de dados relevando da componente situacional de que qualquer texto é sempre tributário” (2013: 17).

É esta aceção que adotaremos no presente trabalho, no qual usaremos, preferencialmente, o termo ‘texto’.

No entanto, esta possível reflexão em torno dos termos ‘texto’ e ‘discurso’ não tem sido aproximada, pelos investigadores, às teorias da enunciação, de raiz francesa, que apresentam outro termo concorrencial: enunciado. Ora, poderemos pensar que também um enunciado corresponde a um texto/discurso. Um enunciado é, para Benveniste, o resultado da atividade linguística do falante, isto é, enunciados são todos os segmentos linguísticos produzidos pelos

² in *Pratiques* 129-130, p. 4 (2006).

“actes discrets et chaque fois uniques par lesquels la langue est actualisée en parole par un locuteur.” (Benveniste, 1966: 251).

Poderemos, então, tomar também como sinónimo do outro par o termo ‘enunciado’? A um primeiro olhar, os termos ‘texto’, ‘discurso’ e ‘enunciado’ parecem partilhar, pelo menos parcialmente, o campo daquilo que é comumente designado por ‘produções verbais’. Porém, o termo ‘enunciado’ tem tido um uso bastante ambíguo, apontando para diferentes definições, nem sempre facilmente conciliáveis entre si. Ducrot e Schaeffer (1995: 250) definem-no como a realização de uma frase em determinada situação, o que poderia aproximá-lo do conceito de discurso. Maingueneau (1991: 8), em contrapartida, distingue claramente os dois termos:

“(…) quand on emploie le terme «discours» dans le cadre des théories de l’énonciation, ce n’est pas pour renvoyer à une unité de dimension supérieure à la phrase, ni pour considérer les énoncés du point de vue de leurs conditions de production socio-historiques, mais c’est pour rapporter l’énoncé à l’acte d’énonciation qui le supporte.”

Também com o intuito de distinguir os dois termos, Guespin (1971: 10) avança que “un regard jeté sur un texte du point de vue de sa structuration «en langue» en fait un énoncé; une étude linguistique des conditions de production de ce texte en fera un discours.” Por esta via, o conceito de ‘enunciado’ poderia ser tomado como sinónimo de ‘texto’, de acordo com as propostas de Adam (2005) e Mey (1993). Mas também esta interpretação não é consensual, pois de acordo com Adam (1992: 15), “un énoncé, au sens d’objet matériel oral ou écrit, d’objet empirique, observable et descriptible, n’est pas le texte, objet abstrait (...)”.

No termo deste périplo pelas diferentes definições, é pertinente afirmar que os três termos em causa podem ter ou não a mesma interpretação, dependendo, sobretudo, dos autores e das correntes linguísticas que os convocam. De qualquer modo, o desenvolvimento das teorias pragmáticas, muito ligadas ao universo investigativo anglo-saxónico, e das disciplinas da Análise do Discurso e da Linguística Textual acabaram por relegar o termo ‘enunciado’, muito dependente de certas correntes da Linguística Francesa, para um plano bastante secundário. Nesta sequência, o conceito de ‘enunciado’ acabou por ficar afeto a uma área específica da investigação: as teorias da enunciação.

2. TIPOLOGIAS TEXTUAIS

2.1. CLASSIFICAR TEXTOS

Todos os textos, orais ou escritos, apesar de singulares, apresentam regularidades, quer ao nível dos conteúdos, da seleção de vocabulário, da sua estrutura e organização, quer no que toca aos objetivos que pretendem alcançar, entre outros. Portanto, e apesar da sua heterogeneidade, é possível agrupar, em determinadas classes, a infinita diversidade dos textos.

Ora, quando se quer proceder a uma classificação textual, deparamo-nos com a possibilidade de agrupar textos, através da identificação de propriedades que definem cada conjunto textual.

Classificar textos é, todavia, uma atividade relativamente complexa. Um só texto pode ser diversamente rotulado em função dos critérios escolhidos para o classificar. Apontamos, a título de exemplo, a seguinte demonstração de Silva (2012):

“um texto redigido por um escritor pode ser integrado na classe dos textos literários (se considerarmos o ‘tipo de discurso’ definido com base na área socioprofissional do seu autor), na classe dos romances (se considerarmos a classificação em ‘género literários’) e, ainda, na classe dos textos predominantemente narrativos (se considerarmos uma tipologia em ‘tipos de texto’)”.

Parafraseando o mesmo autor, podemos afirmar que é possível obter distintas classificações textuais partindo de critérios de natureza diversa (Silva, 2012: 12).

Nunca é demais enfatizar a importância destas possíveis classificações. Quer enquanto falantes quer enquanto ouvintes, é essencial conferir uma ordem aos textos (lidos, ouvidos e produzidos), isto é, é essencial saber reconhecer “um certo ‘ar de família’ em diferentes instâncias textuais” (Lopes & Carapinha, 2013: 24). Esse conhecimento permite-nos não apenas optar por entre a possibilidade de contar uma história, de descrever uma situação ou de explicar um assunto, opção essa que decorre da situação de comunicação e das suas restrições, mas também funciona como guião para uma adequada e eficaz interpretação.

Por outro lado, há outro tipo de vantagens em classificar textos, isto é, em agrupar textos que à partida se mostram objetos únicos. Silva (2012: 31) apresenta vários motivos que justificam esta atividade: i) a possibilidade de coabitarem, sob uma mesma designação, objetos singulares e heterogéneos, deixando de ser observados como entidades avulsas e desordenadas; ii) a possibilidade de a etiqueta que abrange um conjunto de textos poder condensar informação diversa sobre os textos sem ser necessário explicitá-la exaustivamente; e, por fim, iii) o facto de a classificação facilitar a organização de livros, por exemplo, numa biblioteca, já que as obras são distribuídas segundo critérios mais ou menos universais.

Parece-nos fundamental, todavia, enfatizar uma outra questão talvez ainda não devidamente equacionada: a importância da classificação de textos no domínio da didática das línguas. Com efeito, é fundamental que os alunos contactem não com um conjunto de textos avulsos, mas com tipos específicos de textos que lhes permitam dominar a produção e a interpretação de um conjunto, ainda que básico, de formas textuais. Uma classificação, baseada em critérios rigorosos, permitirá ao docente apresentar restrições organizacionais, características linguísticas, estrutura informacional, funções comunicativas, radicação

contextual para cada tipo de textos, orientações que permitirão ao aluno apreender e dominar a ‘mecânica’ das narrações, das descrições, das argumentações, etc. (Bassols e Torrent, 2003: 14).

Devemos, no entanto, referir que identificar um texto como pertencente a uma determinada “família de textos” implica conhecermos as várias classificações textuais e os critérios em que assentam. Temos igualmente de referir que a terminologia que prolifera sobre classificação de textos não é consensual e, por isso, procuraremos clarificar e organizar os conceitos que iremos usar.³

2.2. CLASSIFICAÇÕES TEXTUAIS: TIPOS DE DISCURSO, GÊNEROS DISCURSIVOS/TEXTUAIS, TIPOS DE TEXTOS E SEQUÊNCIAS TEXTUAIS

De entre as várias classificações possíveis, podemos destacar a de Petitjean (1989), que propõe a designação de ‘tipos de discurso’ para referir as tipologias enunciativas, as comunicacionais e as situacionais.

No âmbito das primeiras, salientamos a oposição avançada por Benveniste (1966) entre enunciação histórica e enunciação discursiva. No modo enunciativo histórico, o universo referencial está relativamente desligado da situação de enunciação e da voz, subjetiva, do sujeito enunciador, enquanto que o modo de enunciação discursiva está estreitamente dependente do momento e das circunstâncias da enunciação.

As tipologias comunicacionais reportam-se às funções que um determinado texto/discurso cumpre num contexto comunicativo. Se o quadro das funções da linguagem avançado por Jakobson cabe por inteiro neste âmbito, também as tipologias de atos ilocutórios de Austin (1962) e Searle (1969) podem ser incluídas neste grupo.

Por último, as tipologias situacionais abrem a linguagem e os textos/discursos aos contextos socioculturais e profissionais e, por esta via, aproximam-se mais do conceito de ‘género’, que analisaremos de seguida.

Em rigor, é para designar, especificamente, o texto/discurso decorrente desta última esfera – a socioprofissional – que Petitjean reserva a expressão ‘tipos de discurso’.

Os ‘tipos de discurso’ definem-se, pois, em função das atividades socioprofissionais de uma comunidade, o que leva a perceber que é uma classe dinâmica. São exemplo de tipos de discurso o discurso jornalístico, jurídico, científico, entre outros. Não se pode fazer um levantamento de todos os tipos de discurso, visto que são delimitados de acordo com as áreas de

³ Concordamos com Lopes & Carapinha (2013) que há necessidade de estabelecer consensos, de forma a que se possa fazer utilização pedagógica dos conceitos.

atividade socioprofissional de uma comunidade, que são múltiplas e variadas e com possibilidade de criação de novas áreas profissionais.

Na sequência da classificação de Petitjean, é pertinente analisar agora o conceito de ‘gêneros discursivos’ (ou textuais), sobretudo porque como o conceito de ‘gênero textual’ se revela um conceito emergente no Programa e Metas de Português do ensino secundário de 2014, e possibilita uma articulação pedagógica com o conceito de ‘sequências textuais’, não queremos deixar de dar alguma atenção a esta classificação.

Se o conceito de ‘tipos de discurso’ designa as produções verbais geradas apenas no âmbito de uma atividade profissional, o conceito de ‘gêneros textuais’ é mais amplo, englobando todos os textos/discursos que circulam em sociedade, independentemente da sua radicação profissional.

O conceito de ‘gênero textual’ tem mostrado uma enorme instabilidade definitória. Todavia, tem sido dado destaque à sua ancoragem sociológica, visto que os gêneros textuais estão vinculados às interações linguísticas da sociedade. Miranda (2012: 122) refere que:

“os gêneros são concebidos como formatos textuais relativamente estabilizados – e, portanto, dinâmicos – que se associam a diversas atividades de linguagem (ou em termos bakhtinianos – as diferentes “esferas de utilização da língua”). São atividades sociais e de linguagem, tais como a familiar, a jornalística, a publicitária, a administrativa, a literatura, a jurídica, a comercial, etc.”⁴

Os gêneros têm, de facto, uma ancoragem sociocultural indelével e são menos estáveis diacronicamente. Segundo Marcuschi (2002: 19), são “altamente maleáveis, dinâmicos e plásticos.” Sendo práticas sócio-discursivas constitutivas de atividades comunicativas socialmente sancionadas, vão-se alterando e adequando às necessidades dos falantes que operam nessas áreas, assim como vão surgindo ou desaparecendo em função das condicionantes sociais.

Segundo Adam (1997: 678), os ‘gêneros textuais’ são convenções sociais que se encontram em tensão entre dois princípios contraditórios (mas complementares): i) ‘um princípio de fechamento’, ligado ao aspeto normativo, à convenção e reprodução do mesmo modelo; este princípio define a identidade do produto verbal quanto ao gênero (sendo indispensável para a compreensão entre os falantes); ii) ‘um princípio de abertura’, ligado à subversão, à diversidade e à diferença, que abre os gêneros à inovação e à variação (este princípio proporciona a diversidade e a criatividade textuais).

Por esta razão, podem surgir gêneros novos que respondem a necessidades sociais entretanto criadas, como se pode ver pelo surgimento de novas tecnologias e pelas novas formas

⁴ Miranda refere que o Interacionismo Sociodiscursivo tem contribuído para o estudo dos gêneros.

de interação a elas ligadas (teleconferência; videochamada, etc.), ao passo que outros gêneros caem em desuso (veja-se a carta informal/pessoal que vem sendo substituída por gêneros relacionados com os avanços tecnológicos, tais como o *e-mail*, o telemóvel (ao nível da interação, para além do seu uso como telefone, os *smartphones* têm funcionalidades idênticas ao computador), o *skype*, por exemplo.

Em síntese, as classes que integram os ‘gêneros discursivos/textuais’ são dinâmicas, não estáticas e abertas, uma vez que as características de cada gênero podem estar sujeitas à variação e, como os gêneros estão ancorados sócio-historicamente, podem ser atualizados de acordo com as atividades sociais, surgindo novos gêneros e abandonando-se outros existentes.

Neste sentido, conforme assinalam Lopes & Carapinha (2013: 27), os gêneros são definíveis mais pelas suas características funcionais e pelos condicionamentos sociopragmáticos da sua utilização do que propriamente pelos seus traços formais.

Consequentemente, entende-se, de acordo com Miranda (2012), que os gêneros possam ser “reutilizados” enquanto modelos fora do seu contexto original.⁵ Eles “podem (...) separar[-se] das motivações que lhes deram origem, para se tornarem autônomos e, assim, ficarem disponíveis para a expressão de outras finalidades” (Bronckart, 2006: 144, *apud* Miranda, 2012), tal como outras atividades humanas.

Na conclusão do artigo, Miranda (2012: 135) tece algumas considerações finais que julgamos relevantes. Por um lado, a autora questiona-se se “é realmente possível e necessário inventariar os diversos domínios de atividades”, pois, na sua perspetiva, partilhada com Bronckart, todo e qualquer levantamento não conseguirá contemplar todas as áreas de atividade, considerando assim “que qualquer listagem apenas pode ser indicativa e aproximada.” Por outro lado, também salienta que este inventário pode ser “necessário para algumas abordagens empíricas (por exemplo, (...) em situação de ensino). Contudo, sempre será um recorte artificial, parcial e, provavelmente, redutor.”

Apesar de, no global, concordarmos com a posição de Miranda (2012), partilhamos, com Silva (2012: 84-85), a possibilidade de articular os ‘tipos de discurso’ com os ‘gêneros textuais’, ainda que de forma incompleta e não exaustiva, já que em situação pedagógica tal pode ser facilitador de aprendizagens.

Por oposição aos ‘gêneros discursivos/textuais’, que se baseiam em critérios diversos e configuram uma classe aberta, uma outra proposta de classificação – a tipologia textual – tem por base um único critério e define-se como uma classe fechada. Os ‘tipos textuais’ baseiam-se

⁵ Miranda (2012) apresenta vários exemplos, entre eles um anúncio (da AMI) que imita outro gênero, nomeadamente a bula, com indicação da Posologia, das Propriedades, dos Efeitos Secundários, das Recomendações e das Indicações.

em características internas dos textos, ou seja, “em traços linguísticos dos próprios textos” (Nascimento: 2013: 1747).

Foi uma classificação de Werlich (1975) que definiu cinco tipos de textuais: narrativos, descritivos, argumentativos, expositivos e instrucionais. A distinção residia na organização cognitiva dos conteúdos e nos processos psicológicos necessários, explicitando o funcionamento dos textos através do estabelecimento de determinadas operações cognitivas inerentes à produção e à compreensão textuais. Estes tipos incluem textos completos de extensão variável, heterogêneos e com uma dominante que vai determinar o tipo textual.

No quadro seguinte, procuramos sistematizar os tipos textuais segundo Werlich e as respetivas operações cognitivas subjacentes.

Tipos de texto	Procedimentos cognitivos
Textos narrativos	<ul style="list-style-type: none">• Perceção das ações no tempo Ações realizadas por uma ou mais entidades, que decorrem num determinado período de tempo
Textos descritivos	<ul style="list-style-type: none">• Perceção das entidades no espaço Exemplos: retratos físicos de personagens, caracterização e enumeração de partes de uma casa, paisagem
Textos argumentativos	<ul style="list-style-type: none">• Avaliação, julgamento e tomada de posição Exemplos: debates parlamentares entre diferentes bancadas, conversa entre familiares/amigos/colegas sobre uma decisão a tomar
Textos expositivos	<ul style="list-style-type: none">• Análise e síntese de representações conceptuais Exemplos: manuais escolares com explicação de diferentes conceitos, como o sistema circulatório
Textos instrucionais	<ul style="list-style-type: none">• Antevisão de comportamentos futuros Planificação cronológica de eventos Exemplos: receitas culinárias, instruções de montagem de um móvel

Quadro I: Tipos de texto e respetivas operações cognitivas, segundo Werlich.

Todavia, há que acrescentar que cada um destes tipos de texto também se caracterizaria pela presença de determinados traços linguísticos, tais como, por exemplo, o uso de determinados tempos verbais para o tipo narrativo, descritivo ou instrucional ou de certos articuladores lógicos, no tipo argumentativo e expositivo.

Na sequência deste trabalho, Adam (1985) apresentou também uma tipologia textual com oito tipos textuais de base: o narrativo; o descritivo; o argumentativo; o explicativo; o prescritivo; o preditivo; o conversacional e o retórico. Facilmente se verifica que para além dos

cinco tipos textuais coincidentes com o modelo de Werlich, Adam apresenta mais três numa clara tentativa de abarcar outros textos e, sobretudo, o literário⁶.

Contudo, num momento posterior, Adam (1992) reduz para cinco tipos o seu modelo (narrativo; descritivo; dialogal; explicativo e argumentativo) e é importante também compreender a razão por que Adam renunciou, nessa mesma obra, à noção de tipos textuais para adotar outra designação: sequências textuais. Segundo o autor, a entidade 'texto' (entendendo-o aqui como uma sequência de frases que cumprem um certo objetivo comunicativo) é demasiado complexa e heterogénea para permitir a apreensão de regularidades. Se observarmos um texto completo, raramente podemos afirmar que é exclusivamente narrativo ou descritivo (ou outro tipo textual), mas predominantemente narrativo ou descritivo, pois um texto narrativo pode conter fragmentos descritivos, dialogais e/ou argumentativos. A ideia é a de que qualquer texto manifesta, geralmente, heterogeneidade textual. A este propósito, Adam (2005: 21) afirma que em 1992, em *Les textes: types et prototypes*, desenvolveu duas teses: i) não existem tipos ao nível do texto, mas ao nível da sequência; ii) só existem protótipos e não tipos. Esta segunda tese acentua um princípio de categorização que ele resume desta forma:

“la catégorisation d'un texte se fait par un jugement prototypique ou par air de famille (tendances, faisceaux de régularités, dominante, gradients de typicalité) plutôt que par une classification fondée sur une grammaire de critères fixes et stricts.”

Ao longo da sua investigação, Adam observou esta heterogeneidade composicional dos textos relativamente aos tipos de fragmentos que incluem e considerou que uma tipologia não devia incidir na totalidade dos textos, “mas em unidades homogéneas e menores, quer em termos de extensão, quer, especialmente, em termos de complexidade composicional: as sequências textuais” (Silva, 2102: 119).

2.3. TIPOS DE SEQUÊNCIAS TEXTUAIS

Adam estabelece como objeto de trabalho os diferentes 'tipos de sequências textuais' que integram o texto para definição da sua proposta de tipologia.

O autor define as sequências da seguinte forma:

“des unités compositionnelles supérieures à la phrase-période, mais très inférieures – mis à part le cas relativement rare des textes très courts mono-séquentiels – à l'unité globale que l'on peut appeler texte”⁷.

⁶ Adam entendeu que os textos prescritivos poderiam incluir-se nos textos descritivos pelo seu carácter descritivo de ações, enquanto que os textos poéticos não manteriam uma estrutura hierárquica organizada em proposições.

⁷ In “Genres, textes, discours: pour une reconception linguistique du concept de genre”, p. 667.

Isto significa que qualquer texto é composto por sequências. É de referir que são poucos os textos atestados constituídos por uma ou mais sequências de um único tipo. No seio de um todo que é o texto, sempre heterogêneo, é possível delimitar espaços textuais distintos entre si (as sequências) que mostram, cada um deles, homogeneidade, unidade e sentido.

Através das sequências, a observação de regularidades na estrutura composicional dos textos torna-se possível.

No entanto, há ainda que fazer intervir uma outra distinção: a entidade texto é constituída por 'sequências' e estas são constituídas por segmentos prototípicos correspondentes a diferentes fases próprias dessa sequência. Estes segmentos, designados por 'macroproposições', "possuem uma estrutura com características específicas, e concretizam modelos abstratos de organização de conteúdos que correspondem a representações mentais esquemáticas" (Silva, 2102: 125). Por seu turno, estas 'macroproposições' podem integrar uma ou mais 'proposições'.

Por conseguinte, todo e qualquer 'texto' (T), de extensão variável, é constituído por uma ou mais 'sequências' do mesmo tipo ou de tipos diferentes. Cada sequência textual, entidade com relativa autonomia, é composta por um conjunto de 'macroproposições', ou seja, de fases que são típicas de cada sequência em causa (as fases podem ocorrer integral ou elipticamente, isto é, contemplando ou não os diversos passos típicos) e, finalmente, cada macroproposição integra uma ou mais 'proposições'.

Adam (1992: 30) sugere o seguinte esquema para ilustrar este desnivelamento de planos analíticos:

[#T#[Séquence(s) [macro-propositions [proposition(s)]]]]

As noções de 'sequência textual' e de 'macroproposição' têm uma base de natureza cognitiva. Adam caracteriza e determina os tipos de sequências com base no modo sistemático como a representação e a organização dos conteúdos nos textos se concretizam. De acordo com Lopes & Carapinha (2013: 25), é a reiteração de traços estruturais e informacionais em diferentes tipos de sequências que permite aos falantes identificar um certo "ar de família" nas sequências de tipo descritivo, argumentativo, dialogal, etc."

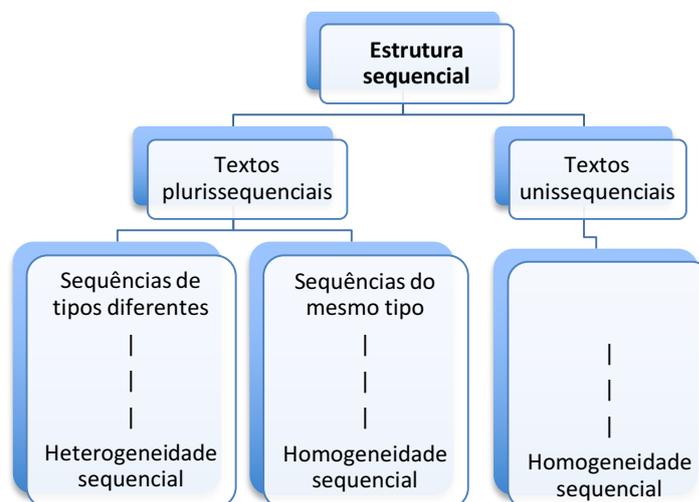
Os diferentes tipos de sequências textuais e os modos de articulação entre as sequências constituem o objeto de estudo de Adam.

Com estas investigações, podemos verificar que a heterogeneidade na estrutura textual se manifesta porque um texto pode ser constituído por n sequências de tipos diferentes e tem a possibilidade de n maneiras de combinar e articular essas diversas sequências em produtos verbais de extensão variável.

A tipologia de Adam (1992, 2008) propõe cinco tipos sequenciais: 1) 'sequências narrativas'; 2) 'sequências descritivas'; 3) 'sequências dialogais'; 4) 'sequências explicativas'; e 5) 'sequências argumentativas'. É de notar que as suas propostas foram evoluindo até se fixarem nestes protótipos.⁸

Destas sequências, apenas as dialogais são geradas por mais do que um locutor (poligeradas); as restantes são produzidas por apenas um locutor (monogeradas).

A estruturação sequencial dos textos pode configurar-se de três formas, de acordo com a sistematização de Silva (2102: 127): i) 'textos unissequenciais' (com homogeneidade sequencial); ii) 'textos plurissequenciais com sequências do mesmo tipo' (com homogeneidade sequencial); e iii) 'textos plurissequenciais com sequências de tipos diferentes' (com heterogeneidade sequencial). Apresentamos estas formas de organização sequencial dos textos no quadro que se segue.



Quadro 2: Estruturação sequencial dos textos.

Como apontámos anteriormente, são raros os textos constituídos por uma sequência do mesmo tipo. Por conseguinte, sendo um texto plurissequencial, com sequências do mesmo tipo ou de diferentes tipos, Adam (1992: 31; 2008: 270) enuncia três possibilidades de articulação textual que reproduzimos a seguir:

a) *Sequências coordenadas* (ocorrem em sucessão)

Seq. 1 + Seq. 2 + Seq. 3 + Seq. n

⁸ Vários autores integram na tipologia a *sequência injuntiva-instrucional*, que resulta da junção dos textos preditivos com os instrucionais, devido às semelhanças que exibem. Adam também apresentou esta proposta ainda antes de 1992, mas, neste ano, integrou estes dois tipos no *protótipo sequencial descritivo*, já que os eventos previstos naqueles textos se integram num todo.

b) *Sequências inseridas* (ocorrem encaixadas)

Seq. 1 ... Seq. 2 ... Seq. 1

c) *Sequências alternadas* (ocorrem em paralelo)

[Seq. 1 ... [Seq. 2 ... [Seq. 1 *continuação* ... [Seq. 2 *continuação* ... Seq. 1 fim] Seq. 2 fim]

As 'sequências inseridas' são as mais recorrentes, uma vez que são encaixadas noutra de tipo diferente. São exemplos a sequência dialogal e a sequência descritiva inseridas no seio de uma sequência narrativa. Estes casos são frequentes nos romances (modo narrativo), tais como *Os Maias*, de Eça de Queirós ou *Memorial do Convento*, de José Saramago, onde a sequência narrativa é dominante.

Para reconhecer a 'sequência dominante' num texto sequencialmente heterogéneo, Adam (2008: 273-274) propõe três formas, que não se excluem, mas que se completam. Assim, este autor apresenta os seguintes critérios (a utilizar complementarmente) para determinar a sequência dominante: i) a sequência que permite resumir o texto; ii) frequentemente, a que tem o maior número de sequências do mesmo tipo, logo a mais extensa; e iii) a sequência que abre e encerra o texto.

Em síntese, a tipologia dos protótipos sequenciais de Adam permite classificar os textos, tendo em conta a sequência dominante e a estrutura macroproposicional das sequências. Desta forma, as sequências funcionam como modelos prototípicos que facilitam a produção e a compreensão dos textos.

A sequência define-se, então, como um dos planos de organização da textualidade, constituindo modalidades particulares de planificação do conteúdo temático.

A tipologia das sequências textuais de Adam (1992, 2008) será objeto da nossa atenção nas secções seguintes e, como os 'protótipos sequenciais textuais' que privilegiaremos serão o explicativo e o argumentativo, apresentaremos as propriedades e a estrutura macroproposicional típica dessas sequências.

2.3.1. SEQUÊNCIA EXPLICATIVA

Dar explicações configura-se num ato de interação linguística que ocorre logo que as crianças começam a falar. O "porquê?" invade o quotidiano das suas trocas linguísticas, sobretudo com adultos, que darão explicações iniciadas por "porque...".

A sequência explicativa visa facilitar a compreensão ou o conhecimento de uma matéria (Bassols e Torrent, 2003: 71) e, se bem que possa conter uma componente expositiva (ou informativa)⁹, a sua finalidade é demonstrar a forma como algo funciona, atua ou ocorre. Neste sentido, a função desta sequência é eminentemente didática, uma vez que, prototipicamente, a sequência explicativa surge na sequência de uma dúvida que resulta do desconhecimento do alocutário. Podemos, por isso, dizer que há um aspeto lacunar nas sequências de tipo explicativo – há uma incompletude que é preciso colmatar e cria-se a necessidade de uma explicação.

A delimitação desta sequência e a sua distinção face às restantes nem sempre é consensual. Para Halté (1988), a explicação não constitui uma sequência textual; esta atividade discursiva só ocorre nos momentos em que falha a comunicação e a explicação surge precisamente para restaurar a atividade comunicativa assumindo, assim, um carácter metalinguístico. Por seu turno, para van Dijk (1983), o texto explicativo é apenas uma variante do argumentativo.

Em oposição a estas teses, podemos contrapor que a sequência explicativa se distingue bem da argumentativa, na medida em que aquela mostra posições assimétricas entre o locutor e o alocutário; quem explica ocupa um lugar de “autoridade” que deverá ser reconhecido pelo alocutário¹⁰, ao passo que esta não ocorre necessariamente entre dois interlocutores de estatuto epistémico diferenciado. Por outro lado, enquanto a sequência explicativa pretende atuar sobre os conhecimentos do interlocutor, a argumentativa visa agir sobre as crenças, tentando persuadir o interlocutor de algo que pode ser polémico ou questionável. A sequência explicativa, por seu turno, apresenta questões factuais que não implicam, necessariamente, o investimento subjetivo do locutor. Por isso podemos afirmar que a força ilocutória é outro aspeto que distingue estas duas sequências textuais, explicativa e argumentativa: enquanto na argumentação se pretende defender uma determinada tese, e assim alterar a crença do alocutário, na explicação o objetivo é fazer compreender o “porquê” de uma determinada questão, de um dado facto.

⁹ Silva (2012) não distingue “explicação” de “exposição”, atribuindo a mesma identidade a estas sequências. Não obstante, Adam (1992: 127-130), recorrendo a B. Combettes e R. Tomassone (1988) e Brassart (1990b), demonstra que elas têm características distintas. Assim, o ato de “explicar” pretende esclarecer / fazer compreender fenómenos, e “expor”, segundo Brassart, não pode ser um tipo sequencial, já que pode ter propriedades textuais descritivas e/ou explicativas. Adam afirma que para evitar esta contaminação terminológica se deve considerar a sequência explicativa apenas na vertente da sua textualidade, sem ter em consideração as suas dimensões pragmática e discursiva. Para melhorar a clarificação dos dois termos, Adam distingue a explicação – como um resposta ao “Porquê?” – da exposição – como sendo a resposta a “Como?” –, visto que considera que a maior parte das sequências em “Como?” não é explicativa. Também acrescenta que a explicação é uma resposta a “pourquoi être/devenir tel ou faire cela?” (1992: 129-130), isto é, neste tipo de texto explicam-se factos.

¹⁰ Se não houver este reconhecimento da “autoridade” do locutor, por parte do alocutário, a face do locutor pode ser posta em causa e dar origem a um diálogo argumentativo, por vezes pouco cooperante.

Na perspectiva de Coltier (1986: 4), na produção de uma sequência explicativa estão em jogo dois parâmetros: um relacionado com ‘o saber’ sobre um problema em questão, e outro que se reporta à comunicação de uma solução/resolução que se crê saber sobre esse problema, como por exemplo: “Porque é que o sangue circula?”¹¹, “X, o que é?”, “O que significa X?”.

Como o locutor quer que a sua explicação seja compreendida, vai adaptá-la ao seu destinatário. Não se demonstra um fenómeno do mesmo modo a uma criança e a um adulto, ou a um público especializado e a um público leigo numa dada matéria (veja-se o artigo científico, destinado a especialistas de um dado ramo da ciência, e o artigo de divulgação científica, que se destina ao público em geral). Textos de didática, de ciência e de divulgação científica privilegiam a sequência explicativa; não obstante, ela poderá ocorrer em qualquer tipo ou género de discurso.

Como se organiza a sequência explicativa? Relativamente à estrutura macroproposicional prototípica da sequência explicativa, Coltier (1986: 8) apresenta um modelo simples em três momentos, constituído por uma fase de ‘questionamento’, seguida de uma fase de ‘resolução’ e por uma fase ‘conclusiva’.

Com base neste esquema de Coltier, Adam apresenta a estrutura para a sequência explicativa¹².

	Macroproposições		Procedimentos
	Pe0 ¹³	Esquematização inicial	Apresenta um objeto complexo
Porquê p?	Pe1	Questionamento (Problema)	Inclui uma questão (ou mais) equivalente a <i>Porquê?</i> (ou <i>Como?</i> ¹⁴ ou <i>Em que consiste?</i>)
Porque q	Pe2	Resolução (Resposta)	Integra um ou vários enunciados equivalentes aos que se iniciam por <i>Porque</i>
	Pe3	Conclusão (Avaliação)	Expressa uma asserção incontestável (ou mais do que uma)

Quadro 3: Estrutura da sequência explicativa prototípica (adaptação de Adam 1992:132, 2008: 233 e Silva 2012: 165).

As três fases prototípicas da sequência explicativa completa (já que a Pe0, segundo Adam, é facultativa¹⁵) configuram-se, assim, em:

Questionamento (Pe1) > Resolução (Pe2) > Conclusão (Pe3)

¹¹ Adaptado de exemplo de Coltier (1986: 5)

¹² A apresentação do Quadro 3 resulta de uma adaptação de Adam 1992 e 2008 e de Silva 2012, sendo as macroproposições da responsabilidade de Adam.

¹³ Pe0, 1, 2 ou 3 corresponde a Proposição explicativa 0, 1, 2 ou 3.

¹⁴ Adam chama a atenção para o facto de que, por vezes, o operador “Como?” tem o mesmo papel do operador “Porquê?”.

¹⁵ Pe0 consiste na apresentação de um objeto complexo (corresponde frequentemente a uma descrição). Adam inspirou-se em Grize 1990 para estabelecer esta fase zero.

O Questionamento é constituído por uma problematização de um objeto ou situação, isto é, uma dúvida¹⁶ do alocutário que dará origem à fase da Resolução.

A macroproposição da Resolução (Pe2) corresponde à explicação que pretende responder ao Questionamento.

Aos dois primeiros momentos da sequência explicativa estão associados dois operadores fundamentais; ao Questionamento corresponde o “Porquê?” e à Resolução, o operador “porque”. Este conector permite a transição da fase do problema para a explicação.

A última fase, a Conclusão (Pe3), emite uma ratificação-avaliação da segunda fase, a Resolução, confirmando a resposta proposta.

Estas três fases correspondem, pois, às “preguntas suscitadas por un tema complejo, las explicaciones que esclarecen la dificultad de dicho tema y, finalmente, la conclusión, es decir, el tema explicado y entendido.” (Bassols e Torrent, 2003: 75).

Coltier (1986: 8) salienta que a sequência explicativa poderá ocorrer sem a saturação das três fases. O Questionamento e a Conclusão poderão ser inferencialmente recuperados. No que diz respeito à ordem, esta autora considera que existem duas formas de encadear as três fases; por um lado, podemos partir do Questionamento para chegar à Conclusão (ordem mais plausível) ou, por outro, ir no sentido inverso, começando pela conclusão. Coltier refere que, da segunda forma, o texto organiza-se em torno de “Com efeito” (“En effet”) ou expressões equivalentes. Devemos, ainda, salientar que a fase de Resolução é fulcral na sequência explicativa e, tendencialmente, é a mais extensa.

Após termos considerado a organização das macroposições numa sequência explicativa, analisemos um texto, com dominante explicativa, da revista *Quero saber*:

Se já assistiu a algum espetáculo de palco, é provável que tenha visto gelo seco a ser utilizado. É isso que é bombeado para o palco para simular neblina e nevoeiro, ou, no geral, para dar ao lugar um aspeto impressionante; mas o que é e como é feito?

Na realidade, o gelo seco é dióxido de carbono líquido altamente pressurizado que foi congelado a uma temperatura de -78,5 °C. A principal vantagem de se utilizar dióxido de carbono é que, quando aquece, fica sublimado, o que significa que muda de sólido para gás sem se tornar um líquido. Por isso, se o aquecer e bombear sobre um palco, vai transformar-se imediatamente em neblina fantástica, em vez de encharcar o chão.

Também é muito útil para embalar produtos congelados que têm de permanecer frios porque, quando aquece, torna-se gasoso em vez de húmido.

Quero Saber in <http://querosaber.sapo.pt/ciencia/o-que-e-o-gelo-seco>

Se aplicarmos o esquema anteriormente apresentado (vd. Quadro 3) a este texto, partimos da macroproposição Pe0 (esquemática inicial) que apresenta um objeto complexo, neste

¹⁶ Ou seja, o “Porquê?” que pode ser explicitado ou inferido. Portanto, a fase do Questionamento pode não ser lexicalmente saturada.

caso, parafraseável por: a neblina/o nevoeiro que se vê nos palcos é gelo seco. Este objeto gera, inevitavelmente, uma pergunta (macroproposição Pe1): como é que esse gelo seco é feito? A resposta (macroproposição Pe2) encontra-se no 2.º parágrafo do texto, esclarecendo-nos sobre a forma científica de criar gelo seco. No quadro seguinte, apresentamos, de forma mais clara, estas considerações:

<p>(Pe1) O QUE É O GELO SECO?</p> <p>(Pe0) Se já assistiu a algum espetáculo de palco, é provável que tenha visto gelo seco a ser utilizado. É isso que é bombeado para o palco para simular neblina e nevoeiro, ou, no geral, para dar ao lugar um aspeto impressionante; (Pe1) mas o que é e como é feito?</p> <p>(Pe2) Na realidade, o gelo seco é dióxido de carbono líquido altamente pressurizado que foi congelado a uma temperatura de -78,5 graus Celsius. A principal vantagem de se utilizar dióxido de carbono é que, quando aquece, fica sublimado, o que significa que muda de sólido para gás sem se tornar um líquido. Por isso, se o aquecer e bombear sobre um palco, vai transformar-se imediatamente em neblina fantástica, em vez de encharcar o chão.</p> <p>Também é muito útil para embalar produtos congelados que têm de permanecer frios porque, quando aquece, torna-se gasoso em vez de húmido.</p> <p>(Pe3) Não existe</p> <p style="text-align: right;"><i>Quero Saber</i> in http://querosaber.sapo.pt/ciencia/o-que-e-o-gelo-seco</p>

Quadro 4: Aplicação do protótipo sequencial explicativo (vd. Quadro 3).

Se atentarmos agora nas especificidades linguísticas desta sequência, podemos afirmar, com Adam (1991: 14), que as duas fórmulas a que podemos reduzir estas sequências são as seguintes: a) Sujeito + É + Atributo (típica das sínteses); b) Sujeito + Tem + Complemento (típica das análises). Aplicando estas possibilidades ao texto em análise, podemos verificar que ele encaixa perfeitamente na fórmula de tipo a): “O gelo seco que simula neblina nos palcos é dióxido de carbono congelado a -78,5 °C”.

O tempo verbal que preferencialmente ocorre nestas sequências é o presente do indicativo, normalmente com valor atemporal, próprio de textos não vinculados a um ponto de referência temporal específico (veja-se a frase: “o gelo seco é dióxido de carbono líquido altamente pressurizado”). A utilização de adjetivos e, eventualmente, advérbios, advém da necessidade de caracterizar de forma precisa o fenómeno. Daí que essas palavras sejam sempre relativamente despojadas de valores afetivos ou valorativos, pois o léxico da sequência explicativa é, por norma, objetivo e denotativo; a explicação permite ao locutor apresentar-se como uma simples testemunha, um observador exterior e desinteressado dos factos (cf. o segmento “Também é muito útil para embalar produtos congelados”).

Ainda é possível constatar que há uma natureza lógica nesta sequência, havendo nexos de causa-efeito, e por isso são privilegiados conectores causais, embora também ocorram outros de outro tipo como os finais, os condicionais, os adversativos e os concessivos que servem para estabelecer diferentes relações lógicas entre os enunciados. Falta ainda mencionar a presença,

óbvia, de terminologia neste tipo de sequências. Considerando que esta sequência pretende explicar, isto é, precisar e clarificar algo, assegurando uma interpretação unívoca do fenômeno, é natural o aparecimento de léxico específico.

Estas mesmas características podem ser convocadas para tentarmos traçar o perfil textual destas sequências. O papel dos conectores na organização do texto é fundamental, uma vez que explicitam os tipos de relações existentes entre diferentes segmentos da sequência (cf. o valor coesivo dos conectores 'Na realidade' e 'Por isso', presentes na sequência anterior). A coesão lexical da sequência também é assegurada, por exemplo, pela repetição de palavras ou expressões (cf. "gelo seco"; "dióxido de carbono"; "neblina"), embora possa também obter-se através da utilização da sinonímia, da hiperonímia ou explorando as relações parte-todo.

2.3.2. SEQUÊNCIA ARGUMENTATIVA

O ato de argumentar é aquele que talvez melhor defina o ser humano, uma vez que põe em cena a racionalidade humana, a capacidade de pensar, de refletir, de tomar decisões e, ainda, a capacidade de tentar influenciar o outro, eventualmente, de o manipular.

A sequência argumentativa visa convencer um auditório acerca de algo: que é bom ou mau, útil ou inútil, importante ou desnecessário, credível ou falso. Por isso a argumentação apresenta determinadas afirmações e aduz razões que sustentem essas afirmações. A estas afirmações chamamos tese e às razões que as apoiam, argumentos.

A função da sequência argumentativa é convencer o interlocutor a fazer ou a pensar algo; e para obter esta finalidade, o locutor pode seduzi-lo, emocioná-lo, provocá-lo. Para o fazer, tem de justificar/fundamentar a sua opinião e, de preferência, refutar a opinião alheia, mostrando as suas fragilidades.

Ao contrário do que ocorre na sequência explicativa, nesta, o locutor não se assume como perito, como alguém que conhece um facto e pode explicá-lo; apenas como detentor de um ponto de vista diferente. Eis a razão por que podemos afirmar que o domínio da argumentação é o "império da discutibilidade"¹⁷. Não há nada (ou há pouco) de científico numa argumentação: tudo é polémico, controverso e discutível. Por isso se diz que a argumentação atua sobre as crenças e não sobre os conhecimentos e por isso se diz que os argumentos com que joga não têm de ser lógicos – basta serem razoáveis.¹⁸

¹⁷ Grácio, Rui Alexandre, 1993: 6 e 7.

¹⁸ A lógica formal apresenta raciocínios que permitem sempre, de modo constritor, retirar conclusões a partir de um conjunto de premissas, sendo que essas operações lógicas, possibilitando a passagem das premissas à conclusão, se impõem a todos pela sua evidência. As modernas teorias da argumentação, de

De facto, os argumentos não têm de ter validade universal, mas sim desenvolver-se em função das pessoas, ou seja, das diferentes audiências, das suas crenças e das suas diferentes tomadas de posição.¹⁹ A argumentação pode, então, ser encarada como atividade que é simultaneamente racional e dialógica, prática social que, pelo uso da palavra, permite a “liberdade de aderir e [a] liberdade de rejeitar” (Grácio, 1993: 8).

Devemos salientar que o conceito de ‘argumentação’ aqui utilizado remete para uma determinada organização de proposições que constitui um tipo de sequência textual que se distingue de outras sequências, tais como a explicativa, a narrativa, a descritiva e a dialogal. Temos de referir que estas quatro últimas sequências textuais podem ter propósitos argumentativos (veja-se, por exemplo, o conto tradicional que tem como sequência dominante a sequência narrativa, mas cuja moralidade tem finalidade argumentativa; sequências descritivas, explicativas e dialogais podem, igualmente, ter propósitos argumentativos).

Portanto, nesta secção, procuraremos tratar um dos esquemas sequenciais de base, isto é, a sequência textual argumentativa prototípica.

Para comprovar uma determinada tese, a conclusão a que pretendemos chegar, há que partir de um conjunto de razões, as premissas, pelo que a estrutura prototípica de qualquer movimento argumentativo é binária, constituída por premissas e conclusão (Lopes, 1997: 158). Segundo Adam (1992: 115), o movimento que liga as Premissas (D – Dados) à Conclusão (C) pode obedecer a uma ordem progressiva ou regressiva, isto é²⁰:

$$[D] \xrightarrow{\textit{logo}} [C] \text{ ou } [D] \xleftarrow{\textit{porque}} [C]$$

No primeiro caso, a linearidade textual é paralela ao movimento argumentativo que tem como objetivo concluir; no segundo caso, a linearidade textual é inversa ao movimento argumentativo, que pretende sobretudo a prova e a justificação. Adam (1992: 115), referindo Apothéloz & Miéville (1989), destaca que no oral a ordem privilegiada é a regressiva, já que a uma asserção se segue a justificação, explicação.

Todavia, há esquemas argumentativos mais complexos. Como ponto de partida, devemos atender ao esquema proposto por Toulmin (1958)²¹, que parte das Premissas/Dados para chegar, através de movimentos argumentativos, a uma Conclusão/Asserção. Se, aparentemente, estamos de novo perante um esquema que envolve duas fases, o modelo de Toulmin apresenta

que partimos aqui, apresentam uma racionalidade de ordem mais prática, que faz intervir valores, opiniões, que é contextualmente situada e, nesse sentido, não susceptível de formalização. Estamos a falar da argumentação desenvolvida em linguagem natural.

¹⁹ Ver Breton, Philippe e Gauthier, Gilles, 2001: 12.

²⁰ Através dos conectores “logo” (“então”) e “porque” será possível identificar as proposições que constituem a Conclusão.

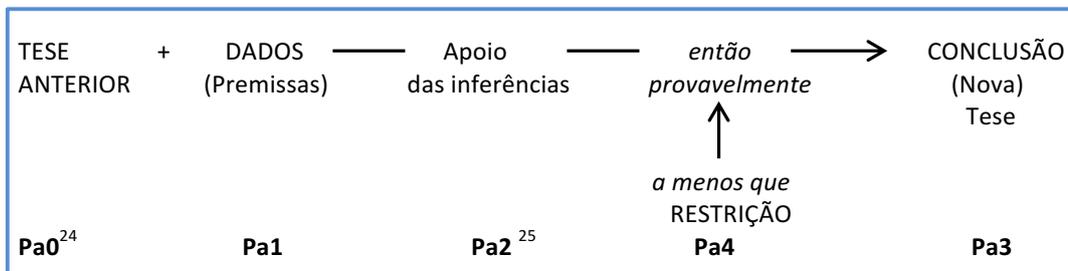
²¹ *Apud* Adam, 1992.

alguns dados novos. Este esquema de base põe em relação os Dados (*Data*), razões a que recorreremos para justificar uma Conclusão (*Claim*) de uma forma implícita ou explícita, com a Conclusão (C); mas há uma Garantia (*Warrant*) que justifica e permite a articulação entre os Dados e a Conclusão. A este esquema triádico podemos ainda adicionar movimentos de modalização (Q) que virão especificar a força da conclusão, movimentos de Suporte ou Apoio (B) que reforçarão a Garantia ou movimentos de refutação (R) que restringem o valor da garantia.

O movimento argumentativo desenvolve-se, então, em três momentos: “apresentação dos Dados (D), a sua justificação (W e B) e emergência de uma Conclusão (C, eventualmente modalizada por Q, devido à Restrição R)” (Silva, 2012: 155).

Baseando-se na proposta de Toulmin, Adam (1992) desenvolve uma teoria para a sua estrutura macroproposicional prototípica da sequência argumentativa. E começa por definir a sequência argumentativa prototípica partindo do princípio dialógico inspirado em Moeschler: “Un discours argumentatif [...] se place toujours par rapport à un contre-discours effectif ou virtuel. [...] Défendre une thèse ou une conclusion revient toujours à la défendre contre d’autres thèses ou conclusions» (Moeschler, 1985: 47, citado por Adam, 1992: 118).

Tendo em consideração a centralidade da transição entre Premissas (Dados) e Conclusão²² na estrutura propotópica da sequência textual argumentativa²³, bem como o seu princípio dialógico, Adam (1992:118) propõe o seguinte esquema para a sequência argumentativa prototípica completa.



Quadro 5: Estrutura da sequência argumentativa prototípica (Adam, 1992: 118).

Nesta estrutura, Adam apresenta uma Tese Anterior (Pa0), explicitada ou não, que se contrapõe à Conclusão ou Nova Tese (Pa3). Na generalidade, trata-se de articular um conjunto de dados (Pa1) com uma conclusão (Pa3), tal como Toulmin. No entanto, o esquema de base apresenta agora quatro fases: os dados de partida (premissas – Pa1); a atuação das inferências

²² Este esquema é sempre observado, quer se trate de demonstrar ou de refutar uma tese.

²³ A ordem progressiva ou regressiva não é central nesta sequência.

²⁴ Atualizamos P. Arg de Adam para Pa, que abrevia “Proposição argumentativa”.

²⁵ Pa2 corresponde à Garantia (w) e Suporte (B) de Toulmin.

(Pa2); a apresentação dos contra-argumentos (Pa4); e a conclusão (Pa3) que integra e parte do conjunto dos argumentos anteriores, pró e contra.

A Restrição, Pa4, se for atestada, condiciona a Conclusão através da modalização (como vimos com Toulmin). O movimento argumentativo desenvolve-se, sobretudo, através da relação entre as macroproposições Pa1, Pa2 e Pa3²⁶. A Pa4 pode ou não ocorrer. Logo, Pa1 (Dados) fornece informação relevante; Pa2 (Apoio das inferências) introduz nova informação que relaciona com o conteúdo introduzido em Pa1 e que possibilita chegar a uma Pa3 (Conclusão), por inferência. A Pa3 terá informação diferente das duas macroproposições anteriores (Pa1 e Pa2), mas resulta da interseção das duas, Pa1 e Pa2.

Adam (2008: 233-234) salienta ainda que este modelo não apresenta uma ordem linear obrigatória, apontando, então, dois níveis para a integração dos diferentes momentos da sequência argumentativa: o 'justificativo' e o 'dialógico' ou 'contra-argumentativo'. Para o nível justificativo, a sequência organiza-se numa ordem progressiva (Pa1+Pa2+Pa3) do movimento argumentativo, sem interação com o interlocutor e havendo a preocupação de demonstrar uma tese. O nível dialógico ou contra-argumentativo inclui as macroproposições Pa0, Tese Anterior, e Pa4, Restrição, e o interlocutor ocupa lugar de relevo, pois há uma argumentação negociada e pretende-se que as crenças sejam transformadas.

Como sabemos, nem sempre todas as categorias são atestadas numa sequência argumentativa. No entanto, sendo Pa1 e Pa3 as macroproposições básicas neste protótipo sequencial, uma delas terá de ocorrer de forma explícita e terá de haver a possibilidade de a outra ser recuperada pelo alocutário através da inferência²⁷. Adam (1992: 106) refere que, destas duas categorias fundamentais, a que ocorre mais frequentemente de forma explícita é a Pa1, ou seja, a explicitação dos Dados.

O interesse no modelo teórico da sequência argumentativa de Adam revela-se na introdução da macroproposição Pa0, Tese Anterior, visto que no movimento argumentativo esta será refutada, chegando-se a Pa3, Conclusão ou Nova Tese. Verifica-se, então, que Adam privilegia o princípio dialógico na estrutura da sequência argumentativa, que é próprio de qualquer argumentação, concebendo a resposta a outros locutores, isto é, permitindo a contra-argumentação. Também a Nova Tese (Pa3) pode tornar-se a Premissa/Dados de uma nova sequência argumentativa.

²⁶ Na refutação, o esquema de base constituído por Pa1, 2 e 3 estrutura-se, de forma explícita, com base na tese anterior Pa0.

²⁷ Segundo Ducrot, esta dedução é frequentemente possibilitada através de um *topos* ou *topoi*, lugares comuns partilhados pelos membros de uma comunidade, que garantem a validade das premissas e a passagem das premissas para a conclusão através da consistência da inferência.

Após análise da organização das macroposições numa sequência argumentativa, apliquemos o modelo de Adam a um texto, com dominante argumentativa, extraído da revista *Visão*, n.º 1141:

LIÇÕES DE PARIS

O país que ajudou a mudar o mundo com a revolução da liberdade, igualdade e fraternidade viveu três dias de terror e brutais momentos de angústia e preocupação. Mas deu uma notável lição de convicção e caráter. Não se vergou, não se intimidou, não se acobardou. Saiu à rua em força e com coragem. Para celebrar a liberdade, para reafirmar o direito à diferença, para se opor aos que teimam de forma hedionda em querer sobrepor a razão da força à força da razão. Esta manifestação é verdadeiramente histórica. Afinal, o terrorismo matou alguns pobres inocentes, mas não matou a liberdade e a coragem de a defender. É esta superioridade moral que faz realmente a diferença. E é assim que se faz história.

Luís Marques Mendes in *Visão* 15/01/2015

É necessário precisar que a sequência argumentativa nem sempre se atualiza de forma linear, que corresponde, pois, a um modelo ideal. Muitas vezes, como no exemplo, as várias fases encontram-se mescladas e ocorrem mesmo enunciados que são difíceis de integrar em qualquer uma das categorias. A nossa proposta de análise é a seguinte:

Pa1

Dados

(Premissas)

O país que ajudou a mudar o mundo com a revolução da liberdade, igualdade e fraternidade viveu três dias de terror e brutais momentos de angústia e preocupação.

Afinal, o terrorismo matou alguns pobres inocentes



Conclusão (implícita) = Tese anterior (Pa0):

A França poderia/deveria ter sucumbido

O autor refuta, então, esta tese e marca explicitamente essa oposição através da presença dos marcadores adversativos: “**Mas** deu uma notável lição (...)”; “(...) **mas** não matou a liberdade (...)”. E inicia um novo movimento argumentativo que conduzirá a uma nova tese, à sua tese.

Pa1

Dados

(Premissas)

(A França) Não se vergou, não se intimidou, não se acobardou. (Pa3) Saiu à rua em força e com coragem. Para celebrar a liberdade, para reafirmar o direito à diferença, para se opor aos que teimam de forma hedionda em querer sobrepor a razão da força à força da razão. (O atentado) não matou a liberdade e a coragem de a defender.



Conclusão₁ (explícita) = Nova Tese (Pa3₂)

(A França) deu uma notável lição de convicção e caráter. Esta manifestação é verdadeiramente histórica.

Creemos que é possível, ainda, apreender, num outro nível, uma outra Conclusão (Pa3), para a qual concorrem os dados do quadro anterior que funcionariam assim, na totalidade, como premissas que conduzem à tese do autor do texto:

Conclusão₂ (explícita) = (Pa3₂)

É esta superioridade moral que faz realmente a diferença. E é assim que se faz história.

Exploremos agora os traços linguísticos que tipificam a sequência argumentativa. Inspirando-nos nas afirmações de Bassols e Torrent (2003: 52), podemos avançar que a estrutura gramatical básica de uma sequência argumentativa é a seguinte: Sujeito + verbo SER (presente) + Atributo. Esta estrutura é comum à maioria dos encadeamentos argumentativos, independentemente dos tópicos tratados e dos interlocutores que neles participam.

É através desta estrutura que o locutor contra-argumenta relativamente a uma outra tese, a antítese: a França é um país exemplar (e não um país atemorizado).

Os verbos dominantes neste tipo de sequências são os que se relacionam com a conexão causa-consequência, os que permitem concretizar as fases da estrutura argumentativa (como ‘concluir’, por exemplo) e os verbos *dicendi* que permitem expressar as opiniões do locutor (embora possam não estar presentes, mas simplesmente implicados e serem recuperáveis através de inferência).

Os tempos verbais preferenciais são o passado, para referir todo o tipo de dados factuais terminados e, obviamente, o presente, o tempo da certeza, do irrefutável, da fiabilidade, que permite, ainda, generalizar.

Os atos ilocutórios mais utilizadas neste tipo de sequência são o assertivo e o interrogativo (veja-se o caso da pergunta retórica, por exemplo, que aparenta estabelecer um diálogo com o interlocutor, embora funcione como uma asserção disfarçada).

O léxico é avaliativo, portanto axiológico, pois o locutor inscreve-se explicitamente no texto, deixando nele marcas claras da sua presença, do seu ponto de vista (‘terror’; ‘brutais’; ‘notável’; ‘caráter’; ‘hedionda’).

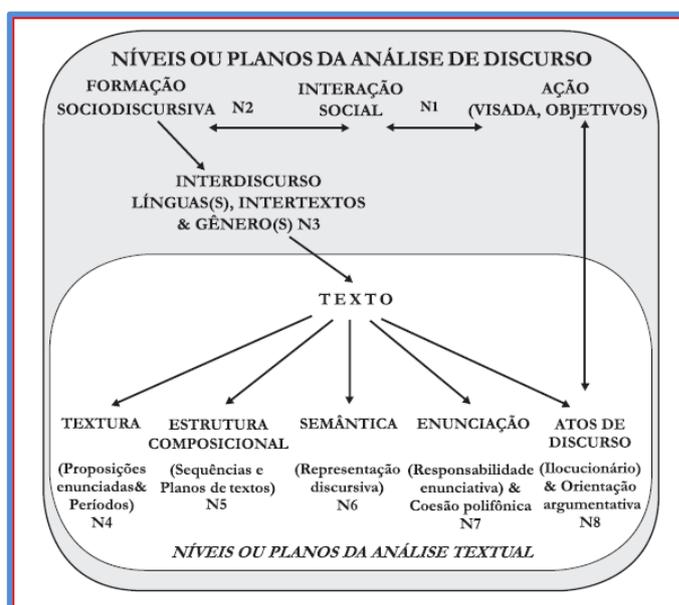
Os recursos retóricos são também muito explorados: as repetições (‘liberdade’ e ‘coragem’), as citações, as alusões (aos valores da Revolução Francesa), as enumerações, as antíteses (veja-se a oposição entre ‘a França’ vs. ‘os terroristas’), os paralelismos, como os que implicam uma estrutura frásica similar em segmentos textuais próximos: “O país que ajudou a mudar o mundo com a revolução da liberdade, igualdade e fraternidade viveu três dias de terror e brutais momentos de angústia e preocupação. Mas deu uma notável lição de convicção e caráter. “ / “o terrorismo matou alguns pobres inocentes, mas não matou a liberdade e a coragem de a defender.”

Uma vez mais, são estes os traços que podemos convocar para traçar o perfil textual das sequências argumentativas. O papel dos conectores na ordenação das várias macroproposições do texto é fundamental, pois eles permitem introduzir argumentos ou conclusões, sinalizando o tipo de interpretação que há a fazer e a orientação argumentativa.

3. QUESTÕES DE ENUNCIÇÃO

O conceito de 'sequência textual' refere a organização interna da sequência, isto é, o esquema estrutural subjacente a que ela obedece e que permite integrá-la num tipo. Neste plano, estamos a falar de « la problématique compositionnelle » (Roulet, Filliettaz et Grobet 2001 : 312).

Todavia, esta análise não esgota as possibilidades de análise do texto. O modelo de Adam (1992 : 21) compõe-se de diferentes planos (a que ele chama níveis) que interagem uns com os outros e que constituem outras tantas portas de entrada para a análise do texto: “visée illocutoire, repérage énonciatif et cohésion sémantique” – que se integram na pragmática – e mais dois – “connexité et séquentialité” – que se relacionam com a “organisation propositionnelle”.



Quadro 6: Análise textual dos discursos (Adam, 2012: 193).

Como se constata pelo quadro anterior, estivemos a trabalhar o plano 5, relativo à estrutura composicional. Pretendemos agora passar para a análise do plano 7, o que diz respeito à enunciação e à leitura enunciativa que podemos fazer das sequências textuais.

É certo que estamos a fazer recortes no objeto de estudo, mas como diz o autor, há razões metodológicas e sobretudo didáticas para o fazermos:

“la complexité de l’objet d’étude est telle, qu’il est méthodologiquement nécessaire de le diviser et de distinguer des moments d’analyse et même de théorisation. Chaque niveau constitue à mes yeux un moment d’analyse, une unité de recherche et d’enseignement (c’est un aspect didactique que je considère comme très important) liée aux autres mais assez distincte des autres pour former un tout. En fait, on peut décrire un texte en se contentant d’un niveau d’analyse et en s’appuyant sur une théorie consistante de ce niveau. Le tout est de bien voir

qu'on n'opère alors qu'une description partielle d'un objet de très haute complexité qui demande une théorie plus vaste"(Adam, 2012: 194).

Antes, porém, impõe-se fazer uma apresentação das questões enunciativas em que nos vamos centrar na análise das sequências explicativa e argumentativa.

Podemos iniciar a nossa abordagem questionando-nos sobre a forma de definir o conceito de 'enunciação'. Parafraçando Flores & Teixeira (2008: 101), podemos perguntar se existe uma 'Linguística da Enunciação' ou antes 'Teorias da Enunciação', pergunta que implica a existência de um campo unificado de investigação ou, apenas, de linhas de pesquisa distintas que incidem sobre o mesmo objeto de investigação.

Marjut Johansson & Eija Suomela-Salmi (2011) afirmam que a teoria da enunciação francesa não é uma teoria unificada, mas representa diversas abordagens a questões pragmáticas.

De facto, podemos listar vários nomes que se integram neste campo, mas estudam diferentes tópicos (Jakobson: *shifters*; Benveniste: aparelho formal da enunciação; Ducrot: polifonia e teoria da argumentação na língua; Authier-Revuz: heterogeneidades enunciativas; Kerbrat-Orecchioni: interações verbais, Fuchs: paráfrase; e estes constituem apenas alguns dos mais atuais). Na sua diversidade, é a abordagem do fenómeno enunciativo que está em causa, ou seja, a presença de um sujeito que enuncia um discurso num contexto específico. Por outras palavras, é a presença do sujeito na linguagem.

O campo da enunciação é, pois, o campo que articula o sujeito com a língua e, segundo Bally (1965), é o ato de usar o meio de expressão comum a todos os indivíduos da mesma comunidade linguística, ou seja, a língua, para expressar ideias e subjetividade. Nesta aceção, o termo 'enunciação' implica já um ato concreto de uso da língua e é Benveniste (1989: 92) que concretiza esta ideia ao afirmar que a enunciação é a colocação da língua em funcionamento através de um ato individual de utilização. Esta definição pressupõe uma atividade linguística levada a cabo por uma instância emissora, o locutor, dirigida a um interlocutor, numa determinada situação, um espaço e um tempo, e estes quatro parâmetros (interlocutores, espaço e tempo) constituem um enquadramento enunciativo relativamente ao qual muito do que dizemos faz sentido. Por outro lado, também pressupõe que o sujeito se inscreve automaticamente no seu discurso, nele deixando a sua presença através de marcas variadas. Essas marcas integram o domínio da língua, isto é, são signos linguísticos que estão permanentemente disponíveis para serem usados num discurso, assinalando precisamente os "actantes da comunicação-interacção e as suas relações interpessoais" (Fonseca, 1991: 268) , isto é, o 'eu' e o 'tu', bem como instanciando "no tempo e no espaço as produções discursivas" (*idem, ibidem*).

O ato de enunciação permite, portanto, ao fazer uso desses signos, converter a língua em discurso e esse ato individual de apropriação da língua para a transformar em discurso introduz o falante no seu próprio discurso.

A aparente simplicidade da definição é, contudo, falaciosa. De facto, o termo 'enunciação' adquire diferentes significados em função das teorias que o convocam e daí que a enunciação possa não só indicar a emergência do sujeito no seu discurso, mas também possa designar o conjunto das próprias condições de produção/receção do discurso: quem fala, a quem, onde e quando, coordenadas que auxiliam a interpretar o sentido do discurso, e ainda possa referir o conjunto de mecanismos linguísticos que permitem o próprio funcionamento da língua, isto é, a sua conversão em discurso. Estes são os signos sui-referenciais, "já que a referência que manifestam varia sistematicamente com a enunciação que os actualiza" (Fonseca, 1991: 268). É neste sentido que se afirma que a enunciação se apresenta como "uma reflexão sobre o dizer e não propriamente sobre o dito" (Flores & Teixeira, 2008: 110).

Esta introdução ao tema da enunciação não poderia ficar completa sem uma menção mais específica à problemática do sujeito neste quadro analítico. Com efeito, a entrada do sujeito na reflexão linguística (operada, sobretudo, por Benveniste) permite-nos ir também um pouco mais além; como é óbvio, a linguística da enunciação não estuda o sujeito em si mesmo, mas as marcas da sua presença no discurso, o que equivale a afirmar o estudo da imagem que o discurso dá do sujeito. Esta subtil distinção permite-nos referir uma outra, motivada pela impossibilidade de analisar cientificamente aquilo que é, por natureza, único e irrepetível. Se, como afirmam Anscombre e Ducrot (1976: 18), "L'énonciation sera (...) l'activité langagière exercée par celui qui parle au moment où il parle", então, ela é, por definição, histórica e transitória, não sendo possível tomá-la como objeto de estudo. Assim, e caminhando no mesmo sentido da distinção anterior, temos de infletir a nossa atenção para os mecanismos de engendramento do discurso, ou seja, para as estruturas que, manifestando-se ao nível do enunciado/discurso, relevam do processo de enunciação. Por outras palavras, é a busca das marcas do ato no produto que dele resulta ou, ainda de forma mais clara, é o levantamento das marcas da presença dos diversos constituintes do quadro enunciativo no enunciado.

Embora não seja fácil associar, definir e delimitar todas estas marcas, vamos tentar, na esteira de Boss & Grossmann (2007), delimitar duas noções fundamentais do sistema enunciativo: o espaço enunciativo e a dimensão intersubjetiva. No âmbito da primeira, analisaremos a questão da dêixis e, no âmbito da segunda, a questão da polifonia.

De facto, o locutor assinala a sua presença, no seu enunciado, antes de mais através da presença dos pronomes pessoais, signos indiciais por excelência; em simultâneo, também ancora o seu enunciado ao mundo através da dêixis espacial e temporal. O termo 'dêixis' recobre

precisamente o conjunto destas expressões que permitem a referência à situação de enunciação e a referência aos sujeitos que nela participam.

Por outro lado, também é verdade que a subjetividade se manifesta como a instauração de um certo ponto de vista sobre o que se diz; com efeito, o locutor dá informações sobre as diferentes formas de apresentar o seu discurso, podendo tomar em consideração o discurso dos outros, podendo dar-lhes a palavra ou apenas reformular ou até apenas aludir àquilo que outros disseram; no fundo, o sujeito define quem é a fonte enunciativa. É o conceito de ‘polifonia’ que dá conta destes diferentes enunciadores, do cruzamento das suas vozes e que contesta o dogma da unicidade do sujeito que se expressa num texto.

3.1. DÊIXIS

É sabido que as línguas têm capacidade referencial, isto é, permitem designar entidades do universo extralinguístico. No entanto, há signos que “(...) funcionan sobre la base de una relación constante, independiente de la situación, entre el mundo y su ‘denotatum’” (Mateu, 1994: 32). Há outros, os signos deícticos, que remetem, apontam verbalmente para referentes específicos do ato enunciativo. Não têm uma referência estável, permanente, uma vez que, de cada vez que são atualizados no discurso, têm referentes diferentes e variáveis, assinalando o locutor e o interlocutor do ato enunciativo, o tempo e o espaço da enunciação, ou seja, marcando as coordenadas enunciativas e apontando para dados do contexto situacional.

Ao fenómeno que consiste no uso de expressões deícticas dá-se a designação de ‘dêixis’ (Lima, 2006: 86).

O termo ‘deíctico’ tem origem no grego *deiktikós* (*demonstrar, indicar, designar*) e, segundo F. I. Fonseca (1996: 437), “o sentido etimológico do termo ‘dêixis’ “está relacionado com o gesto de *apontar*: um gesto, um *fazer*, que, pressupondo uma situação de comunicação face a face e uma intencionalidade significativa comum a dois sujeitos, se situa a meio caminho de *dizer*”.

Ao dizermos i) ‘Fico aqui agora’; ii) ‘Quero este’²⁸ ou iii) ‘Gosto de ti’, as expressões deícticas ‘aqui’, ‘agora’, ‘este’ e ‘ti’ funcionam como autênticos ‘gestos verbais’ (apontam verbalmente para um espaço, um tempo, uma entidade, um ser). Assim, a ‘dêixis’ refere a forma através da qual as línguas codificam os elementos do contexto que são pertinentes para o ato de enunciação.

O estudo da dêixis questiona, portanto, o pressuposto teórico de que as línguas naturais têm signos linguísticos dotados de referência fixa e estável e privilegia a análise dos signos que permitem a emergência da subjetividade e a construção de relações interpessoais.

²⁸ Exemplo de F. I. Fonseca (1996:437)

Começaremos primeiro por esclarecer conceitos, como ‘ato enunciativo’ e ‘coordenadas enunciativas’.

Um ‘ato de enunciação’ é um ato de apropriação individual da língua por um sujeito falante. Ou seja, um sujeito locutor (‘eu’) dirige-se a um ‘tu’ num ‘aqui’ e ‘agora’. Atentemos no seguinte exemplo:

(1) Eu fico aqui agora.

Neste caso, os referentes das palavras ‘eu’, ‘aqui’ e ‘agora’, expressões deíticas, dependem do contexto situacional, isto é, não têm referência fixa (Lima, 2006: 86), pois a referenciação produzida no momento da enunciação só é identificada se conhecermos o contexto em que são utilizadas.

As palavras de Benveniste (1970: 12) corroboram estas afirmações “l’*énonciation est cette mise en fonctionnement de la langue par un acte individuel d’utilisation*”.

Cada ato de enunciação é, assim, único e irrepetível; é ativado por um locutor e um interlocutor, também eles individuais e únicos, que se encontram num enquadramento também ele singular e específico. A esse enquadramento damos o nome de ‘contexto situacional’ e nele estão compreendidos elementos extralinguísticos que condicionam o ato de enunciação. Estes elementos constituem as ‘coordenadas enunciativas’: i) ‘aquele que fala’ (EU); ii) ‘aquele a quem se fala’ (interlocutor) (TU); iii) ‘o espaço em que se fala’ (AQUI); e iv) ‘o tempo em que se fala’ (AGORA).

Todas as línguas naturais têm signos linguísticos que referem estas coordenadas enunciativas, o que equivale a dizer que as línguas naturais têm signos, os ‘deíticos’, que codificam os elementos constituintes do contexto comunicativo (eu–tu–aqui–agora).

O desconhecimento das coordenadas enunciativas implica uma comunicação gorada, como no frequente “Volto já” que encontramos numa loja ou quando, sem ver o interlocutor, obtemos a resposta “Sou eu” à pergunta “Quem é?”.

3.1.1. DEÍTICOS

Como já vimos, a ‘dêixis’ é o fenómeno de referenciação que depende de cada ato enunciativo. Esta relação da linguagem com o contexto situacional reflete-se nas estruturas da língua.

São várias as designações atribuídas a estas “palavrinhas”²⁹. Passamos a citar Almeida (2000: 3) que refere alguns termos e os seus autores: “Brugman et Bühler appliquent le terme de *déictiques* mais que Jakobson, à la suite Japersen, appelle *shifters* (en fr. *embrayeurs*), Reichenbach *token-reflexives*, Pierce *index*, Benveniste *expressions sui-référentielles*, Bar-Hillel *expressions indexicales* et Burks *symboles indexicaux* [cités par G. Kleiber, 1986: 3-26]”. A designação de “embrayeurs”, aliás, é ilustrativa, metafórica, pois são signos do plano da língua, sempre aptos a fazer entrar a língua em ação, em diferentes contextos, com diferentes participantes.

Como se caracterizam estas entidades?

Para Benveniste (1976: 52), a linguagem criou “um conjunto de signos “vazios” (...), não referenciais em relação à “realidade”, sempre disponíveis, e que se tornam “plenos” desde que um locutor os assuma em cada instância do seu discurso”. Mas esta expressão, “signos vazios”, é questionada por Kerbrat-Orecchioni (1980: 43), que argumenta: “elles [les formes vides] le sont peut-être référentiellement, mais surement pas sémantiquement: les déictiques ont un sens (...); les déictiques réfèrent à leur propre instance de discours (...), à des objets dont la nature particulière ne se détermine qu’à l’intérieur de l’instance particulière de discours qui les contient”.

Estas unidades linguísticas têm, portanto, um funcionamento semântico-referencial muito particular: são signos disponíveis na língua, que têm atualização em cada ato enunciativo, uma vez que implicam, para serem devidamente interpretados, a consideração de entidades que integram aquela situação de comunicação específica. Por isso se diz que um deítico se ancora a cada ato enunciativo, único e irrepetível.

Conhecemos já alguns signos deíticos, como ‘eu’, ‘tu’, ‘aqui’ e ‘agora’. No entanto, o conjunto destes signos é bastante mais alargado e nem sempre fácil de delimitar. No item seguinte, iniciaremos a apresentação dos três domínios clássicos em que é usual subdividir a categoria da dêixis. As coordenadas enunciativas – eu–tu, aqui e agora – instauram precisamente os três tipos principais de dêixis: i) a ‘dêixis pessoal’, ii) a ‘dêixis espacial’ e iii) a ‘dêixis temporal’³⁰.

²⁹ Adaptámos o termo utilizado por Óscar Lopes (1985: 90) quando se refere a ‘assim’ como uma “palavrinha”, um “modesto dístico”.

³⁰ Também devemos referenciar a ‘dêixis circunstancial’, a ‘dêixis social’ e a ‘dêixis discursiva ou textual’. A dêixis circunstancial, com o “modesto dístico assim” (Óscar Lopes, 1985: 90), aponta para o modo como algo se faz ou diz naquele espaço-tempo, como em “Dobra-se assim”, onde se especifica “um fazer inerente ao dizer, fazer esse que corresponde ao modo como se executa um determina acção” (Lopes & Carapinha, 2004: 66).

A dêixis social está próxima da dêixis pessoal. Codifica a familiaridade/proximidade ou uma maior distância entre os participantes na comunicação (registo formal/informal). Sinaliza a comunicação sob o ponto de vista de uma escala de papéis sociais ou de hierarquia, traduzida através das formas de

3.1.2. TIPOLOGIA DE DÊIXIS

Atentemos, em primeiro lugar, na ‘dêixis pessoal’, que se refere às expressões linguísticas que remetem para os participantes do ato comunicativo: *eu-tu*.

Benveniste considera que a dêixis pessoal é o cerne da subjetividade da linguagem.³¹ Ao analisarmos os pronomes pessoais ‘eu’ e ‘tu’, verificamos que ‘eu’ codifica a autorreferência do falante e que ‘tu’ codifica a referência do interlocutor; o pronome ‘ele’, pelo contrário, codifica a referência àquilo ou àquele de que(m) se fala. Benveniste exclui por isso a 3ª pessoa do grupo de participantes no evento e, automaticamente, da esfera de ‘pessoalidade’ que os caracteriza, já que é considerada uma ‘não-pessoa’.

É por esta razão que se diz que a linguagem é o local fundador da subjetividade; na realidade, o uso de ‘eu’ e de ‘tu’ sinaliza a presença do locutor (e das suas circunstâncias, neste caso, a presença do seu interlocutor) no seu próprio discurso e constitui uma marca de subjetividade do sujeito no seu discurso.

Observemos este exemplo curioso, em que um adulto se dirige a um bebé:

(2) Então o bebé não quer dormir, não?

Em (2), ao ‘tu’, ‘o bebé’, não é atribuída pessoalidade, pois não se pressupõe interação, reciprocidade verbal.

A categoria da ‘dêixis pessoal’ manifesta-se, como se conclui facilmente, nos ‘pronomes pessoais’, nos ‘determinantes e pronomes possessivos’ e na ‘flexão verbal’.

Os ‘pronomes pessoais’ são as formas mais evidentes dos deícticos pessoais e aqui destacam-se as pessoas: Eu - Tu - Nós - Você / Vós / Vocês / (e a locução ‘a gente’ - Raposo & *al.*, 2013: 899-902).

O ‘eu’ (aquele que fala) e o ‘tu’ (aquele a quem se fala) são considerados deícticos puros. Benveniste afirma que ‘eu’ significa “a pessoa que enuncia a atual instância de discurso que contém *eu*, instância única, por definição, e válida somente na sua unicidade” (1976: 50). Estas duas formas pronominais têm duas características que as definem de forma inequívoca: a unicidade, pois em cada ato de enunciação cada um deles é um indivíduo único; e a reversibilidade, já que o seu papel alterna quando se encontram em interação. Em qualquer situação de enunciação todo o ‘eu’ é um ‘tu’ em potência e vice-versa (Benveniste, 1966: 230).

tratamento. As variações de uso ancoram-se no contexto situacional, como observamos em i) “Senhor Luís, queira fazer o favor de atender o telefone.” e ii) Luís, atende o telefone, por favor”.

A dêixis discursiva ou textual diz respeito a expressões que referem porções de texto ou uma palavra/expressão em particular do discurso anterior ou subsequente, mas que não são/é o seu antecedente (referente, que será próprio da anáfora).

³¹ F. I. Fonseca (1996:442)

Em contrapartida, devemos debruçar-nos sobre a pessoa ‘nós’, por apresentar aspetos interessantes a considerar como informação deíctica. Lima (2006: 87), na esteira do que Benveniste já havia dito (1966: 233), afirma que “há uma assimetria entre a 1ª pessoa do singular e a do plural: aquilo a que se chama “1ª pessoa do plural”, *nós*, não designa, na realidade, um *eu* plural (“os *eu* que falamos agora”); isto é, ‘nós’ não corresponde a um ‘eu’ plural, pois o ‘eu’ é singular e único. Adaptando a perspetiva de Benveniste (1966) e de Kerbrat-Orecchioni (1980), podemos considerar que o ‘nós’ inclui o ‘eu’ e um ‘não-eu’ (o não-eu poderá ser preenchido por diversas entidades), observando-se: i) um ‘nós inclusivo’ (eu + tu – singular ou plural); ii) um ‘nós exclusivo’ (eu + ele(s)); e iii) um eu + tu + ele(s)).

Ainda no tocante à pluralidade de leituras do ‘nós’ devemos referir o ‘nós majestático’ e o ‘nós de modéstia’. O uso do ‘nós majestático’ potencia uma dilatação do ‘eu’, como em (3).

(3) “Nós, Rei de Portugal pela graça de Deus, fazemos saber que...”

Apesar de haver a autoridade do uso da palavra em nome de todos, há claramente a voz do ‘eu’ que se assume de forma amplificada. Configura-se um ‘nós’ que equivale a um ‘eu’ único.

Este efeito também é obtido no discurso político. Vejamos o exemplo seguinte proferido pelo ex-Primeiro Ministro, José Sócrates:

(4) Imaginem só a mudança estrutural que estamos a propor! O que queremos é isto: que todas as crianças portuguesas frequentem pelo menos um ano de jardim-de-infância – e depois, na escola, adquiram pelo menos doze anos de educação!³²

Em (4), o ‘nós’, pretendido como o partido que está no governo, não é mais do que eu, José Sócrates.

É curioso que este discurso político também pode jogar com a ambiguidade de um ‘nós’ inclusivo: ‘eu’ e o partido político ou ‘eu’ e o eleitorado. Observemos um exemplo em que, na leitura inclusiva do ‘nós’, está contemplado o partido político.

(5) “O nosso principal adversário é a abstenção. Aqui estamos a fazer campanha pela Europa, para dizer aos portugueses que nunca Portugal precisou tanto como agora da Europa”, afirmou José Sócrates, durante a sua intervenção no Fórum Novas Fronteiras, em Lisboa, onde foi apresentada a lista dos candidatos do PS ao Parlamento Europeu.³³

³² XVI Congresso do Partido Socialista, Sessão de Encerramento, Intervenção do Secretário-Geral José Sócrates (01-03-2009) in <http://www.socrates2009.pt/getattachment/1f70e4c5-0564-49df-ae3e-27f5b1b0ee42/DiscursoEncerramento.aspx>

³³in Página do Partido Socialista <http://www.ps.pt/noticias/noticias/jose-socrates-aponta-abstencao-como-qprincipal-adversarioq-nas-eleicoes-europeias.html>

No próximo exemplo, encontramos a inclusão do eleitorado, a quem é dado protagonismo pelo partido político em questão.

(6) TODOS sabemos que a nossa terra precisa, com urgência, de TODOS nós.³⁴

Sobre os usos destes ‘nós’, Guespin (1985: 49) afirma que “le *nous* du texte politique joue sur la coexistence de deux procès possibles de sémantisation, les formations sociales (les partis, les circonscriptions électorales, les tandems candidat et suppléant, etc.) et l’interaction verbale. (...) un des efforts du tract électoral est de jouer de l’ambiguïté du pronom pour amener l’interlocuteur vers ce *nous* partisan”.

Esta conquista do ‘tu’ (eleitorado) através do recurso ao ‘nós’ é, como já destacámos, notória no discurso político.³⁵

Para além do ‘nós’, torna-se pertinente atendermos às formas ‘você/vocês’. Segundo Lima (2006: 87), “*você* e *vocês* são claramente 2^{as} pessoas (aquele(s) a quem se fala), do singular e do plural”³⁶. Também a locução ‘a gente’, apesar de gramaticalmente corresponder à 3^a pessoa (de acordo com a norma padrão do português), semanticamente representa um conjunto de pessoas em que se inclui o ‘eu’, equivalendo à 1^a pessoa do plural, ‘nós’.

(7) Você trabalha. / Vocês trabalham.

(8) Ele trabalha / Eles trabalham.

(9) A gente vai à praia esta tarde.

(10) Ele vai à praia esta tarde.

Em (7) e (8) ocorrem as mesmas formas verbais, que são ambíguas, pois marcam a 2^a e a 3^a pessoas, consoante o caso. Já em (9) e (10), a forma verbal é de 3^a pessoa, mas (9) com o recurso a ‘a gente’ a forma verbal corresponde à 1^a pessoa do plural.

Quanto aos ‘determinantes e pronomes possessivos’, estas formas têm a função de contribuir para a referência a entidades “possuídas por” ou relacionadas com as pessoas designadas pelos pronomes pessoais.

³⁴ In folheto da campanha eleitoral de Paulo Fonseca – Ourém 2009.

³⁵ Num estudo da entrevista de José Sócrates à SIC (junho 2009), o Jornal *i* contabilizou 78 ocorrências de ‘nós’, destacando que foi a palavra mais utilizada pelo Primeiro Ministro (in Artigo de Gonçalo Venâncio, publicado em 17 de junho de 2009, “O discurso de José Sócrates em palavras” <http://www.ionline.pt/conteudo/9314-o-discurso-jose-socrates-em-palavras>)

³⁶ A forma ‘você’ mereceria algumas reflexões do ponto de vista da dêixis social, uma vez que é uma forma de tratamento que pode ter implicações na relação social que se estabelece entre os interlocutores. Todavia, esse tópico não será abordado neste trabalho. Como se pode constatar, diferentes categorias de dêixis podem articular-se nos discursos.

Por fim, podemos assinalar que a categoria de pessoa também se manifesta na ‘flexão verbal’. São os ‘sufixos flexionais’ que marcam a categoria da pessoa. Devido à complexidade e riqueza da flexão verbal, o português não precisa de lexicalizar o sujeito (ao contrário, por exemplo, do francês).

(11) Queres ir ao cinema?

(12) Vamos a Nova Iorque este ano?

(13) Encontrou o livro que lhe indiquei?

Em (11), o locutor dirige-se a um ‘tu’, expressão ausente, mas recuperável através da flexão do verbo; o mesmo se aplica a (12), relativamente à pessoa ‘nós’. Em (13), para haver referência deíctica (você, o/a Sr., a Paula), temos necessidade de conhecer as coordenadas enunciativas.

A ‘dêixis temporal’ é outra categoria deíctica. Diz respeito a “expressões que permitem a referência a momentos ou períodos de tempo em relação ao momento do contexto da enunciação”. Esta citação de Lima (2006: 90) permite-nos compreender que a dêixis temporal refere a forma como as línguas codificam o período temporal relativamente ao qual o enunciado foi proferido; normalmente, são os tempos verbais e os advérbios e locuções adverbiais de tempo que, em geral, codificam estes aspetos.

Foi Benveniste que salientou a dimensão deíctica do tempo. Este tempo é um tempo linguístico cujo ponto de referência é o momento da enunciação (Armengaud, 1985: 58-59), o ‘agora’ em que o sujeito enunciador toma a palavra. “*Agora* delimita a instância (...) temporal coextensiva e contemporânea da presente instância do discurso que contém *eu*”, afirma Benveniste (1976: 51).

Grande parte dos enunciados expressa um determinado valor temporal, ou seja, localiza os eventos de que fala num dos três setores do eixo temporal: passado / presente / futuro. Neste caso, estabelecem-se relações de ordem – *anterioridade* / *simultaneidade* / *posterioridade* – no eixo do tempo cronológico. Em alguns casos, essas relações de ordem tomam como ‘ponto de referência’ o ‘agora’ (T_0 = momento em que se realiza o ato de enunciação), e é relativamente a esse momento que o enunciador ordena a cronologia do seu enunciado, estabelecendo o que é passado, o que é futuro, o que é simultâneo relativamente a esse momento. Temos, então, um subsistema de tempos verbais de natureza deíctica, isto é, um conjunto de tempos verbais cuja interpretação está dependente de T_0 . Observemos os exemplos seguintes, que dão conta das relações temporais estabelecidas a partir de T_0 :

1) *de simultaneidade relativamente a T_0 = “agora”*

a) presente do indicativo: pouco usado; mais frequente em reportagem em direto

(14) O Primeiro Ministro começa agora o seu discurso.

(15) Meireles passa a bola a Ronaldo.

b) presente perifrástico: forma mais produtiva (com predicadores eventivos, tipicamente)

(16) Estou a fazer a revisão do texto.

2) *de anterioridade relativamente a T_0 (momento da fala)*

a) pretérito perfeito do indicativo

(17) Comprei um livro na Bertrand.

3) *de posterioridade relativamente a T_0*

a) futuro simples: registo mais formal, ocorre com mais frequência em textos escritos (cf. artigos científicos)

(18) No primeiro capítulo, abordaremos a produtividade de presente perifrástico.

b) futuro simples: valor modal

- Modalidade epistémica (certeza / incerteza)

(19) Amanhã, a esta hora, estaremos em Paris.

- Modalidade deôntica (obrigação, dever)

(20) Deverá preencher o modelo 3 do IRS no prazo estabelecido.

c) presente do indicativo

(21) Vou a Coimbra.

d) forma perifrástica: mais frequente

(22) Vou trabalhar poesia visual para a semana.

Levinson (2004: 115) atribui a estes tempos verbais a designação de 'absolutos', uma vez que são deíticos, opondo-os aos relativos, que expressam anterioridade ou posterioridade relativamente a um tempo absoluto; um exemplo deste último tipo é o mais-que-perfeito, que expressa uma ação anterior à de uma forma verbal no pretérito perfeito simples com a qual está relacionada. Estes tempos verbais, cujo ponto de referência já não é T_0 , mas sim um outro tempo verbal, configuram um subsistema de tempos verbais de natureza anafórica, uma vez que o seu ponto de referência é um outro tempo verbal, data ou evento explicitado no texto.

Como facilmente se pode inferir, a série de tempos verbais de tipo deítico abunda em textos que contêm muitas referências à situação da enunciação, enquanto os tempos verbais de tipo anafórico ocorrem, sobretudo, em textos que contêm poucas marcas da situação de enunciação.³⁷

Alguns ‘advérbios e locuções adverbiais de tempo’ são também considerados expressões deíticas, desde que a sua referência tenha por base o momento da fala (T_0). Aliás, este duplo aspeto da referência temporal (deítica e anafórica) tem correspondência ao nível de outros tipos de expressões que também funcionam como indicadores temporais: os advérbios e locuções adverbiais de natureza temporal. Com efeito, também estas expressões se distribuem por duas séries distintas, uma de natureza deítica [(23) e (24)] e outra de natureza anafórica [(25) e (26)]:

(23) Ontem fui ao cinema.

(24) Nos últimos meses, ele esteve internado.

(25) No dia anterior (a x), tinha ido ao cinema.

(26) Nos meses anteriores (a x), ele tinha estado internado.

Kerbrat-Orecchioni (1980: 48-49) propõe, igualmente, para ilustrar esta categoria de dêixis, alguns ‘adjetivos temporais’. ‘Atual’, ‘moderno’, ‘antigo’, ‘futuro’, ‘próximo’ podem ser exemplos deste grupo de palavras, sendo considerados deíticos se se inscreverem em T_0 (cf. o exemplo 27).

(27) As próximas eleições decorrerão em outubro.

Portanto, todas as expressões da dêixis temporal têm em comum o facto de o momento ou período de tempo por elas referido exigir sempre, para uma correta interpretação, a tomada em consideração do momento da enunciação.

Finalmente, consideramos que há ‘dêixis espacial’ quando a localização no espaço de um objeto ou entidade tem como ponto de referência o espaço físico tomado pelo sujeito da enunciação.

São deíticos espaciais os advérbios ‘aqui’, ‘aí’ e ‘ali’, que designam, respetivamente, o local onde está o falante, o local onde se encontra o destinatário e um local afastado de ambos. Os advérbios ‘cá’, ‘acolá’, ‘lá’ e ‘além’ também podem ser deíticos. São ainda deíticos espaciais os determinantes e pronomes demonstrativos, que auxiliam “na referência a objectos que estejam (...) próximos do falante (*este(a)/ isso*), próximos do interlocutor (*esse(a)/ isso*) ou afastados de

³⁷ Não nos alongaremos mais sobre esta bipartição do sistema de tempos verbais, uma vez que o nosso objetivo é tratar apenas os tempos de natureza deítica.

ambos (*aquela(a)/aquilo*)” (Lima, 2006: 89). E não podemos deixar de mencionar alguns verbos cujo semantismo apresenta um traço semântico relativo a um movimento deítico, como os lexemas ‘ir/vir’.

Os deíticos espaciais gramaticalizam, assim, relações de ‘proximidade, maior ou menor’, em função do lugar ocupado pelo ‘eu-tu’, instaurando-se sistemas de referência posicional e dimensional.

Note-se, ainda, que este grupo de signos deíticos é aquele cuja organização e funcionamento é o que mais difere das restantes línguas românicas, nomeadamente no que toca à organização tripartida do espaço. De facto, determinantes e pronomes demonstrativos como ‘este’, ‘esse’, ‘aquele’ (formas variáveis), ‘isto’, ‘isso’, ‘aquilo’ (formas invariáveis) e advérbios de lugar (‘aqui’/‘aí’/‘ali’) refletem a estrutura triádica que organiza as pessoas no espaço: eu-tu-ele (*este/aqui* – próximo do ‘eu’; *esse/aí* – próximo do ‘tu’; *aquela/ali* – afastado do ‘eu-tu’).

A este respeito, Óscar Lopes (1985: 91) destaca que os advérbios ‘aqui/aí/ali’ estão relacionados com a “oposição ternária do tipo *isto/isso/aquilo*” (...), mas refere ainda que na “estrutura maximal dos advérbios deíticos se poderiam distinguir, não três (*aqui/aí/ali*), mas oito valores (incluindo *cá/lá/acolá/aquém/ e além*)”.

Observemos, agora, os exemplos seguintes com os verbos ‘ir’/‘vir’.

(28) Eu vou para a escola.

(29) Eu venho da escola.

Em (28) e (29) há a descrição do mesmo percurso espacial, mas a informação é diferente, pois depende da localização do falante no momento da enunciação. Kerbrat-Orecchioni (1980: 51) salienta que ‘ir’/‘vir’ são dois verbos que se opõem deiticamente, no diz que respeito ao que descrevem - um movimento de aproximação ou de afastamento da esfera do locutor³⁸.

Expressões como ‘perto de’ e ‘longe de’ são também consideradas deíticas quando têm como referência o lugar onde se encontra o locutor (“Tomar é perto daqui”; ‘O Porto fica longe daqui’).

Com os deíticos que acabamos de referir, instaura-se o sistema de ‘referência posicional’.

Já no âmbito da ‘referência dimensional’, que diz respeito à disposição de entidades no espaço, quer no eixo horizontal quer no vertical, Kerbrat-Orecchioni (2009: 55-57) aponta expressões como: ‘à frente’, ‘atrás’; ‘em/por cima’, ‘em/por baixo’; ‘à esquerda’, ‘à direita’, que

³⁸ F. I. Fonseca (1996) considera também *trazer* e *levar*, verbos de movimento que incluem um sema de direção relativamente ao *aqui*: i) *Trouxe* o livro que me tinhas pedido (aproximação ao eu-tu); ii) *Leva* a autorização para a visita de estudo (afastamento do eu).

fazem parte da dêixis espacial quando o ponto de partida é o corpo de falante, como nos exemplos seguintes.

(30) Procurei o telemóvel que estava à minha frente.

(31) Vivo no segundo; em baixo, há um escritório de advogados.

No seu todo, estes signos de que temos estado a falar correspondem à traça deixada pelo locutor, e pelas circunstâncias da sua enunciação, no seu próprio discurso. Constituindo indícios da enunciação no enunciado, são também marcas de subjetividade do sujeito. E impõe-se agora perceber por que razão Benveniste afirma não apenas que o homem está inscrito na língua, mas também que é a linguagem que permite a emergência da subjetividade.

3.1.3. EMERGÊNCIA DA SUBJETIVIDADE NA LINGUAGEM

Benveniste considera que a subjetividade é a capacidade de o falante se constituir como sujeito, de estabelecer o espaço e o tempo da enunciação e determinar a sua relação com o 'tu'. Segundo o autor (1966: 259), "c'est dans et par le langage que l'homme se constitue comme sujet; parce que le langage seul fonde en réalité, dans sa réalité qui est celle de l'être, le concept d'«ego»." Nas palavras de Benveniste, é 'eu' aquele que, num discurso particular, diz 'eu'. Ao fazê-lo, cada locutor mobiliza a língua por sua conta, institui-se como sujeito e por isso se diz que a enunciação é o local fundador da subjetividade.

A referenciação déítica tem, então, um ponto de referência egocêntrico – o sujeito, o 'eu' que fala –, o centro déítico a partir do qual se estabelecem as outras coordenadas da enunciação. A partir do momento em que se dá a enunciação instaura-se um campo de referenciação estabelecido a partir do 'eu' e só a partir dele se identificam e localizam os objetos, seres, entidades que se encontram no âmbito da esfera espacial e temporal da enunciação. Por conseguinte, podemos dizer que a dêixis pessoal é basilar, primária, relativamente à temporal e à espacial.

O conjunto de signos déíticos (de natureza pessoal, temporal e espacial) constitui assim um dispositivo linguístico, aquilo a que Benveniste chamou 'o aparelho formal da enunciação', sempre disponível, permitindo a qualquer um tomar a palavra, situar-se como locutor, ao dizer 'eu', e expressar a sua subjetividade.

Porém, se parece fácil esclarecer como é que a subjetividade do locutor se manifesta no seu discurso, já não é tão evidente explicar como é que a linguagem (ou qualquer língua) é o local fundador da subjetividade. J. Fonseca (1991: 265) defende a ideia de que a enunciação, enquanto conjunto de condições básicas de uso da língua, está prevista na própria língua (em todas as línguas naturais), que contém todas as formas linguísticas necessárias à expressão de

qualquer falante. Por outras palavras, a linguagem está profundamente marcada pela subjetividade, na medida em que tem todos os signos linguísticos – os signos deícticos – adequados à sua expressão (Benveniste, 1966: 263). Podemos, então, afirmar que a presença do Homem está inscrita na língua e de tal modo que a sua marca subjetiva emerge constantemente. Embora esses deícticos constituam um recurso linguístico em número limitado; são ‘palavrinhas’ poderosas que podem permitir inúmeras referências, dependendo do contexto situacional, adquirindo assim um sentido variável em cada ato comunicativo, único e irrepetível.

De acordo com Kerbrat-Orecchioni (1980: 55), “o sistema de referenciação deíctica não é o único de que as línguas dispõem, mas é sem dúvida o mais importante, e seguramente o mais original, porque esta referenciação tem a particularidade de ocorrer, não em relação com outras unidades internas do discurso, mas em relação a alguma coisa que lhe é externo e heterogéneo: as coordenadas concretas de situação de comunicação”³⁹.

O número e o tipo dos deícticos variam consideravelmente de acordo com o género de discurso/texto e estes signos ocorrem sobretudo naqueles textos que incidem no ‘eu’.

3.2. POLIFONIA

Tradicionalmente, a enunciação estava intimamente ligada à referência deíctica e às marcas que atestam a presença do locutor no seu enunciado; porém a enunciação não se limita a este domínio restrito que Benveniste tão bem descreveu. Na sequência dos trabalhos do linguista francês, outro linguista francês, Oswald Ducrot, vai recuperar as teses de Bakhtine sobre o dialogismo⁴⁰, no domínio literário, e (re)introduzir o termo ‘polifonia’, na área da linguística, através da sua obra *Les mots du discours*, no início da década de oitenta.

O lexema ‘polifonia’ é originário do campo musical onde designa a sobreposição de vozes ou de instrumentos que, com frequência, caracterizam uma composição musical. Essa articulação entre diferentes vozes ou instrumentos não pode deixar de lembrar o conceito de dialogismo e todas as relações que se dão entre um enunciado e todos os que o precederam ou que lhe sucederam. Esse diálogo de textos e de vozes vai inspirar Ducrot que apresenta uma teoria polifónica da enunciação. Ao fazê-lo, Ducrot traz novo oxigénio à teoria da enunciação, sustentando que um enunciado pode revelar diversos pontos de vista. Isto significa que, para

³⁹ Tradução nossa.

⁴⁰ Robert VION (2010) define dialogismo da seguinte forma : “Ce principe repose sur la distinction entre «l’interaction verbale, [qui] constitue (...) la réalité fondamentale de la langue » [Bakhtine / Volochinov (1929/1977 : 136)], et le dialogisme présenté comme « une théorie de la dialogisation interne du discours » [Authier-Revuz (1984 : 100)]. L’interaction renvoie au dialogue “externe” entre acteurs alors que le dialogisme réfère aux dialogues avec des discours antérieurs (*dialogisme interdiscursif*) et à l’anticipation, par l’acteur, de l’interprétation de sa production (*dialogisme interlocutif*).»

além das marcas do sujeito locutor, o enunciado pode veicular marcas de outras vozes, pode mostrar a presença de outras enunciações e de outros discursos.

Moeschler (1994: 323) refere que Ducrot não se inspirou diretamente em Bakhtine⁴¹, mas que “Bakhtine et Ducrot œuvrent dans le même but, mettre en doute l’unicité du sujet parlant”⁴². Aliás, Ducrot baseou-se muito mais nas teses de Charles Bally, que já na década de 30, havia aflorado estas questões.

Assim, na sua teoria polifónica, O. Ducrot procura derrogar o postulado da unicidade do sujeito falante, já que um enunciado é o lugar onde emergem múltiplas entidades, como locutor e enunciator(es). Nesta perspetiva, podemos assumir que num mesmo enunciado se pode exprimir uma pluralidade de vozes, o que será dizer uma ‘polifonia’. Haverá, neste momento, necessidade de esclarecer dois conceitos que, segundo Ducrot, são distintos: o de locutor e de enunciator.

Enquanto Benveniste salienta que o ‘locutor’ é um (e um só) sujeito que fala e que, ao usar da palavra, exhibe a sua subjetividade através de marcas linguísticas específicas, Ducrot apresenta um sujeito falante desdobrado em diferentes entidades. Há um sujeito falante real, o autor empírico do enunciado, que a Ducrot não interessa minimamente; pelo contrário, a atenção do linguista centra-se nos seres discursivos. Por um lado, o ‘locutor’, que é sempre único, é o responsável pela produção do enunciado. Esta entidade é diferente do autor empírico, ou seja, do sujeito falante, pois é uma ficção discursiva (embora no discurso oral e na autobiografia possam coincidir). As marcas de primeira pessoa que surgem no enunciado remetem precisamente para esta entidade.

Por sua vez, os ‘enunciadores’ são outras figuras discursivas que exprimem pontos de vista, eventualmente diferentes, e que se expressam através do locutor. Assim, um enunciado é sempre da responsabilidade de um locutor, mas este mesmo locutor pode apresentar diferentes pontos de vista (diferentes entre si e diferentes do seu próprio ponto de vista), pode encenar outras vozes e outras perspetivas através da sua própria voz. Segundo Ducrot, os enunciadores só são identificados na enunciação de um locutor, que partilha ou não a perspetiva dos enunciadores. Estes enunciadores são responsáveis pelos pontos de vista. O enunciado representa o ser ou os seres, as vozes expressas pelo(s) enunciator(es). Partilhamos, então, com Vion (2005: 37) a ideia de que “Si la notion d’énonciateur repose sur celle de point de vue, le locuteur ne pourra pas produire un énoncé sans exprimer un point de vue. Il sera alors simultanément locuteur et énonciateur de points de vue”. Observemos o exemplo:

⁴¹ Bakhtine prefere o estudo de textos literários que considera ser o espaço privilegiado para o dialogismo.

⁴² O sujeito era considerado, até aí, o responsável pela enunciação e designado pelas marcas de primeira pessoa (a pessoal).

(32) O João não é rico; é milionário.

Seria estranho que qualquer falante produzisse um enunciado deste tipo sem que, antes, ninguém tivesse dito: “O João é rico.” De facto, em (32), o locutor apresenta dois enunciadores, cada um deles exibindo um ponto de vista distinto: um enunciador E1 afirma que o João é rico e um enunciador E2 rejeita e nega essa asserção, corrigindo-a e afirmando que o João é milionário. Esta estrutura negativa é claramente polifónica, uma vez que o locutor encena um pequeno drama e dá voz a duas personagens distintas, sendo que se identifica com uma delas, o enunciador E2.

Sabemos que o locutor é a entidade que pode utilizar os défticos de primeira pessoa⁴³, mas também é aquele que os pode apagar, recorrendo ao processo de ‘apagamento enunciativo’. Porém, mesmo nestes casos de apagamento enunciativo, Vion (2005: 36-37) considera que “le locuteur demeure présent dans un énoncé qui, ne pouvant simplement décrire ou rapporter, exprime son point de vue et donc sa présence en tant qu’énonciateur”.

Na verdade, o locutor, que é sempre um enunciador, está sempre presente no seu enunciado. E essa presença de um locutor-enunciador (primário) ou de um locutor e mais enunciadores (segundos, como o interlocutor, um terceiro ou a *doxa*)⁴⁴ é um fenómeno evidente nos discursos.

Ducrot ampliou assim a linguística enunciativa benvenistiana; a partir dos seus inúmeros trabalhos nesta área, abriu-se a análise às múltiplas vozes (e já não apenas à voz de um sujeito singular) que atravessam os enunciados.

Ducrot tem vindo a desenvolver as suas teses sobre polifonia em diversos trabalhos, o que dificulta o acesso a um modelo consistente; sob outro ângulo, também é pertinente afirmar a dificuldade que existe em definir, de forma rigorosa, o conceito de ponto de vista, pois este nem sempre se expressa de forma direta e evidente e não corresponde necessariamente à presença de um discurso alheio ao do locutor-enunciador. No entanto, e apesar destes obstáculos, as suas propostas constituem uma extensão da tese da subjetividade na linguagem e avançam para um quadro teórico a que podemos chamar de heterogeneidade enunciativa. Ducrot assume, assim, que a presença do locutor no seu enunciado não se limita às marcas de subjetividade associadas ao aparelho formal de enunciação esquematizado por Benveniste. Categorias como ponto de vista, locutor e enunciador vêm ampliar a noção tradicional que se restringia ao centro déftico. A multiplicidade de seres teóricos, como locutor e enunciadores, possibilitam a Ducrot a análise polifónica de diversos fenómenos linguísticos e discursivos que evidenciam o cruzamento de

⁴³ A forma mais explícita da manifestação do ponto de vista do autor é através dos pronomes de primeira pessoa de singular.

⁴⁴ Segmento inspirado em Alain Rabatel & Andrée Chauvin-Vileno (2006: 19).

vozes dessas entidades. As estruturas de negação, as interronegativas, a ironia, alguns conectores e o relato do discurso⁴⁵ constituem algumas dessas marcas de polifonia.

Falta apenas explicitar que as teses de Ducrot visam, sobretudo, evidenciar o arcabouço argumentativo existente em (quase) todos os nossos discursos. Segundo o autor, o uso que fazemos da linguagem é essencialmente argumentativo, o que significa que pretendemos, através dos enunciados produzidos, atingir determinadas conclusões. As estratégias polifônicas constituem instrumentos que estão, precisamente, ao serviço dessa força argumentativa.

Já Adam (2008:117-120) estabelece estruturas de responsabilidade enunciativa que, como refere, vêm alargar o “aparelho formal de enunciação” de Benveniste. São elas i) os deíticos pessoais, espaciais e temporais; ii) as modalidades; iii) as diferentes formas de relato do discurso; iv) marcadores de mediação, como “segundo”, verbos “dicendi”, reformulações, entre outros; e v) “fenómenos de modalidade autonímica”, como as aspas, o itálico, expressões como “como se diz” e “melhor dizendo”, que indiciam alteridade.

Kjersti Fløttum, que integra o grupo escandinavo ScaPoLine⁴⁶ (acrónimo originado a partir dos lexemas: théorie SCAndinave de la POlyphonie LINGuistiquE), tem feito inúmeros estudos sobre polifonia, onde tem trabalhado as sequências textuais, alguns modalizadores e conectores, e a negação.

Dada a impossibilidade efetiva de estudar – e aplicar ao nosso *corpus* – todos estes fenómenos, elegemos os seguintes marcadores polifónicos: a negação, a ironia, os “îlots textuels”⁴⁷, alguns conectores e a modalização. Deles faremos, de seguida, uma breve apresentação.

3.2.1. NEGAÇÃO

No que se refere à ‘negação’, dos três tipos apontados por Ducrot⁴⁸ – negação descritiva, negação polémica e negação metalinguística – apenas detacaremos as duas últimas, por serem as mais produtivas no que respeita à análise polifónica.

Como podemos distinguir estes conceitos? Enquanto a ‘negação descritiva’ não apresenta qualquer cariz conflitual ou opositivo relativamente a um enunciado anterior, os outros dois envolvem um traço contestatário ou dubitativo, isto é, pretendem contrariar um outro discurso, um outro ponto de vista e, por isso, têm um carácter polifónico.

⁴⁵ O relato do discurso não será tratado nesta dissertação por não nos parecer relevante na análise enunciativa das sequências textuais explicativa e argumentativa.

⁴⁶ O grupo ScaPoLine tem estudado fenómenos linguísticos relacionados com polifonia e interpretação.

⁴⁷ Por dificuldades de tradução, optamos por manter a expressão em francês.

⁴⁸ *Apud* Moeschler & Reboul (1994: 327-328).

A ‘negação metalinguística’ caracteriza-se pelo facto de vir contradizer e anular explicitamente o enunciado afirmativo precedente e correspondente. Assim, em:

(33) Pierre não é inteligente, é genial.⁴⁹

o enunciado afirmativo ‘Pierre é inteligente’ é anulado pela negação. Mas, para além desta anulação, a negação metalinguística adiciona explicitamente ‘é genial’, que vem agir inversamente ao efeito da negação, criando um efeito positivo ampliado. Isto pode ser interessante numa análise polifónica, numa perspetiva dialógica da argumentação.

A negação metalinguística “contredit les termes mêmes d'une parole effective à laquelle elle s'oppose” (Ducrot, 1984: 217)⁵⁰. E para além de se opor a um discurso precedente, este tipo de negação pretende um de dois objetivos possíveis:

- a) Ou ter um efeito de majoração, admitindo um grau superior ao da palavra negada (veja-se o exemplo (33))
- b) Ou anular os pressupostos do enunciado anterior (veja-se o exemplo (34)).

(34) Pierre não deixou de fumar; com efeito, ele nunca fumou na vida.

A ‘negação polémica’, por seu lado, distingue-se da anterior porque o enunciado afirmativo não é efetivamente pronunciado. Por outro lado, este tipo de negação mantém os pressupostos do enunciado anterior e tem um efeito de abaixamento, permitindo uma diminuição de grau. Consideremos o seguinte exemplo.

(35) Pierre não é alto.

Neste exemplo não há a retificação, explícita, de um enunciado precedente. No entanto, e ainda assim, é possível vislumbrar aqui dois pontos de vista: um que afirma que o homem em causa é alto e um outro ponto de vista que afirma o oposto. Temos, portanto, dois enunciadores e um locutor que revela uma certa posição face a esses dois pontos de vista: ele recusa o primeiro e adere ao segundo.

Por conseguinte, a análise de Ducrot configura-se polifónica, pois através do enunciado (35) o locutor dá lugar a dois enunciadores, ou melhor, dois pontos de vista (PdV). Vejamos, esquematicamente, a ideia subjacente:

(35') PdV₁ “Pierre é alto.” – o locutor não é responsável por este ponto de vista, do qual se distancia.

⁴⁹ Tradução nossa do exemplo de Moeschler & Reboul (1994: 327): “Pierre n'est pas intelligent, il est génial”.

⁵⁰ Citado por Moeschler (1992: 16).

(35”) PdV₂ “Pierre não é alto” – o locutor identifica-se com este ponto de vista, que refuta o pdv₁ que considera injustificado.

Esta negação dá-nos a instrução de que há dois PdV que se opõem e que o locutor é responsável pelo PdV₂, havendo assim refutação do PdV₁ do qual não é responsável. Por outro lado, ao assumir o enunciado negativo, o locutor não está a anular e a contradizer o enunciado afirmativo anterior, como ocorria na negação metalinguística; pelo contrário, ele indica apenas a existência de uma propriedade (ser alto) num grau inferior àquele que outro enunciador eventualmente avançaria.

Também Fløttum, em diversos trabalhos, defende que a estrutura de negação sintática “ne ... pas”, equivalente a “não + verbo flexionado” em Português, é recorrente em enunciados polifónicos.

O estudo do carácter polifónico da negação permitir-nos-á analisar de que forma os alunos se servem (ou não) desta estratégia para a construção de uma argumentação (e, eventualmente, de uma explicação) e para a gestão de diferentes pontos de vista.

3.2.2. IRONIA

Se atendermos, agora, à análise polifónica da ‘ironia’, verificamos que Ducrot⁵¹ não considera a ironia “une antiphrase qui consisterait à dire A pour faire comprendre *non-A*” (in Moeschler & Reboul, 1994: 329). A ironia consiste numa retoma de um discurso (real ou potencial) de outro enunciador. Polifonicamente, ao produzir um enunciado irónico, um locutor dá lugar a um ponto de vista do qual se distancia; sendo o responsável pela enunciação, já não o é pelo ponto de vista.

Teremos de distinguir a ‘ironia’ da ‘negação polémica’, no que se refere ao número de enunciadores ou pontos de vista que estão em causa, segundo Ducrot. Na ‘ironia’, estamos apenas perante um enunciador ou ponto de vista que apresenta uma perspetiva absurda (nas circunstâncias em causa) e não duas, como no caso da ‘negação polémica’. A distanciação do locutor relativamente ao ponto de vista do enunciado irónico pode ser marcada através da entoação e da incongruência que se estabelece entre o conteúdo do enunciado e a situação de comunicação. Vejamos o exemplo seguinte (36), retirado das primeiras linhas do *Memorial do Convento* de José Saramago, onde se critica o casal real por falta de descendência, pois, em dois anos, D. Maria Ana Josefa ainda não tinha conseguido engravidar. A corte e o povo murmuravam sobre esta infertilidade.

⁵¹ Os trabalhos de Ducrot sobre a ironia baseiam-se em Sperber e Wilson (1978) e Berrendonner (1981) (in Moeschler & Reboul, 1994: 329).

(36) Que caiba a culpa ao rei, nem pensar, primeiro porque a esterilidade não é mal dos homens, das mulheres sim, por isso são repudiadas tantas vezes, e segundo, material prova, se necessária ela fosse, porque abundam no reino bastardos da real semente e ainda agora a procissão vai na praça.

Todo o enunciado é irônico e constitui um eco de outro enunciador do qual o atual se distancia: o narrador aqui evoca o discurso popular e o que se pensa(va) sobre a infertilidade masculina e a virilidade (sempre sem problemas) do rei (dos homens) e desvincula-se dessa ideia, criticando-a.

Para usar a ironia, o locutor espera a colaboração do interlocutor, pois este tem de ser capaz de decodificá-la; por isso, ela só é apreensível tendo em conta o cotexto e o contexto de comunicação.

3.2.3. “ÎLOTS TEXTUELS”

Foi Jacqueline Authier-Revuz (1978) quem apelidou estes fragmentos textuais delimitados por aspas de ‘îlots textuels’. Frequentemente, o relato do discurso, proposto por Ducrot como um fenómeno polifónico, recorre também ao uso de aspas (por vezes até para marcar a distância do locutor). Todavia, há alguns traços que permitem distinguir os ‘îlots textuels’ deste fenómeno: estes aparecem sempre entre aspas, podem reduzir-se a uma só palavra e, relativamente a eles, o locutor coloca-se sempre à distância, atribuindo a outrem a responsabilidade da respetiva enunciação. Não se trata de dar, explicitamente, a palavra a outro enunciador, mas sim de se demarcar de um outro ponto de vista, o que mostra, uma vez mais, a heterogeneidade enunciativa dos discursos.

Charaudeau e Maingueneau (2002, 190-194) apresentam-no-los como “discours allusion”, e afirmam a sua proximidade do discurso direto, embora os caracterizem pela ausência de verbo introdutor e pela forma sintática incompleta que obriga à sua fusão com o discurso do locutor.

Consideremos, pois, estes ‘îlots textuels’, bem como outros segmentos demarcados por sinais tipográficos denunciadores da presença de outras vozes e de outros pontos de vista como marcas polifónicas.

Consideremos o exemplo seguinte:

(37) O Paul partiu com o seu grande “amor”.⁵²

⁵² Tradução nossa de “Paul est parti avec son grand “amour””, exemplo de FLØTTUM (2001).

Neste exemplo de Fløttum, o nome “amor” ente aspas evidencia um afastamento, uma não-responsabilidade (“non-responsabilité”) do locutor que não se identifica com esse ponto de vista.

Segundo Cunha (1999), os fragmentos textuais delimitados por estes sinais podem configurar i) distanciamento do locutor, ii) não subscrição do ponto de vista expresso pelo fragmento entre aspas, iii) palavras “deslocadas” no discurso, tornando-o heterogéneo, iv) um neologismo ou v) um empréstimo, sendo um termo que não pertence ao uso corrente da língua ou vi) uma inadequação relativa à língua padrão.

De todas estas possibilidades, as três primeiras são as que nos interessam. As aspas, ou outro sinal equivalente, possibilitam, assim, a marcação de uma posição diferente da do enunciador-locutor.

A utilização dos “îlots” pode designar, igualmente, o recurso à *vox populi*, segundo Cunha (1999), em que um indivíduo se apropria da voz do senso comum (povo) no seu discurso, por exemplo através de provérbios. As aspas poderão igualmente dar destaque a uma expressão ou enunciado num discurso, como nas citações, que podem apresentar-se como argumentos de autoridade ou, simplesmente, como forma de o enunciador-locutor se demarcar do autor da citação.

Em síntese, na perspetiva de Cunha (1999: 48), as aspas “duplicam o dizer (...), uma separação entre discurso próprio e de outrem, uma retomada, uma reserva ou rejeição, uma lacuna que deve ser preenchida pelo interlocutor. Enfim uma opacificação do termo que solicita um trabalho interpretativo.”

Ora, sabemos que a polifonia requer, dos enunciados mais opacos, um exercício interpretativo de identificação dos pontos de vista.

3.2.4. CONECTORES

Os ‘conectores’ ajudam a estruturar o discurso criando coesão. Por outro lado, interessa-nos salientar aqui outro ponto que diz respeito à sua valência como marcadores polifónicos.

Existem muitos conectores que constituem marcas explícitas de tomada de responsabilidade enunciativa: ‘Segundo x’ ou ‘de acordo com y’ constituem, nas palavras de Coutinho (2008), exemplos dos chamados introdutores de universo de discurso. Trata-se de expressões que introduzem uma outra voz, um outro ponto de vista e que, nesse sentido, condicionam a validade do enunciado (ou de parte dele). Todavia, há muitos outros conectores que, de forma mais subtil e menos evidente, servem para articular – e marcar – os pontos de vista de enunciadores distintos.

Atentemos no exemplo seguinte:

(38) Esta casa é ótima, mas cara.

Segundo uma leitura polifônica, o enunciado (38) encena um pequeno drama com dois enunciadores distintos: um E_1 que expõe um ponto de vista A [esta casa é ótima], o que serviria como argumento para chegar à conclusão C [vou comprá-la]; no entanto, ao usar o conector ‘mas’, o locutor coloca em cena um outro enunciador, E_2 , que defende um outro ponto de vista, B [a casa é cara], argumento que permitiria obter a conclusão $\sim C$ [não vou comprá-la]. Por fim, cumpre dizer que o locutor se identifica com E_2 , na medida em que o segundo argumento tem maior peso na sua argumentação.

Os conectores contribuem, pois, para a determinação da orientação argumentativa e do ponto de vista, evidenciando um maior ou menor grau de responsabilidade do locutor e são, portanto, marcadores de estratégias enunciativas.

Muitos dos trabalhos de Ducrot têm evidenciado esta potencialidade dos conectores como marcadores de heterogeneidade enunciativa. Eles são escolhidos pelo locutor e funcionam como instruções que permitem ao interpretante compreender que há diferentes pontos de vista em jogo.

Alguns destes conectores, como por exemplo, ‘todavia’, ‘no entanto’, ‘se bem que’, ‘mas’ e outros sinalizam a existência de enunciadores que detêm pontos de vista opostos; em contrapartida, alguns outros envolvem dois pontos de vista distintos, convergentes até, embora o primeiro seja sentido como insuficiente e o segundo constitua um ponto de vista a que poderíamos chamar reformulador: ‘por outras palavras’, ‘ou melhor’, ‘ou antes’, ‘isto é’, ‘ou seja’ e muitos outros.

Após os trabalhos de Ducrot, Adam (2008) apresenta também uma classificação geral de conectores, que relaciona com dois dos níveis do seu esquema relativo aos níveis ou planos da análise de discurso (cf. Quadro 6):

- Com o nível 4 (N4) - (Textura: proposições enunciadas e períodos)
- Com o nível 7 (N7) - (Enunciação: responsabilidade enunciativa e coesão polifônica).

Assim, o autor propõe três classes:

- i) conectores argumentativos (dependentes de N4, N7 e da orientação argumentativa [N8]);
- ii) organizadores e marcadores textuais (dependentes de N4);
- iii) marcadores de responsabilidade enunciativa (dependentes de N7).

Consideremos os grupos i) e iii) que se relacionam com o plano de análise enunciação (N7).

Na categoria i), Adam inclui os concessivos, tais como ‘mas’, ‘no entanto’, ‘embora’; os explicativos/justificativos, como ‘pois’, ‘porque’; e os marcadores de argumento, como ‘além do mais’, ‘não apenas’.

No âmbito dos marcadores de responsabilidade enunciativa (grupo iii), Adam (2008: 187-188) inclui os marcadores de mediação ou “fonte de saber”, como ‘segundo’, ‘de acordo com’; os marcadores de reformulação, como ‘isto é’; e os conclusivos, como ‘enfim’, ‘em conclusão’.

Como se pode constatar, os conectores argumentativos e de responsabilidade enunciativa têm, ambos, valor polifónico, já que permitem identificar várias vozes. Adam (*idem*: 194) salienta que “Um conector indica um ponto de vista enunciativo (PdV) e o grau de responsabilidade enunciativa, pelo locutor (L), dos enunciadores atribuídos diretamente ou não, aos enunciadores (E1, E2)”.

Observemos, a título de exemplo, o caso do conector ‘já que’ em:

(39) Já que está a chover, fiquemos em casa.

O conector ‘já que’ sinaliza a entrada em cena de um Enunciador responsável por um enunciado “está a chover” que o locutor não apresenta como seu. Ou seja, o locutor de (39) baseia a sua proposta “fiquemos em casa” sobre um facto que ele atribui a outrem.

Segundo Fløttum (in “Liens énonciatifs: tentative d’une nouvelle typologie”), os laços de responsabilidade enunciativa revelam aspetos interessantes na análise polifónica, bem como na coerência polifónica de um discurso.

Assim, podemos configurar esta estrutura na construção esquemática pCq , sendo C o conector que indica, normalmente, a relação que se estabelece entre os segmentos p e q , e de que o locutor é responsável.

(40) Está a chover, mas vou correr $\Rightarrow p \text{ mas } q$ ($p C q$)

(39’) Já que está a chover, fiquemos em casa. $\Rightarrow \text{já que } p, q$ ($C p, q$)

Em (39’), o conector ‘já que’ (C) mostra que o locutor é responsável por (q) e não por (p) e também marca uma ‘reinterpretação’ em relação de (p).

Os trabalhos de Fløttum mostram que conectores como “mas” têm a capacidade de delimitar uma relação que pode ser um argumento ou um contra-argumento.

Antes de finalizarmos, queríamos assinalar a referência que Vion (2007) faz aos “leurre” argumentativos, isto é, aos artifícios linguísticos que o falante utiliza para mostrar “ares” de discurso argumentativo. Por não ter argumentos convincentes, recorre de forma sistemática a

conectores que pretendem evidenciar uma orientação argumentativa e dialógica, sem apresentar proposições que constituam os seus argumentos.

Adam (2008) salienta que o uso dos conectores varia de acordo com as sequências textuais e os géneros do discurso.

3.2.5. MODALIZAÇÃO

A modalização permite introduzir, no enunciado, mais uma componente de subjetividade. Este conceito designa a atitude do sujeito falante relativamente ao seu enunciado ou ao seu interlocutor. Essas diferentes atitudes do locutor, face ao conteúdo proposicional do seu enunciado ou face ao seu interlocutor, traduzem-se num conjunto de estratégias linguísticas que evidenciam, a presença desse locutor. Alguns autores distinguem precisamente os termos ‘modalização’ e ‘modalidade’, afetando o primeiro ao processo de inscrição de um determinado ponto de vista num enunciado e reservando o termo ‘modalidade’ para referir as marcas que concretizam esse processo.

Consideremos os seguintes enunciados:

(41) Talvez ele chegue hoje a Coimbra.

(42) Deves ir visitá-la.

Nos dois exemplos anteriores, é visível a presença de um sujeito locutor que se mostra através de marcas distintas. Em (41), e através do advérbio ‘talvez’, o locutor exhibe o seu grau de certeza relativamente ao conteúdo do que diz; em (42), o locutor expressa um juízo, subjetivo, acerca do que o seu interlocutor ‘deve’ fazer.

A atitude do sujeito falante pode remeter para valores de certeza, probabilidade ou possibilidade (‘modalidade epistémica’), para valores de obrigação, proibição ou permissão (‘modalidade deôntica’) e ainda para juízos de valor subjetivo (modalidade apreciativa⁵³).

Na medida em que é evidente a interferência do ponto de vista do falante em enunciados com modalidade apreciativa, não vamos fazer uma apresentação teórica deste tipo de modalidade, e vamos selecionar apenas as outras duas subcategorias: a epistémica e a deôntica.

A ‘modalidade epistémica’ marca “o grau de comprometimento do falante relativamente à verdade do que diz” (Lopes & Rio-Torto, 2007: 60). O falante poderá assumir uma atitude de total compromisso com o conteúdo proposicional do seu enunciado, expressando um valor de certeza. Nesta situação, a frase declarativa, afirmativa ou negativa, é privilegiada prototipicamente (43).

⁵³ A modalidade apreciativa está fortemente relacionada com os atos ilocutórios expressivos.

(43) Está a chover.

Podemos parafrasear esta frase (43) através da formulação: “É verdade/certo que está a chover”.

A modalidade epistémica está intimamente relacionada com os atos ilocutórios assertivos, que asserem o valor de verdade da proposição, já que a situação expressa se apresenta como um facto, segundo Lopes (2006: 14).

No entanto, nem sempre é possível ao locutor assumir o conteúdo proposicional da frase que enuncia, por não dispor de informação suficiente. Assim, o seu grau de comprometimento será menor e corresponderá a valores epistémicos de probabilidade ou possibilidade.

(44) Deve estar a chover.

(45) Pode estar a chover.

Ao recorrer a marcadores modais como ‘dever’ e ‘poder’, o falante evidencia que não possui conhecimentos para validar a predicação. Em (44) o locutor assume uma atitude de não certeza, apontando a situação como ‘provável’, partindo de uma inferência ancorada no seu conhecimento prévio, por exemplo depois de ter consultado a meteorologia. O valor modal epistémico de probabilidade é aqui veiculado pelo verbo modal ‘dever’. Já em (45), o valor modal epistémico expresso é de possibilidade. O falante formula uma hipótese, não assumindo “qualquer compromisso em relação à verdade do que diz”⁵⁴. Linguisticamente, o verbo modal ‘poder’ marca esta possibilidade/hipótese.

Para marcar a modalidade epistémica, existem diversos operadores linguísticos. Já foram enunciados i) os verbos modais ‘poder’ e ‘dever’, mas dispomos também de ii) expressões adverbiais, como ‘certamente’, ‘provavelmente’, ‘possivelmente’, ‘talvez’, entre outras; iii) de construções com os adjetivos ‘possível’ e ‘provável’, como ‘é possível que’, ‘é provável que’; iv) de tempos verbais, como o futuro do indicativo que veicula frequentemente um valor de incerteza; v) o recurso a um verbo com sentido modal na oração principal, tal como ‘saber’, ‘crer’⁵⁵, expressa diferentes graus de certeza do falante em relação ao que diz.

No que se refere à ‘modalidade deontica’, esta veicula valores modais que exprimem obrigação, proibição e permissão. Desta forma, através do conteúdo proposicional, o locutor “pode agir sobre o interlocutor, asserindo como obrigatória ou permitida uma determinada forma de conduta (...). A inscrição de um valor deontico no discurso corresponde sempre ao exercício de uma autoridade intimativa, pessoal ou institucional”⁵⁶.

⁵⁴ in Lopes & Rio-Torto (2007: 61).

⁵⁵ Exemplo: *Creio* que vai chover.

⁵⁶ In Lopes & Rio-Torto (2007: 62).

(46) Acaba esta tarefa!

(47) Deves ler mais.

(48) Podes sair.

Os dois primeiros exemplos atestam um valor de obrigatoriedade, pois o falante exige ao seu interlocutor que realize uma ação. Para isso usa operadores linguísticos, tais como o modo imperativo em (46), o verbo modal ‘dever’ (que pode ser substituído por ‘ter de’) em (47). Já o enunciado (48) veicula um valor de permissão marcado pelo verbo modal ‘poder’, que dá a possibilidade ao interlocutor de escolher um ação futura. Verbos como ‘permitir’, ‘precisar (de)’, e expressões impessoais de valor modal (deôntico) como ‘é forçoso que’ são igualmente operadores que expressam valores deônticos.

A modalidade deôntica está intrinsecamente relacionada com os atos ilocutórios diretivos, diretos ou indiretos, por apresentar situações obrigatórias, interditas ou permitidas e por envolver o locutor e o alvo do juízo de valor deôntico numa relação assimétrica, assumindo o locutor um papel de “autoridade e controlo sobre o seu alvo”⁵⁷. É de referir que o alvo pode não ser o interlocutor, poderá ser uma terceira entidade que participa da ação representada, como “os alunos” em (49).

(49) Os alunos têm de fazer a inscrição no prazo de três dias.

Devemos salientar que há enunciados que apresentam ambiguidade, podendo manifestar um valor epistémico e um valor deôntico. Só com mais informação contextual será possível anular a ambiguidade da frase.

Vejamos o exemplo seguinte e as interpretações possíveis.

(50) Os alunos podem consultar as provas de exame.

Propomos duas interpretações para (50):

(50’) É possível que os alunos consultem as provas de exame.

(50’’) É permitido que os alunos consultem as provas de exame.

De que modo podemos articular, então, a presença de marcadores modais – e, portanto, de modalização – com a questão da polifonia?

Segundo Vion (2005), a modalização constitui um fenómeno de dupla enunciação, na medida em que há um enunciador que comenta outro enunciador, sendo que as duas enunciações estão a cargo de um só locutor. Atentemos no exemplo subsequente:

⁵⁷ *Ibidem*, p. 63.

(51) O Pedro virá certamente quinta-feira.

Neste exemplo, inspirado em Vion, o uso do advérbio ‘certamente’ mostra um sujeito distanciado do seu enunciado, isto é, um sujeito que diz ‘O Pedro virá quinta-feira’ e que em simultâneo se desdobra noutra sujeito que se distancia do dito e que produz um comentário reflexivo sobre esse dito, mostrando as suas dúvidas (marcador de modalidade epistémica).

O enunciado seguinte, ilustrativo da modalidade deôntica, também encena o diálogo entre dois enunciadores:

(52) Tu tens de ajudar o Pedro.

Em (52), há um locutor que dá voz a um discurso alheio, ao hipotético ou real discurso do ‘tu’ (que afirma não ajudar o Pedro), e há um segundo enunciador, que se identifica com o locutor, a afirmar a obrigatoriedade desse auxílio.

A modalização constitui, assim, uma forma a que o locutor pode recorrer, permitindo-lhe a coexistência de pontos de vista. Segundo Vion (2005: 43), “L’apparition d’un *modalisateur* au sein d’un énoncé provoque une opacification du sens de l’énoncé en raison, notamment, du dédoublement énonciatif que provoque la production d’un commentaire réflexif sur cet énoncé”.

Para concluir, devemos destacar que qualquer subcategoria da modalidade é de natureza escalar, por exemplo pode haver maior ou menor grau de certeza. Acrescentamos, ainda, que segundo Vion (2007) alguns usos de modalizadores podem querer denunciar uma ancoragem dialógica, como “É certo que”, “efetivamente”, mas também podem funcionar como um engano, um artifício argumentativo.

Finalizadas as questões teóricas de base que nos orientam na resposta à nossa hipótese, no capítulo seguinte passaremos ao trabalho empírico.

CAPÍTULO II – METODOLOGIA E *CORPUS*

1. PROCESSO DE RECOLHA DO *CORPUS*

A hipótese de uma leitura enunciativa das sequências textuais explicativa e argumentativa, através de uma análise da distribuição da dêixis e da polifonia, determinou a elaboração das questões que iriam constituir o nosso *corpus*.

A nossa questão de partida – poderíamos distinguir uma sequência explicativa de uma sequência argumentativa através de uma análise enunciativa – foi testada a partir de dois exercícios de escrita solicitados a alunos do 12.º ano na disciplina de Português.

Para a sequência textual explicativa, desencadeamos o seguinte exercício, através de uma “questão de aula”⁵⁸ realizada na aula de Português.

Questão de aula – 12.º ano

1. Atenta nas frases seguintes:

Ela tem aceiteado todos os convites.

O convite foi aceite por todos.

Explica por que razão ocorre a variação do particípio passado, *aceitado* e *aceite*, do verbo *aceitar*.

A recolha ocorreu no final do 3.º período de 2014/2015.

Relativamente à sequência textual argumentativa, recolhida na segunda metade do 2.º período, do mesmo ano, propusemos a tarefa que a seguir se transcreve.

Produção textual

Num texto bem estruturado, com um mínimo de cento e trinta e um máximo de cento e oitenta palavras, apresenta uma sequência argumentativa em que defendas ou refutes a seguinte afirmação: *O poder corrompe*.

Devemos informar que toda a recolha do *corpus* decorreu em colaboração com a professora titular da turma e procurámos que as tarefas se integrassem naturalmente nas sequências de aprendizagem que constituem o currículo da disciplina. Também foi nossa preocupação que a aplicação não criasse “ruído” no trabalhos pedagógicos de cumprimento do programa e de preparação para o exame nacional, bem como que não houvesse perturbação nos alunos-informantes e assim poderíamos obter respostas o mais fidedignas possíveis. Por isso, as temáticas selecionadas foram negociadas com a professora da turma, considerado o programa curricular. Para a sequência textual explicativa, urgia, em final de ano letivo, uma revisão deste conteúdo gramatical (os verbos abundantes e verbos auxiliares). No que concerne à sequência

⁵⁸ Pequeno exercício de avaliação formativa individual solicitado em aula, com curta duração temporal.

argumentativa, optámos por um texto com dominante argumentativa, onde as sequências textuais argumentativas predominam, com um tema que fizesse parte do quotidiano dos alunos. Por essa altura, o tema da corrupção constituía matéria primeira em telejornais e imprensa nacional e internacional, o que implicaria por parte dos nossos informantes uma tomada de posição e propiciaria respostas mais produtivas.

Reunimos 28 sequências textuais explicativas e 27 textos predominantemente argumentativos, tendo sido excluída 1 sequência explicativa, ficando com 27, de forma a que fossem os mesmos informantes a produzir as duas tarefas solicitadas.

No que diz respeito ao conhecimento dos informantes sobre os conteúdos objeto da presente dissertação, as sequências textuais explicativas e argumentativas, a dêixis e os fenómenos em análise polifónica (onde incluímos (i) a negação; ii) conectores; iii) modalidade epistémica e deontica; iv) “ilôts textuels” e iv) perguntas retóricas), devemos salientar que as sequências textuais em estudo constituem matéria pedagógica ao longo do ensino secundário, havendo um trabalho mais explícito e incisivo no 11.º ano no que se refere ao texto argumentativo⁵⁹. Note-se que a sequência textual explicativa foi sendo reforçada durante os diversos anos do ensino básico, ampliando-se a informação, os conectores e a sua estrutura. Veja-se, por exemplo, o que é exigido ao nível de respostas restritas no exame nacional de Português do 12.º⁶⁰. É também de apontar que o trabalho efetuado com os alunos com estas sequências textuais é reforçado quer na escrita quer na oralidade.

A negação e os conectores são estruturas gramaticais que têm sido, igualmente, objeto de atenção nas sequências de ensino aprendizagem, integrados, essencialmente, no estudo de classes de palavras e da sintaxe; no entanto, no ensino secundário, é-lhe dada especial atenção através das áreas da semântica e da pragmática⁶¹.

Para a modalidade, os “ilôts textuels” e as perguntas retóricas, o 11.º ano é um momento preponderante na consciencialização da expressão e da capacidade destes fenómenos linguísticos. Atrevemo-nos a referir que, com o programa ainda em vigor (homologado em 2002), a sequência de ensino aprendizagem n.º2, ligada ao texto argumentativo (nomeadamente através da leitura do discurso político e do *Sermão de Santo António aos Peixes* de Pe. António Vieira, da expressão escrita de textos expositivo-argumentativos e textos de apreciação crítica), os alunos acedem de forma clara a estas competências. Neste mesmo âmbito, e entrando no nível

⁵⁹ Este estudo é frequentemente articulado com a disciplina de Filosofia que trata da argumentação no mesmo ano de escolaridade.

⁶⁰ “Nos itens de resposta restrita, a cotação é distribuída pelos parâmetros seguintes: aspetos de conteúdo (C) e de estruturação do discurso e correção linguística (F)”. In *Critérios de Classificação*, prova 639, 2ª fase 2015, p. 2.

⁶¹ No ensino básico, a semântica e a pragmática não são abandonadas, mas estes fenómenos linguísticos não são objeto de estudo explícito.

do funcionamento da língua, determinados conteúdos, tais como a interação discursiva (a força ilocutória), os protótipos textuais e a modalidade, entre outros, já contribuíram, também para enriquecer a consciência metalinguística dos alunos, quer na área da semântica quer na da pragmática.

Portanto, aquando da recolha do *corpus*, os nossos informantes poderão já ter tido acesso ao conhecimento explícito dos elementos em análise.

2. PERFIL DOS INFORMANTES

Os nossos informantes constituem 27 alunos de uma turma do 12.º ano de Ciências e Tecnologias de um Agrupamento da zona do Médio-Tejo. A escola a que pertencem estes alunos localiza-se em meio urbano, mas o concelho é maioritariamente rural.

Atendendo à descrição do perfil dos informantes da nossa amostra, os 27 informantes estão distribuídos entre 9 do sexo feminino e 18 do sexo masculino, com idades compreendidas entre os 17 e os 20 anos (a faixa etária dominante é a dos 17-18 anos). A maioria dos informantes reside em zona urbana. No que se refere ao aproveitamento escolar, a maior parte da turma parece ser homogénea, com desempenhos medianos.

Há um desvio no número de informantes do sexo feminino (9) e do sexo masculino (18); no entanto, este fator não parece ser relevante para o estudo da nossa hipótese.

3. METODOLOGIA DO ESTUDO

Para o levantamento dos dados para análise, optámos por identificar cada produção dos nossos informantes com uma sequência constituída por uma letra e um número. Assim, os textos explicativos serão assinalados por E (de Explicativo) e os argumentativos por A (de Argumentativo). Cada um dos informantes corresponde a um número de 1 a 27, de forma aleatória. Por conseguinte, ao informante 1 pertencem a sequência explicativa E1 e o texto predominantemente argumentativo A1; E2 e A2 foram produzidos pelo informante 2 e, assim sucessivamente, até chegarmos ao informante 27 com E27 e A27.

O número médio de palavras utilizadas na sequência explicativa é de 45 e nos textos predominantemente argumentativos é de cerca de 150 palavras.

Na análise do *corpus*, constituído por 27 sequências textuais explicativas e 27 textos predominantemente argumentativos, no total de 54 textos, começámos por verificar a

distribuição da dêixis pessoal, nomeadamente determinantes e pronomes de 1ª e de 2ª pessoas, marcas de flexão verbal de 1ª e 2ª pessoas, dêixis temporal e espacial⁶².

Ainda observámos a ocorrência de fenómenos linguísticos que identificassem a polifonia, tais como a polaridade negativa ([não]+[V]_{flexão}), conectores (contrastivos, de causa-consequência, explicativos/reformativos, aditivos, alternativos, de síntese/conclusão), modalizadores (epistémicos e deônticos), “îlots textuels” e perguntas retóricas. Este levantamento foi depois quantificado e analisado, o que será tratado no capítulo seguinte, de forma a respondermos à nossa pergunta inicial – é possível fazer uma leitura enunciativa das sequências textuais explicativa e argumentativa?

⁶² Note-se que em todo o *corpus* não foi possível identificar a ocorrência da dêixis espacial.

CAPÍTULO III – ANÁLISE DO *CORPUS* – LEITURA QUANTITATIVA E QUALITATIVA

1. LEITURA QUANTITATIVA

Vamos observar, nesta secção, o comportamento da dêixis e da polifonia na sequência textual explicativa e nos textos predominantemente argumentativos produzidos pelos nossos 27 informantes pré-universitários.

Impõe-se, desde já, referirmos que os exemplos que usaremos serão transcrições da nossa amostra, sem lhes introduzirmos correções de qualquer índole. Sublinharemos o que pretendemos destacar no nosso estudo.

Atentemos na distribuição da dêixis na sequência textual explicativa, a partir da Quadro 7.

	E12	E17	E19	Totais
Pronomes e determinantes de 1ª pessoa			eu	1
Pronomes e determinantes de 2ª pessoa				0
Flexão verbal – marcas de 1ª pessoa	utilizamos	queremos-2	sei penso-2 sabemos temos	8 ⁶³
Flexão verbal – marcas de 2ª pessoa				0
Dêixis temporal⁶⁴				0

Quadro 7: Distribuição da dêixis na sequência explicativa. ⁶⁵

Neste quadro, optámos por indicar apenas os informantes que atestaram marcas da dêixis. Face a estes dados, procuramos verificar a percentagem de ocorrências da dêixis da sequência textual explicativa na nossa população.

⁶³ Sendo 3 ocorrências de 1ª pessoa do singular e 5 ocorrências de 1ª pessoa do plural.

⁶⁴ Os presentes do indicativo atestados não têm ancoragem no T0 (aqui e agora), são atemporais.

⁶⁵ No Quadro 7, não indicamos a dêixis espacial, pois não foi encontrada nenhuma evidência desta tipologia. Relembramos que E12, E17 e E19 correspondem à sequência explicativa (E) dos informantes 12, 17 e 19, respetivamente.

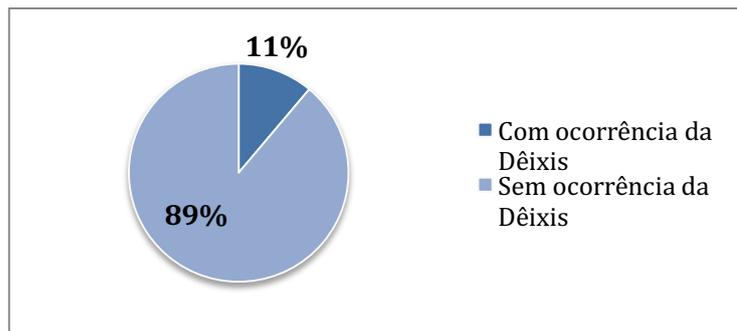


Figura 1: Ocorrência da dêixis na sequência explicativa.

Observamos, então, que 11% (Figura 1), isto é, dos 27 informantes, apenas 3 (E12, E17 e E19) recorreram à dêixis aquando da produção da sua explicação. Temos, portanto, 89% da nossa amostra que não selecionam marcas dêíticas neste tipo de composição.

Vejamos como é que estes 11% distribuem as categorias da dêixis.

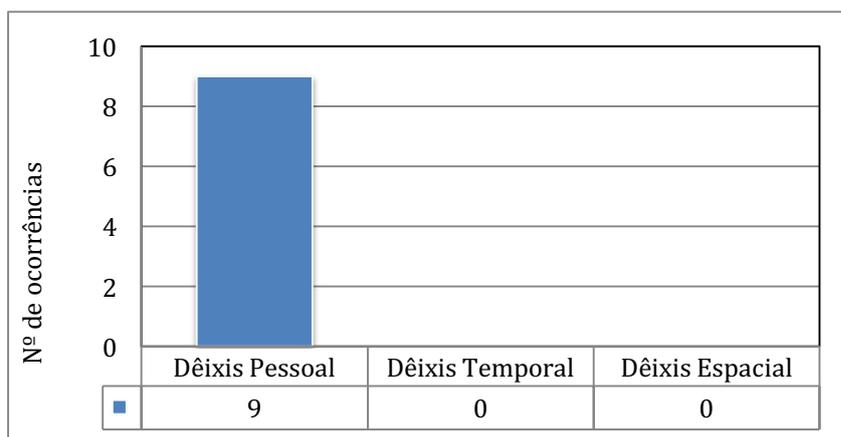


Figura 2: Distribuição das tipologias da dêixis: pessoal, temporal e espacial na sequência explicativa.

Na Figura 2, constatamos que em nenhum dos informantes atestámos a dêixis temporal ou a dêixis espacial. Apenas foram identificadas 9 ocorrências de marca de 1ª pessoa (1 marca em E12, 2 em E17 e 6 em E19), ou melhor, os 3 informantes, E12, E17 e E19, ao recorrerem à dêixis, selecionam unicamente uma tipologia, a pessoal.

Atentemos na distribuição da dêixis pessoal na sequência explicativa.

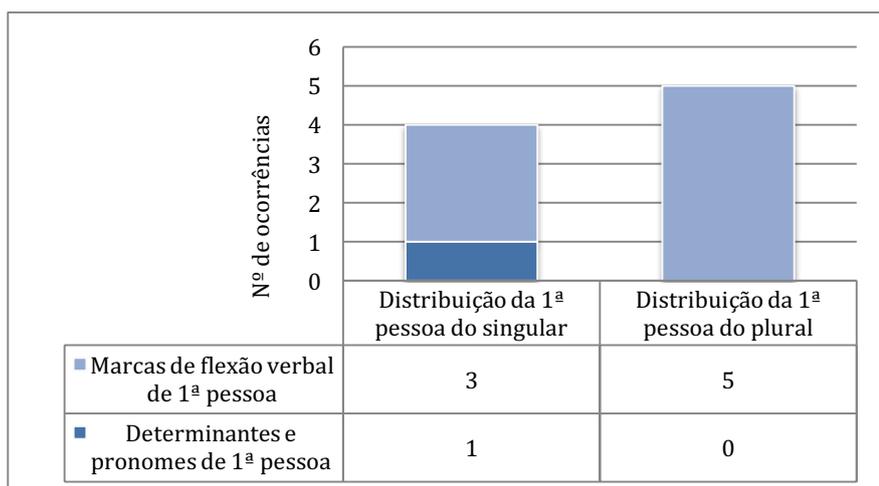


Figura 3: Dêixis pessoal – distribuição da 1ª pessoa do singular e da 1ª pessoa do plural na sequência explicativa.

Da análise dos dados do Figura 3, verificamos que se localizam 4 ocorrências da 1ª pessoa do singular e 5 de 1ª pessoa do plural. Os informantes E12, E17 e E19 usam a 1ª pessoa do plural e apenas o informante E19 seleciona a 1ª pessoa do singular com 4 ocorrências (1 pronome e 3 marcas de flexão verbal) (Quadro 7).

Não obstante, devemos salientar que quando se atesta a dêixis numa sequência explicativa é sempre de 1ª pessoa (*eu* ou *nós*), mas também se oscila entre o uso da dêixis pessoal e da 3ª pessoa, o impessoal (a não-pessoa para Benveniste), como “utiliza-se”, “não se podem usar” e “se deve” (nos 3 informantes, exemplos (53) e (54))⁶⁶. O informante E19 seleciona, preferencialmente, a 1ª pessoa do singular, como no exemplo (54), atestando na totalidade da sequência 6 ocorrências da dêixis (4 de 1ª pessoa do singular e 2 de 1ª pessoa do plural).

(53) Assim, quando está presente o auxiliar “ter”, utiliza-se o particípio na forma regular (aceitado); quando está presente o auxiliar “ser” ou “estar” utilizamos o particípio na forma irregular (aceite). (E12)⁶⁷

(54) Eu não sei bem o porquê desta variação mas penso que se deve à ... (E19)

Da distribuição da dêixis na sequência textual explicativa, podemos observar que a ocorrência não é significativa, pois apenas 3 informantes recorreram ao uso da dêixis do tipo pessoal.

Consideremos, de seguida, o comportamento da dêixis nos textos predominantemente argumentativos, tendo em conta o Quadro 8 de distribuição da dêixis nestes textos.

⁶⁶ O sublinhado, nos exemplos, será nosso.

⁶⁷ À frente de cada exemplo, indicaremos a sua fonte, i. e., a sequência E ou A (explicativa ou argumentativa) e o número do informante.

Quadro 8: Distribuição da dêixis em textos predominantemente argumentativos

	A1	A2	A3	A4	A5	A6	A7	A8	A9	A10	A11	A12	A13	A14
Pronomes e determinantes de 1ª pessoa	nosso-2 nossos nós nos-2 (6)		eu mim nos (3)		minha (1)	minha (1)	eu minha-2 nos-4 nos nossos nossa (10)	nosso (1)	eu nosso (2)	minha nos-5 nossa-2 nosso-2 (10)	nossas (1)	me (1)	minha-2 (2)	
Pronomes e determinantes de 2ª pessoa														
Flexão verbal – marcas de 1ª pessoa	temos podemo s aperceb er-mos estamos (4)	consider o concord o penso falo (5)	acho-2 somos (3)			temos (1)	estou somos-2 sermos tornam o-2 (6)		defendo penso temos fazemos (4)	podemo s-2 vemos vivemos temos-2 tornam os (7)	ouvirmo s controla mos inventa mos (3)	posso somos (2)		sou defendo julgo acho concord o somos (6)
Flexão verbal – marcas de 2ª pessoa							queres dá (2)							
Dêixis temporal⁶⁸	18	12	13	11	14+atualmente	9	11	26	14	17	19	17	7	16

⁶⁸ Optámos por não fazer o levantamento de todas as formas verbais no presente do indicativo (ancoradas em T0), por haver uma presença massiva e termos falta de espaço. Indicamos apenas o número total de uso de presentes do indicativo e perifrástico.

À semelhança do que fizemos para a sequência explicativa, vamos proceder da mesma forma na observação dos dados do Quadro 8 dos textos predominantemente argumentativos.

Analisando os dados deste Quadro, verificámos que a totalidade da nossa amostra evidencia marcas de dêixis nos textos predominantemente argumentativos.

Atentemos na forma como os informantes distribuem as tipologias da dêixis.

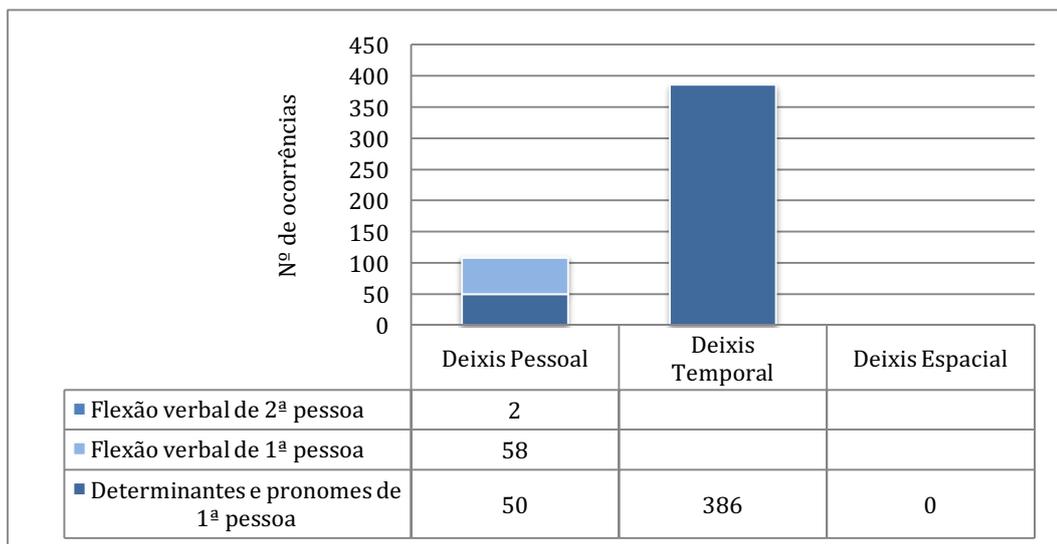


Figura 4: Distribuição das tipologias da dêixis: pessoal, temporal e espacial nos textos predominantemente argumentativos.

Observando a distribuição das tipologias da dêixis na Figura 4, em nenhum dos informantes atestamos a dêixis espacial.

Foram identificadas 110 ocorrências da dêixis pessoal, sendo 2 ocorrências de flexão verbal de 2ª pessoa, 58 de marcas de flexão verbal 1ª pessoa e 50 ocorrências de determinantes e pronomes de 1ª pessoa.

Para a dêixis temporal, atestámos 386 marcas (incluímos nas marcas de tempo o presente do indicativo e perifrástico; atestámos também “atualmente” em A4, “agora” em A19 e A25 e “atual” em A25). Podemos afirmar que as produções textuais estão claramente ancoradas no T0.

Vejamos os exemplos da dêixis pessoal de 1ª pessoa (exemplos 55 e 56) e de 2ª pessoa (57), bem como de dêixis temporal, “roubam”, “temos” e “agora” em (56), retirados de várias produções.

(55) Mas podemos ver este abuso de poder em todo o lado, basta olhar um pouco “acima”, desde gestores de empresas a diretores, mesmo nós no dia-a-dia sem nos apercebermos estamos muitas vezes a abusar do nosso poder, e isso acaba por nos corromper. (A1)

(56) mas os nossos governantes, sejam eles quais forem, roubam para si e para os seus familiares, temos agora um caso público, o de Sócrates. (A19)

(57) Se queres saber se um homem é fiel aos seus valores, dá-lhe poder. (A7)

Temos, portanto, um claro predomínio da dêixis temporal, mas também se destaca a deixis pessoal na 1ª pessoa. Vejamos, de seguida, qual é a distribuição da dêixis pessoal.

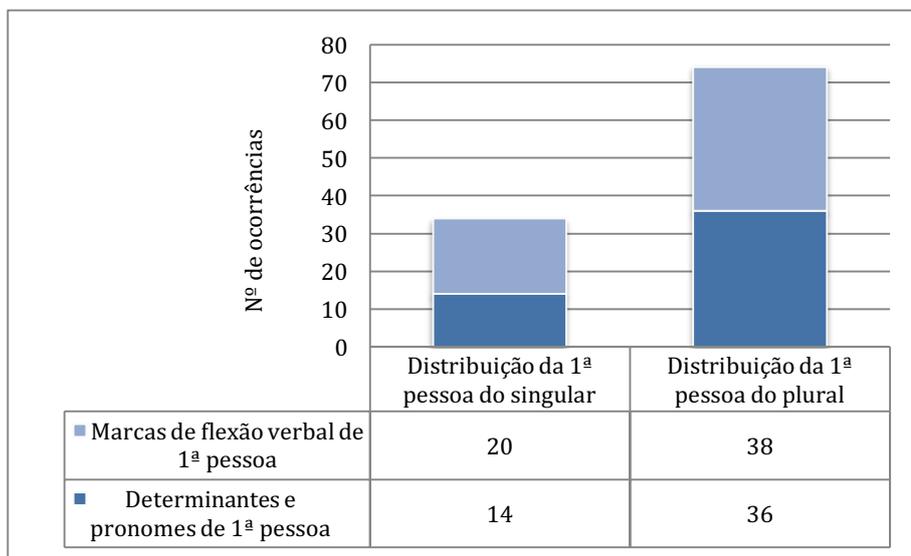


Figura 5: Dêixis pessoal – distribuição da 1ª pessoa do singular e da 1ª pessoa do plural nos textos predominantemente argumentativos.

Do levantamento dos dados empíricos na Figura 5, constatamos que a dêixis pessoal de 1ª pessoa se distribui entre marcas da 1ª pessoa do singular (34) e marcas da 1ª pessoa do plural (74). A 1ª pessoa do singular divide-se entre determinantes e pronomes de 1ª pessoa (14) e 20 ocorrências de marcas de flexão verbal de 1ª pessoa. Por sua vez, observamos 36 determinantes e pronomes de 1ª pessoa do plural e 38 marcas de flexão verbal de 1ª pessoa do plural.

Considerando as Figuras 4 e 5, verificamos que a ocorrência da dêixis em textos predominantemente argumentativos é muito significativa. Também devemos referir que na deixis pessoal há um domínio da 1ª pessoa do plural (74 ocorrências). É, pois, evidente uma presença subjetiva nos textos com dominante argumentativa, denunciada através de um “eu” ou de um “nós”.

Acabámos de verificar como se distribuem as ocorrências e a frequência da dêixis nas duas sequências textuais em análise, a explicativa e a argumentativa.

Observemos, agora, a distribuição da polifonia nas vinte e sete sequências textuais explicativas, considerando o Quadro 9.

Quadro 9: Distribuição da polifonia na sequência textual explicativa.

	E1	E2	E3	E4	E5	E6	E7	E8	E9	E10	E11	E12	E13	E14
Estrutura de negação: Não + verbo (flex.)														
Conectores: . contrastivos . causa-consequência . explicativos /reformulativos . aditivos ¹ . alternativos . síntese/conclusão	porque-1	porque-2	enquanto ² -1	porque-1 e-1	devido a-1 ou seja-1	porque-1 mas-1 <i>(como síntese, usa 1 perg. retórica)</i>	porque-1 e-1	porque-1 e-1	e-1 no entanto-1 isto é-1	uma vez que-1	.como tal-1 .desta forma-1 .de maneira a que-1 .e-1	porque-1 assim-1 (a última frase denuncia a uma conclusão)	porque-1 enquanto-1	devido a-1 apesar de-1 enquanto-1
Modalizadores: . epistémicos(E) . deônticos (D)						poder-1 (E)								poder-2 (E)
Îlots textuels														
Pergunta retórica						O que seria a vida sem caprichos?								

¹ Consideramos a copulativa “e”, pois a sequência textual explicativa tem uma extensão mais reduzida e pode contribuir para a fase de resolução do problema.

² O “enquanto” é utilizado como sinónimo de “ao passo que”.

Devemos, antes de mais, destacar que todos os informantes recorrem à polifonia na sequência explicativa, sobretudo através dos conectores (Quadro 9).

Faremos de seguida uma leitura quantitativa das categorias que seleccionámos, por nos parecer que configuram marcas de polifonia, a saber: a negação sintática do tipo [não+V_{flex}], conectores (contrastivos, de causa-consequência, explicativos/reformulativos, aditivos, alternativos e de síntese/conclusão), modalizadores epistémicos e deônticos, “îlots textuels” e pergunta retórica.

Vejamos a distribuição de cada uma destas categorias.

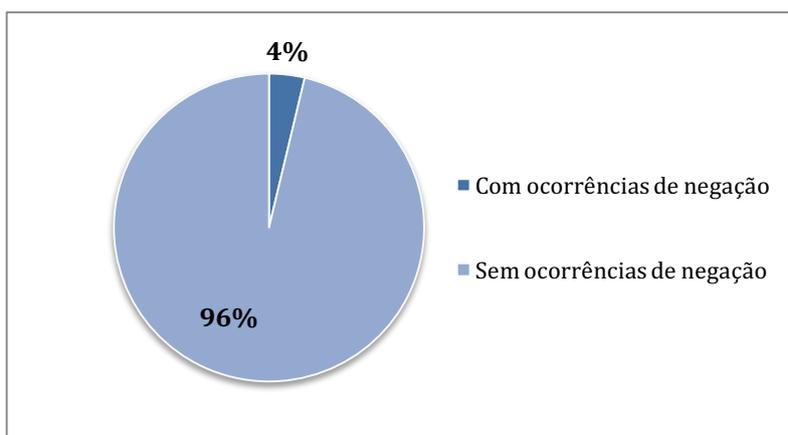


Figura 6: Ocorrência da negação na sequência explicativa.

Nesta Figura (6), verificamos que apenas 4% dos informantes recorre à negação, o que equivale a 1 informante (E17), como é assinalado no exemplo seguinte (58):

(58) Sendo assim, há duas variações do participio passado, aceitado e aceite, do verbo “aceitar” tendo regras para ser usadas, ou seja, não se podem usar quando queremos e onde queremos. (E17)

No que concerne à distribuição dos conectores na sequência explicativa, verificamos, como indica o Quadro 9 e a Figura 7, que os 27 informantes recorrem à totalidade de 60 conectores, havendo um destaque para os de causa-consequência com 31 ocorrências, seguidos dos contrastivos (10 ocorrências) e dos aditivos e de síntese, ambos com 8 ocorrências. Não foi atestado nenhum conector alternativo.

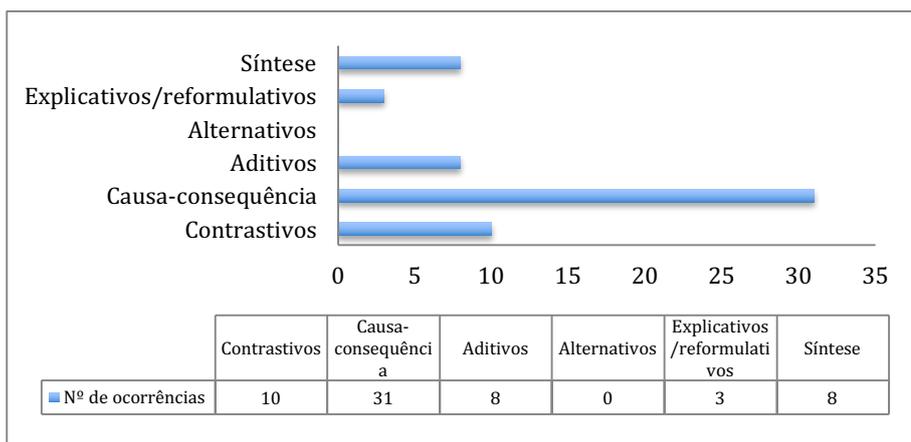


Figura 7: Distribuição dos conectores na sequência explicativa.

Considerando a prevalência dos conectores de causa-consequência na sequência textual explicativa (Figura 7), parece-nos interessante perceber quantos informantes os usam (Figura 8). De igual modo, procuraremos quantificar o uso de conectores contrastivos (Figura 9).

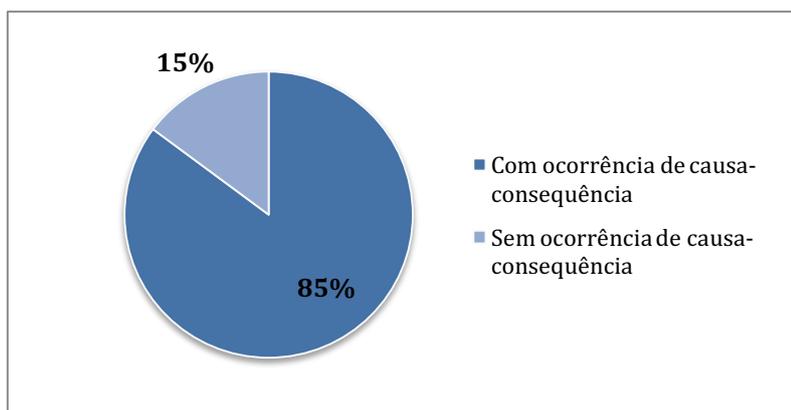


Figura 8: Distribuição dos conectores de causa-consequência na sequência explicativa.

Verificamos, então, que 85% dos textos explicativos atestam estes conectores, ou seja, 23 informantes recorreram à causa-consequência.

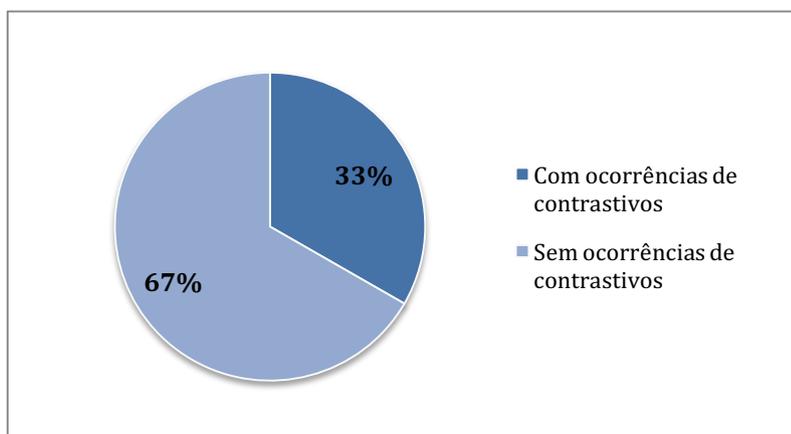


Figura 9: Distribuição dos conectores contrastivos na sequência explicativa.

Das Figuras 7, 8 e 9, constatamos que, dos 60 conectores atestados, os conectores de causa-consequência são os predominantes (31 ocorrências), atestados em 85% das produções. Com 10 evidências estão os conectores contrastivos, sendo 33% do *corpus* a atestar este tipo de conectores, o que corresponde a 9 alunos. Também é possível atestar 8 conectores aditivos e de síntese. Não obstante, só 8 informantes recorreram aos conectores aditivos e 6 selecionam conectores de síntese.

Os exemplos que se seguem mostram a presença dos quatro tipos de conectores que se destacaram, de causa-consequência (exemplos 59 e 60), contrastivos (59), aditivos (60) e de síntese, como no exemplo (58) com “Sendo assim”.

(59) Porque existem duas formas, a regular e a irregular, e ambas podem ser utilizadas consoante o verbo auxiliar, mas ambas estão corretas se forem enquadradas na frase. (E6)

(60) Existe também a forma irregular, “aceite”, que é a forma erudita pois deriva do latim, sendo precedida pelos verbos auxiliares “ser” e “estar”. (E17)

Se, agora, atendermos na distribuição dos modalizadores epistêmicos e deônticos, verificamos que 15% dos informantes usaram a modalidade na sequência textual explicativa (Figura 10).

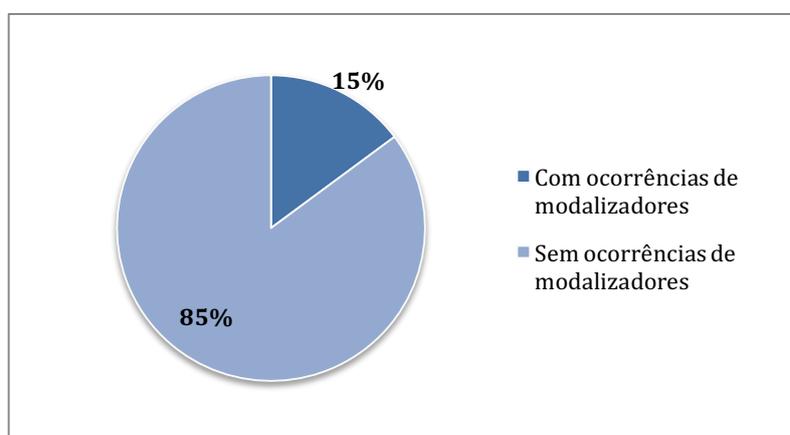


Figura 10: Ocorrência de modalizadores na sequência explicativa.

Podemos, ainda, acrescentar que apenas há registo de modalização em 5 sequências explicativas (Quadro 9).

Na Figura 11, poderemos analisar a distribuição dos marcadores de modalidade epistêmica e deôntica nas sequências explicativas que constituem o nosso *corpus*.

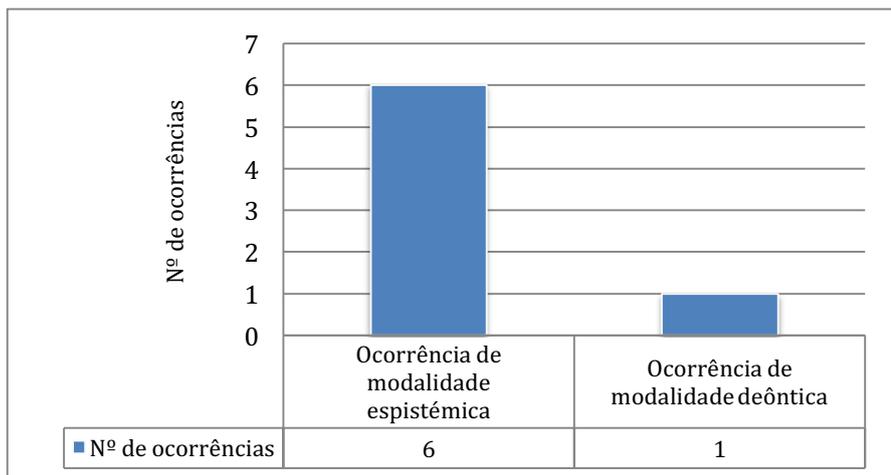


Figura 11: Distribuição dos modalizadores epistémicos e deônticos na sequência explicativa.

Assim, apesar de não ser significativa, destaca-se a modalidade epistémica com 6 ocorrências, 1 de certeza e 5 de possibilidade (Quadro 9). Verificamos, também, 1 ocorrência de modalidade deôntica de obrigação.

Vejamos o exemplo (61) que atesta a presença da modalidade epistémica (mas também pode haver aqui uma leitura deôntica de permissão) e (62) para a deôntica, na sequência textual explicativa.

(61) ambas podem ser utilizadas consoante o verbo auxiliar (E6)

(62) Devido às pessoas usarem as duas formas a língua teve de se adaptar (E25)

No que respeita aos “îlots textuels” e à pergunta retórica, apenas foi possível atestar a ocorrência de 1 pergunta retórica na sequência explicativa, no informante E6, transcrita em (63).

(63) O que seria a vida sem caprichos? (E6)

Em síntese, no que se refere à polifonia, verificamos que na sequência textual explicativa fenómenos linguísticos como a negação, modalizadores deônticos, “îlots textuels” parecem não ter relevo. Os conectores que se evidenciam são de causa-consequência.

Possivelmente, a emergência de pontos de vista, isto é, de subjetividade poderá ser um fenómeno distintivo (marcado pela não evidência deste traço) da sequência explicativa, visto que não tem representatividade evidente.

Por fim, atentemos na distribuição da polifonia em textos predominantemente argumentativos (Quadro 10).

Quadro 10: Distribuição da polifonia em textos predominantemente argumentativos.

	A1	A2	A3	A4	A5	A6	A7	A8	A9	A10	A11	A12	A13	A14
Estrutura de negação: Não + verbo (flex)				1		2	2	2		1	5	1		4
Conectores: . contrastivos . causa-consequência . explicativos /reformulativos . aditivos ¹ . alternativos . síntese/conclusão	. mas-3 . devido a-1 . por isso-1 * não usa de síntese, mas subentende -se uma conclusão	. tal como-1 . uma vez que-1 . mas-1 . concluindo	. pois-2 . concluindo	. ou-2 . sendo assim	. ou seja-1 . conclui-se que	. mas-1 . (sem conclusão)	. apesar de-1 . além de-1 . uma vez que-1 . na minha opinião,	. ou seja-1 . quero dizer-1 . de facto-1 . mas-1 . no entanto-1 . porque -1 . Em suma	. aliás-1 . isto quer dizer-1 . Em conclusão	. mas-1 . Assim,	. no entanto-1 . mas-1 . porém-1 . de facto-1 . quer... quer-1 . Em síntese	. de facto-1 . mas-1 . embora-1 . Desta forma, posso concluir	. mas-1 . porque-1 . também-1 . Na minha opinião	. mas-3 . de facto-1 . no entanto-1 . também-1 . por isso-1 . Por isso, considero
Modalizadores: . epistémicos(E) . deonticos (D)	. poder-2 (E)	. se tornará (E) . certamente -1 (E)	. poder-3 (E) . dever-2 (D)	. poder-3 (E) . obrigatoriamente -1 (D)	. poder -1 (E)		. dever-2 (D)	. poder-3 (E) . ter de/que-2 (D)		. é capaz de-1 (E) . poder-2 (E) . ter que-2 (D)	. poderá-1 (E) . dever-1 (D)	. poder-1 (E)	. poder-2 (E)	. poder-1 (E)
Ílots textuais		Tal como Lord Action disse: “O poder tenta corromper, e o poder absoluto corrompe completamente”.	“pisando”		o “poder”-	“poderosas”		. “pesos sobre os ombros” . como as famosas palavras ditam “com grandes poderes vêm grandes responsabilidades”- . o “bem”-2 .atingirem o “poder absoluto”	. como disse alguém “Se quiseres testar o Homem, dá-lhe poder”			. “O poder corrompe e o poder absoluto corrompe absolutamente, de modo que os grandes homens são quase sempre homens maus”, diz a famosa frase de um historiador britânico . “febre do dinheiro” . “O poder corrompe”		A ocasião faz o ladrão (<i>não usou aspas</i>)
Pergunta retórica														

¹ Não consideramos a copulativa “e”, pois não nos pareceu relevante, face à riqueza e diversidade de outros elementos linguísticos.

Nos 27 informantes, podemos verificar fenômenos relacionados com a polifonia (Quadro 10). Começamos pela presença da negação nos textos predominantemente argumentativos.

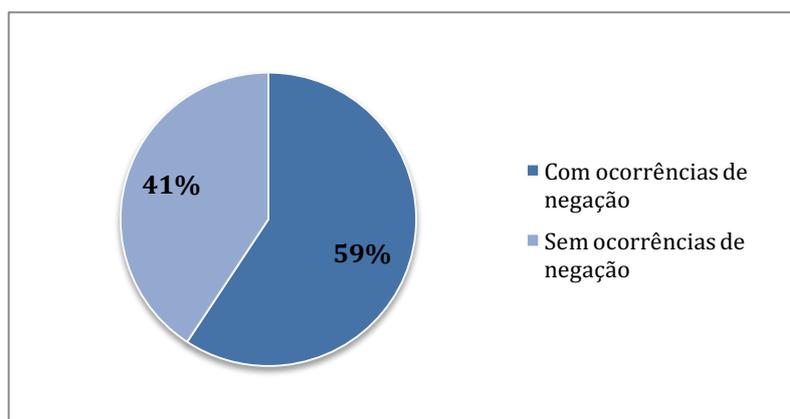


Figura 12: Ocorrência da negação em textos predominantemente argumentativos.

A Figura 12 mostra que 59% dos informantes, isto é, 16 textos predominantemente argumentativos (Quadro 10) atestam estruturas de negação do tipo [não+V_{flex}]. Verificamos um total de 33 ocorrências, de que (64) e (65) são alguns exemplos.

- (64)** É usual ouvirmos dizer que o poder tem uma tendência inerente a ele de corromper o Homem. No entanto, esta ligação deve ser vista de outra perspectiva: não é o poder que corrompe o Homem. É o Homem que corrompe o poder. (A11)
- (65)** Não defendo a afirmação na totalidade, pois não julgo que se possa relacionar com todos os casos de poder. (A14)

Quanto aos conectores, podemos verificar a sua distribuição na Figura 13.

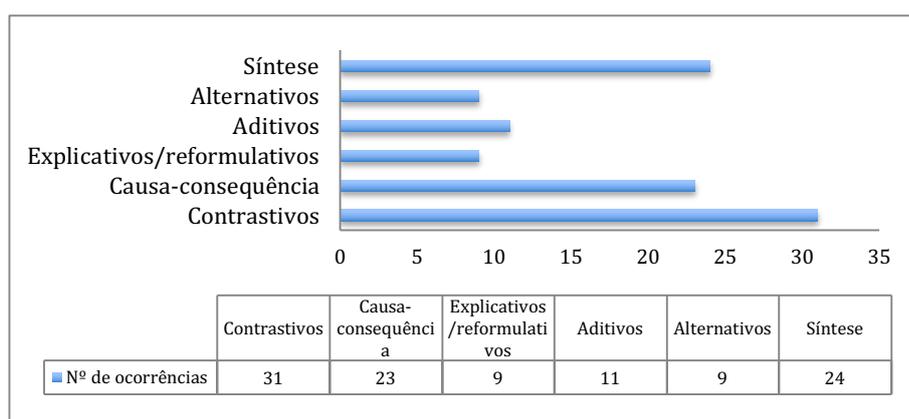


Figura 13: Distribuição dos conectores em textos predominantemente argumentativos.

Verifiquemos a distribuição dos conectores contrastivos e de causa-consequência nos textos predominantemente argumentativos (Figuras 14 e 15).

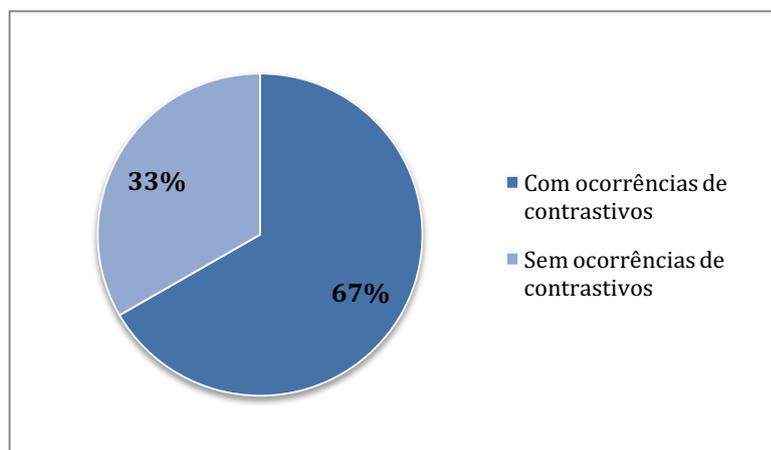


Figura 14: Distribuição dos conectores contrastivos em textos predominantemente argumentativos.

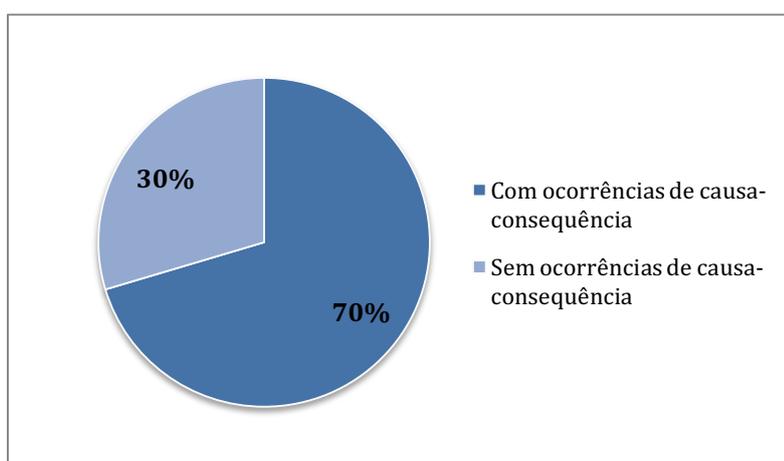


Figura 15: Distribuição dos conectores de causa-consequência em textos predominantemente argumentativos.

Nas Figuras 13, 14 e 15, observamos que, nos textos predominantemente argumentativos, os conectores contrastivos (31 ocorrências) predominam. Seguem-se os conectores de síntese (24 ocorrências) e os de causa-consequência, com 23 ocorrências. No entanto, para os conectores que destacamos, contrastivos e de causa-consequência (Figuras 14 e 15), a sua recorrência é equilibrada, 67% e 70%, sendo que, dos 27 informantes, 18 atestam a presença de conectores contrastivos e 19 evidenciam a ocorrência de conectores de causa-consequência.

Mostramos, de seguida, exemplos de conectores contrastivos (66), de causa-consequência (66) e (67) e de síntese (68).

(66) Acontece que para se conseguir alcançar estes objetivos é necessário poder, daí os elevados cargos da sociedade serem sempre muito cobiçados. No entanto, a chegada a estes elevados patamares, por vezes, deturpa a própria visão das pessoas e estas tornam-se mais arrogantes e frias para além de que desenvolvem um sentimento de superioridade perante os outros. (A20)

(67) Para terminar, reforço mais uma vez que o “poder corrompe”, pois ao termos em nossa posse a soberania de fazer escolhas sentimos sempre a necessidade de escolher as coisas em prol das nossas necessidades (A15)

(68) Em suma, o abuso de poder destrói os valores fundamentais do ser humano. (A20)

Vejamos, de seguida, a distribuição da modalidade epistémica e deôntica nos textos predominantemente argumentativos (Figura 16).

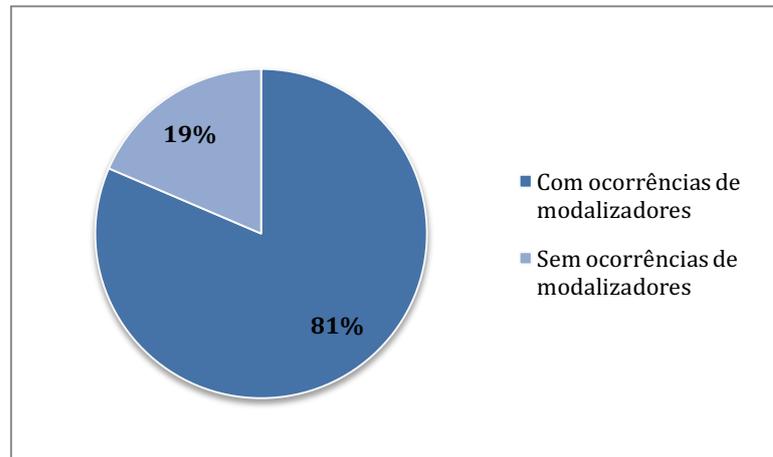


Figura 16: Ocorrência de modalizadores em textos predominantemente argumentativos.

Concluimos que 81% da nossa população recorrem a modalizadores destas tipologias, sendo apenas 5 produções (Quadro 10), 19%, que não atestam este recurso.

Quantifiquemos, agora, a distribuição da modalidade epistémica e deôntica em textos predominantemente argumentativos (Figura 17).

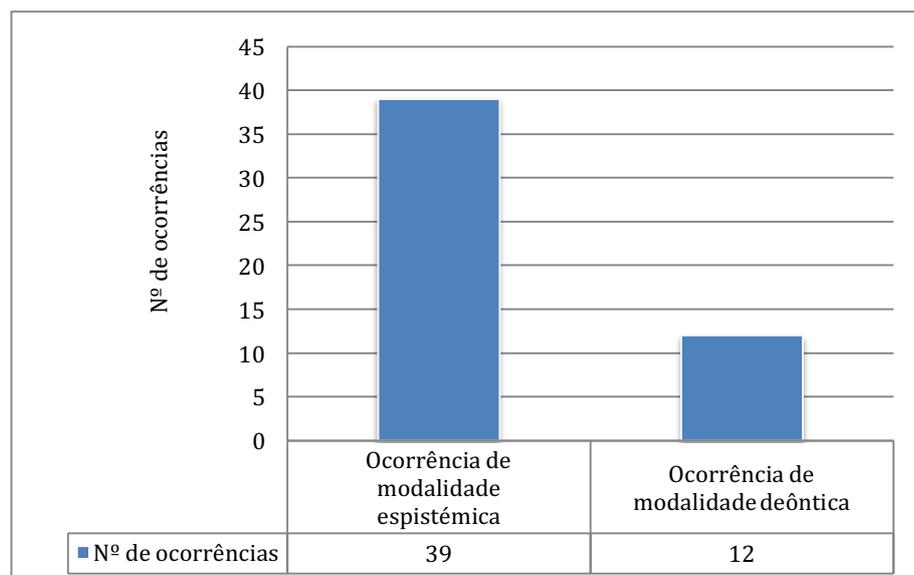


Figura 17: Distribuição de modalizadores epistémicos e deônticos em textos predominantemente argumentativos.

Fazendo a leitura desta Figura 17, verificamos que há um claro predomínio da modalidade epistémica, com 39 ocorrências, em detrimento da deôntica que tem 12 ocorrências.

Vejamos alguns exemplos que atestam a modalidade epistémica (E) (69), (70), (71) e (78) e deôntica (D) (70) e (72).

(69) A Humanidade ainda está a caminhar para um futuro onde haverá equilíbrio, onde o Homem terá a capacidade de ver além dos seus próprios interesses. (E) (A21)

(70) O poder corrompe, esse é um facto que temos de aceitar, podemos até pensar que se ele estivesse nas mãos certas seria bem utilizado (D+E+E) (A19)

(71) nem sei se alguma vez mudará. (E+E) (E19)

(72) e isso não devia acontecer porque todos nós devíamos ser as mesmas pessoas com ou sem poder. (D) (A7)

Passemos a outra categoria observada, “os îlots textuels”. É interessante constatar que metade dos informantes, 52% (Figura 18), isto é, 14 informantes (Quadro 10), recorre a este tipo de evidência polifónica.

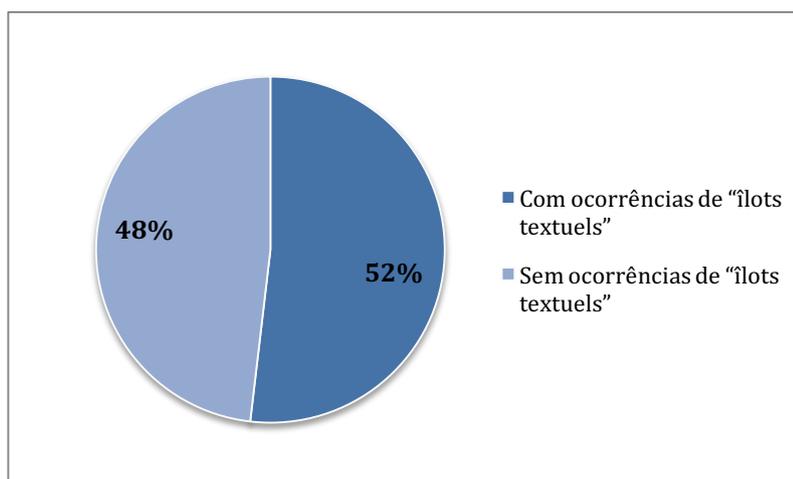


Figura 18: Ocorrência dos “Îlots textuels” em textos predominantemente argumentativos.

Os excertos seguintes são alguns dos exemplos de “îlots textuels” utilizados.

(73) como as famosas palavras ditam “com grandes poderes vêm grandes responsabilidades”. (A8)

(74) e outro tipo de práticas criminosas vergonhosas e inqualificáveis por parte daqueles que se deixam levar pela “pela febre do dinheiro” (A12)

(75) A ocasião faz o ladrão. (A14) (nota: A14 não usou aspas)

(76) “Os homens (...) vêm a ser como os peixes que se comem uns aos outros”. Pertencente à obra “Sermão de Santo António aos Peixes” de Padre António Vieira (A23)

(77) O “muito” que têm nunca é suficiente (A26)

Finalmente, olhando para o recurso à pergunta retórica, percebemos que não é relevante o seu uso, já que apenas 1 texto atesta (A19) (Quadro 10), com a frequência de 4% da nossa amostra (Figura 19). Passamos a citar essa ocorrência no exemplo (78).

(78) mas não é tudo igual? (A19)

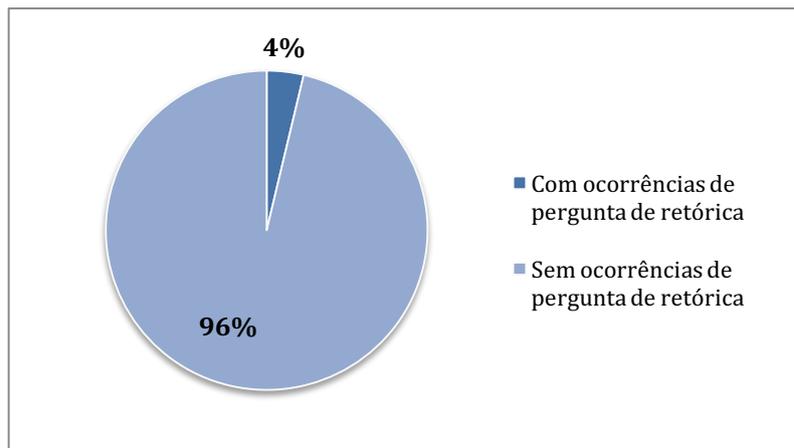


Figura 19: Ocorrência de perguntas de retórica em textos predominantemente argumentativos.

Em suma, à exceção da pergunta retórica, todas as categorias polifónicas observadas têm relevo nos textos predominantemente argumentativos, havendo mais de 50% da nossa população a utilizarem-nas.

Face à leitura quantitativa dos dados que estabelecemos nesta secção, poderemos comprovar a nossa hipótese inicial? Ou seja, podemos fazer uma leitura enunciativa das sequências explicativa e argumentativa e considerá-la como traço que pode integrar a sua caracterização?

2. ANÁLISE QUALITATIVA

A análise comparativa das duas sequências textuais em estudo revela-nos diferenças entre as duas ao nível enunciativo.

Os resultados relativos à dêixis, mais propriamente à presença explícita da voz, são reforçados pelos dados das estruturas polifónicas que atestam também a presença de vozes implícitas. A dêixis e a polifonia permitem-nos identificar diversas vozes que podem interferir na caracterização de cada uma das sequências textuais, bem como na sua interpretação e produção.

Vamos, então, recapitular as principais evidências que suportam a nossa hipótese de trabalho.

Começamos pela dêixis. É perceptível que há uma clara preferência dos informantes (100%) pela dêixis, nos textos com predominante argumentativa, em detrimento da sequência explicativa (11%). Na sequência explicativa, só 3 alunos optaram por dar voz à sua própria voz, através da dêixis; no entanto, tendencialmente, estes informantes oscilam entre a dêixis pessoal e a de 3ª pessoa, como já vimos.

Vejamos os exemplos seguintes.

(55) Mas podemos ver este abuso de poder em todo o lado, basta olhar um pouco “acima”, desde gestores de empresas a diretores, mesmo nós no dia-a-dia sem nos apercebermos estamos muitas vezes a abusar do nosso poder, e isso acaba por nos corromper. (A1)

(57) Se queres saber se um homem é fiel aos seus valores, dá-lhe poder. (A7)

Como já referimos, a pessoa/a voz emerge nos textos com dominante argumentativa de forma explícita, como nos exemplos (55) e (57), através de pronomes pessoais como “nós” e “nos”, determinantes possessivos como “nosso” e marcas de flexão verbal de 1ª pessoa, tais como “podemos”, “apercebermos”, “estamos” e “temos”. Muitos dos nossos informantes selecionaram preferencialmente a 1ª pessoa do plural, “nós” inclusivo, associando ao “eu” o “tu” leitor, os portugueses e até a humanidade em geral, como os exemplos (55) e (57) mostram. Portanto, este “nós” inclusivo, que inclui o “tu”, refere-se, tendencialmente, a uma entidade coletiva, onde se inclui o “eu”. Esta entidade plural associa-se às marcas de dêixis temporal (o presente do indicativo e “atual”, “agora”, “atualmente”), que enfatiza a atualidade da temática, “a corrupção”, através de um reforço da ancoragem enunciativa.

A deixis proporciona, então, um trabalho de interpretação ao incluir o outro ou até o leitor.

Não menos interessante, e ainda sobre a “pessoa”, é atentarmos nas 2 ocorrências de 2ª pessoa, “queres” e “dá”, em A7, marcando claramente a introdução de outras vozes e, com isso, o dialogismo próprio da argumentação (veja-se o exemplo (57)). É preciso lembrar que argumentar é procurar alterar as crenças do outro.

Em síntese, quanto à dêixis, verificamos que na sequência explicativa predominam construções impessoais, com preferência pelo uso da 3ª pessoa, e só 3 informantes recorreram à dêixis pessoal. Portanto, tendencialmente, é pouco visível a intervenção do locutor no enunciado. Nos textos com dominante argumentativa, o locutor revela-se fortemente no discurso, através do “eu”/“nos”. Há, pois, uma vinculação enunciativa explícita desta sequência.

Prosseguindo na análise comparativa dos dados, entremos em questões relacionadas com a polifonia. Como já foi comprovado por vários autores, entre eles Fløttum⁷⁴, os nossos resultados mostram que os 54 textos que constituem o nosso *corpus* são todos polifônicos, ou seja, há evidência de várias vozes, de diferentes PdV.

Não obstante, se nos debruçarmos nas várias marcas polifônicas, constatamos que também aqui existe uma notória vinculação enunciativa dos textos com dominante argumentativa, com recurso à negação, a conectores de causa-consequência e contrastivos (entre outros) por mais de 50% da nossa população, 59%, 79% e 67%, respetivamente. Estes dados contrapõem-se a 4% e 33% de recurso à negação e a conectores contrastivos, respetivamente, na sequência explicativa. No entanto, há uma prevalência dos conectores de causa-consequência, 85% nesta sequência, por oposição a 79% na argumentativa, o que vem confirmar a preferência pelos conectores causais, próprios da sequência explicativa.

Antes de observarmos os usos polifônicos dos conectores em particular, vejamos a estrutura de negação, apenas atestada por 1 informante na sequência explicativa, E17, exemplo (58), e nos textos com dominante argumentativa por 16 informantes, de que (64) e (79) são exemplo.

(58) Sendo assim, há duas variações do particípio passado, *aceitado* e *aceite*, do verbo “aceitar” tendo regras para ser usadas, ou seja, não se podem usar quando queremos e onde queremos. (E17)

(64) É usual ouvirmos dizer que o poder tem uma tendência inerente a ele de corromper o Homem. No entanto, esta ligação deve ser vista de outra perspetiva: não é o poder que corrompe o Homem. É o Homem que corrompe o poder. (A11)

(79) Desde sempre que o poder teve grande impacto na nossa sociedade. Não é o poder em si que corrompe, mas sim quem o tem na sua posse. (A17)

Atentemos na polifonia destes exemplos.

Em (58) a voz externa é reforçada pelo uso do valor deôntico do verbo “poder”, isto é, a reformulação proporcionada com o “ou seja” leva-nos a que “nós” (“eu”+todos os falante de PE) temos obrigação de usar com critério os dois particípios.

Em (64) o informante A11 põe em relação no mesmo segmento textual “ouvirmos”, “No entanto”, “dever” e a negação. Há, pois, claramente uma voz explícita através da 1ª pessoa do plural, “ouvirmos” (“nós” inclusivo), que poderá abranger o segmento que corresponde aos “Dados” da sequência argumentativa de Adam, mas a partir do movimento argumentativo

⁷⁴ Esta autora defende a teoria de que todos os textos são polifônicos.

introduzido por “No entanto” parece desaparecer. Nesta fase da contra-argumentação, a voz passa a ser implícita, ou melhor, manifestada através da polifonia. Assistimos aqui à refutação, “No entanto...”, reforçada pela obrigação, introduzida por “dever”, e explicitada sob forma de um novo argumento, através da negação (que serve de objeção, anulação dos “Dados”), para chegar à tese “É o Homem que corrompe o poder”.

Passando à sequência argumentativa presente no exemplo (79), A17 apresenta a sua tese através do uso da negação “Não é o poder em si que corrompe” (PdV2 – assumido pelo locutor), refutando o PdV1 “o poder em si corrompe”, e reforçado pela conjunção coordenativa adversativa “mas”. O uso deste contrastivo, “mas”, introduz uma proposição com PdV mais forte do que a proposição anterior, que também assume (“Não é o poder em si que corrompe”). Como refere Fløttum (s.d. : 19), “La négation est une des marques qui manifeste le plus nettement la présence d’un point de vue externe, et qui souvent provoque un effet polémique, notamment avec le connecteur “mais”.

Em suma, a polifonia manifestada por meio da negação é rara na sequência explicativa e, quando atestada, estava associada ao dever da boa aplicação da regra gramatical. Não parece introduzir um PdV polémico. No que se refere aos textos com dominante argumentativa, a negação vem enfatizar a presença de diversas vozes nestes textos. Note-se que a negação polémica foi logo introduzida nos estudos iniciais da polifonia por Ducrot.

Como acabámos de referir, a negação polémica com “não” e conectores contrastivos, como “no entanto” e “mas”, configuram uma estratégia de introdução de PdV no enunciado, ou melhor, de diferentes vozes. Os nossos resultados mostraram que houve uma seleção deste tipo de conectores nos textos com dominante argumentativa por 67%, por oposição a 33% na sequência explicativa.

Temos de referir que os usos dos conectores também dependem da estrutura macroproposicional prototípica destas sequências, como apontamos no Capítulo I. Por isso, há a preferência pelos conectores concessivos nos textos predominantemente argumentativos, que progridem através de movimentos argumentativos, num princípio dialógico. Sobre esta matéria, Fløttum (2012: 5) afirma que “This inclusion is done without identifying the voices and where the linguistic marker indicates an interpretation of the relations between the manifest voices in the “hidden” interaction”.

Adam (2008: 116-117) e Fløttum (em diversos estudos) estão de acordo com a importância dos conectores contrastivos, que envolvem diferentes PdV. Portanto, com conectores do tipo de “mas”, o locutor concorda com o PdV1, mas dá ênfase ao PdV2, havendo

uma objeção, i.e., uma concessão, uma contra-argumentação. Há, então, uma mudança de PdV, como já analisamos nos exemplos (64) e (79).

Agora, a título de exemplo, vejamos (65) para atentarmos na polifonia dos conectores de causa-consequência.

(65) Não defendo a afirmação na totalidade, pois não julgo que se possa relacionar com todos os casos de poder. (A14)

O “pois” impõe uma leitura mais ampliada do PdV do locutor.

Por conseguinte, os conectores analisados são claramente polifônicos. Sendo formas subtis de argumentação, impõem uma interação e um jogo interpretativo.

Ainda incluídos na polifonia estão os modalizadores que também indiciam vozes implícitas no enunciado.

Mais uma vez, podemos constatar que este recurso linguístico é privilegiado pelos nossos informantes na construção dos textos com dominante argumentativa, 81%, contra 15% dos informantes na sequência explicativa. A conquista/adesão do outro, própria da argumentação, faz-se, com certeza, através de um discurso modalizado.

Nas evidências de modalidade epistémica, há uma frequência elevada pelo verbo “poder” nos textos predominantemente argumentativos. Com este verbo, ao valor de verdade, acrescenta-se a incerteza no conteúdo proposicional, que vai introduzir, através da voz do locutor ou de outra, um PdV. Nesta perspectiva, Fløttum (2012:10) postula que “os autores introduzem o seu PdV ou voz como comentário para desvalorizar ou sublinhar um ponto de vista, de outra voz ou da própria voz⁷⁵”.

Também é interessante o uso epistémico do futuro do indicativo. São vários os informantes a utilizarem este recurso nos textos com dominante argumentativa. Mais uma vez, através do valor de possibilidade, há introdução de um PdV que remete para uma possibilidade (exemplo 80).

(80) Sendo assim, este [ser humano], cegamente errado, não olhará aos meios para atingir os fins (A21)

Vejamos, agora, expressões que imprimem uma interação polifônica através de valores deônticos. Usualmente, a modalidade deôntica relaciona-se com a expressão da permissão, proibição ou obrigação, o que revela a atitude do locutor face a um conselho, desejo ou pedido, como em (70) com “temos de”.

⁷⁵ Tradução nossa

(70) O poder corrompe, esse é um facto que temos de aceitar, podemos até pensar que se ele estivesse nas mãos certas seria bem utilizado (A19)

Assim, o uso das modalidades epistémica e deôntica enfatiza a orientação polifónica dos textos predominantemente argumentativos.

No que diz respeito a outra marca de polifonia, os “îlots textuels”, não atestámos nenhuma ocorrência na sequência explicativa. Nos textos com dominante argumentativa, observamos 21 ocorrências, tendo sido 52% dos nossos informantes a usarem-na.

Estes “îlots” mostram mais um aspeto que reforça a polifonia bem marcada na sequência argumentativa, por oposição à explicativa. Trazem vozes de outros e dos próprios locutores, introduzindo diversos PdV. A interação com vozes externas revela, como nos exemplos (73), (74), (75) e (76), o reforço da argumentação, com recurso a um argumento que pode marcar a autoridade alheia.

Em (73) temos uma expressão que se popularizou com o Homem Aranha que protagoniza valores de justiça social, “com grandes poderes vêm grandes responsabilidades”. Esta sabedoria incontestável é valorizada pelo informante A8, através da introdução lexical pré-citação de “as famosas palavras ditam”. O falante dá, então, voz a outro para reforçar a sua argumentação que estará nos bons usos do poder.

Para A12, em (74), o “îlot”, “pela febre do dinheiro”, destaca um ponto de vista externo, relacionado com uma expressão da sabedoria popular, que introduz uma crítica negativa no seu movimento argumentativo, assumindo as palavras incontornáveis de outros. Já com “A ocasião faz o ladrão” em (75), o locutor apropria-se da voz popular através da inserção de um provérbio. Apesar de o nosso informante não usar aspas, identificamos claramente uma voz externa, justificando o seu PdV de se ser corrupto quando se tem poder.

O falante A23 recorre, em (76), a um argumento de autoridade, as palavras de ‘outro’ reconhecido pelo seu saber nos seus sermões, Pe. António Vieira (matéria estudada no 11.º e atualizada no 12.º). Este recurso assemelha-se ao que Adam (2008: 115) afirma: “Muito frequentemente esses PdV são assinalados por introdutores como *segundo, de acordo* (...) marcam uma zona textual sob dependência de uma fonte de saber (mediação epistémica) ou de percepção (mediação perceptiva). Os enunciados podem, assim, não ser assumidos pelo locutor-narrador.”

Em síntese, os “îlots textuels” são, incontestavelmente, mais uma estrutura que sublinha o carácter polifónico do texto com dominante argumentativa.

Consideremos, por fim, o papel da pergunta retórica. Na totalidade das 54 produções escritas, apenas atestamos 2 perguntas retórica, 1 na sequência explicativa, exemplo (63), e outra nos textos predominantemente argumentativos, exemplo (78).

(63) O que seria a vida sem caprichos? (E6)

(78) mas não é tudo igual? (A19)

E6 finaliza a sua sequência explicativa com esta pergunta e A19 tece uma conclusão intermédia na sua argumentação através deste recurso.

Estas marcas poderão indiciar uma leitura dialógica das duas sequências e não apenas da sequência argumentativa.

Resumindo a nossa leitura qualitativa, não podemos afirmar categoricamente que a sequência explicativa se caracteriza por não evidenciar marcas enunciativas, como o nosso estudo o comprovou. Porém, é evidente que neste tipo de sequência textual o locutor seleciona preferencialmente a objetividade para tecer a sua explicação, o que, por oposição, prototipicamente não ocorre na sequência argumentativa.

Ambas as sequências são polifónicas, mas em diferentes graus, já que não podemos referir que a sequência explicativa não está subjetivamente ancorada, pois atestamos evidências, apesar de modestas, da dêixis e da polifonia.

Também não podemos assumir que a pessoa se manifesta só através da dêixis, como referia Benveniste, mas, considerando a polifonia⁷⁶, podemos constatar que há sempre voz(es) presente(s) num enunciado, ainda que através de graus diferentes de intervenção, implicando uma maior ou menos subjetividade textual.

Como a sequência explicativa deverá fornecer uma explicação que não poderá apresentar ambiguidades ao interlocutor, terá de apresentar uma organização própria das proposições e, preferencialmente, uma reduzida presença do “eu”, ou de outras vozes, de forma a que o discurso seja o mais objetivo possível.

Consideramos, assim, que marcadores da dêixis e da polifonia se revelam fundamentais para a compreensão e produção destas sequências textuais.

Temos, então, comprovado o protagonismo das marcas enunciativas, introduzidas através das várias vozes que podemos atestar nos textos com dominante argumentativa. Esta tipologia apresenta-se como o resultado de uma atividade racional e dialógica, bem como de uma prática

⁷⁶ Fløttum afirma que “La polyphonie linguistique décrit et explique de nombreux phénomènes linguistiques différents au micro-niveau (structures de négations, de concession, de causes, divers connecteurs, (...))” (in “Polyphonie et typologies revisitées”).

social que permite a adesão ou rejeição do falante face a uma tese anterior, aqui “O poder corrompe”. Para isso, o indivíduo, o locutor, enquanto pessoa, usará diferentes recursos para se vincular ele próprio no discurso, explícita ou implicitamente.

Portanto, consideramos que, prototipicamente, podemos caracterizar a sequência argumentativa como [+ENUNCIATIVA] e a sequência explicativa como [- ENUNCIATIVA].

3. PROPOSTAS DE DIDATIZAÇÃO

A importância das duas sequências textuais em estudo, a explicativa e a argumentativa, e das marcas enunciativas é evidente nos Programas e Metas de Português para o 3.º ciclo e para o ensino secundário, quer através dos géneros textuais, quer através dos conteúdos gramaticais apontados, quer através de descritores de desempenho nas Metas, como veremos.

Parece-nos que a possibilidade de os alunos dominarem estas estruturas textuais prototípicas lhes permitirá uma compreensão e uma construção mais consistente do sentido, através da leitura, da escrita e do oral. Com a leitura de textos de diversos géneros, os alunos poderão atestar diferentes sequências textuais e determinar, por exemplo, a dominante, facilitando a identificação do género e assim melhorar a compreensão de ‘textos complexos’ (noção central no novo Programa de Português do secundário).

Além disso, é de nosso conhecimento que, num percurso escolar, os alunos se vão familiarizando com manuais das diversas disciplinas, que contêm explicações; são-lhes, igualmente, explicados os conteúdos; e também são muitos os momentos em que lhes são pedidos justificações, comentários, orais ou escritos (testes e exames têm questões que solicitam explicações, explicitações/justificações). Portanto, os atos de explicar e de argumentar revelam-se estratégicos na escolaridade dos alunos e, por isso, lhes temos de dar uma atenção especial. Também devemos salientar que, tendencialmente, as marcas enunciativas se distribuem de forma diferente nas duas sequências estudadas e, por conseguinte, nos géneros textuais que as integram. Desta forma, reconhecer as potencialidades das marcas enunciativas poderá fornecer aos alunos destreza na construção de sentido(s), tal como o conhecimento da estrutura das sequências textuais fará dos alunos ‘leitores’ e ‘escritores’ cada vez mais autónomos e mais independentes, vendo reforçadas as suas competências sociais.

Portanto, no nosso entender, as sequências textuais devem ser objeto de trabalho pedagógico através dos géneros textuais. O trabalho didático deverá passar, assim, pela observação das regularidades de cada uma das sequências para que os esquemas mentais sejam assimilados.

Se atentarmos, agora, no Programa e Metas de Português do ensino secundário, homologado em janeiro de 2014 e que entrará em vigor em 2015/2016, verificamos que as sequências textuais explicativa e argumentativa são mobilizadas por vários géneros escolares que integram o Programa. Por conseguinte, a sequência explicativa está, tendencialmente, presente em artigos de divulgação científica, em exposições, em sínteses de textos de carácter informativo. Por seu lado, a sequência argumentativa consta, prototipicamente, do anúncio publicitário, do discurso político, da apreciação crítica, do texto/artigo de opinião, do diálogo argumentativo e do debate, mas também do artigo de divulgação científica e da exposição.

No programa, as sequências textuais estão indicadas para o 12.º ano, a dêixis para o 11.º ano, como conteúdos gramaticais, e a polifonia não consta explicitamente do programa. Nas metas do 11.º ano, no domínio da Educação Literária, no âmbito do descritor 14, “Ler e interpretar textos literários” e do seu objetivo 10. Reconhecer e caracterizar os seguintes elementos constitutivos da narrativa’, preveem-se várias alíneas, entre elas a alínea “c) narrador: presença ou ausência na ação; formas de intervenção: narrador-personagem; comentário ou reflexão” e a alínea “e) tempo (narrativo e histórico)”. Parece-nos que nos itens que acabámos de destacar (do objetivo 10 do descritor 14 do 11.º ano) podemos entrever a dêixis e a polifonia.

De seguida, iremos apresentar propostas de didatização da dêixis (3.1.), através de diversas atividades, e das sequências textuais explicativa (3.2.) e argumentativa (3.3.) com duas unidades didáticas. Para isso, contemplaremos os vários domínios do programa, oral, leitura, escrita, educação literária e gramática, e usaremos diferentes modalidades de trabalho (individual, a pares e em grupo-turma, de acordo com a gestão do professor).

A metodologia que adotaremos pressupõe i) a observação e análise das ocorrências, ii) a formulação de regras, iii) a sistematização e iv) a consolidação.

Devemos referir que estas propostas de atividades não se vinculam apenas ao ano de escolaridade que sugerimos. As tarefas podem ser consideradas na totalidade das sequências ou recorrendo a uma seleção de exercícios para contexto de sala de aula e/ou como trabalho de casa.

Nota: A unidade didática sobre a sequência explicativa destina-se, preferencialmente, a alunos do 10.º ano e a unidade didática sobre a sequência argumentativa, ao 11.º ano de escolaridade. Optámos por esta gestão (contrariando o Programa) porque consideramos que as sequências textuais não se devem reservar apenas para o 12.º ano, pois poderiam ser introduzidas progressivamente e assim proporcionar uma aquisição mais útil e eficaz. O estudo da dêixis deveria ser introduzido no 10.º, melhorando a interpretação das subtilezas dos textos complexos, bem como a produção, oral e escrita. Apresentamos as propostas de solução a itálico.

3.1. A DÊIXIS

Atividade 1 – Notícias (Docs. 1 e 2)

- a) Lê as duas notícias.
- b) Qual é o referente de “hoje” na primeira notícia (Doc. 1)? *A data – 27/06/2014*
- c) Verifica se o lexema “hoje” na primeira (Doc. 1) e na segunda (Doc. 2) notícias têm o mesmo referente. Identifica a(s) sua(s) referência(s). *Não, no Doc. 1, ‘hoje’ refere-se a 27/06/2014 e, no Doc. 2, refere-se a 24/06/2014.*
- d) O que há em comum nas várias ocorrências de “hoje”? *O ‘hoje’ refere-se ao tempo em que se fala (ao T₀), uma das coordenadas enunciativas do um ato enunciativo (sempre único e irrepetível)*
- e) Atenta na expressão “quarta-feira” no Doc. 2. Como podemos determinar a data exata? *A partir de ‘agora’ (‘amanhã’, no título, e a data, terça-feira 24/06/2014), logo quarta-feira corresponde a 25/06/2014*

Jean-Claude Juncker indigitado para Presidente da Comissão Europeia

O nome do luxemburguês será votado em julho no Parlamento Europeu para suceder a Durão Barroso

16:55 Sexta feira, 27 de Junho de 2014

Reuters

Os chefes de Estado e de Governo da União Europeia, reunidos hoje em Bruxelas, indigitaram o luxemburguês Jean-Claude Juncker para o cargo de presidente da Comissão Europeia, anunciou o presidente do Conselho Europeu.

"Decisão tomada. O Conselho Europeu propõe Jean-Claude Juncker como próximo presidente da Comissão Europeia", escreveu Herman Van Rompuy na sua conta na rede social twitter.

O nome de Juncker, que era o candidato do Partido Popular Europeu - vencedor das eleições europeias de maio - terá agora que ser confirmado pelo Parlamento Europeu, numa votação que terá lugar em meados de julho, para suceder a José Manuel Durão Barroso.

In Visão online <http://visao.sapo.pt/jean-claude-juncker-indigitado-para-presidente-da-comissao-europeia=f786910>

Doc. 1

Temperaturas sobem a partir de amanhã

O estado do tempo vai melhorar a partir de quarta-feira, mas as temperaturas deverão manter-se nos 23/24 graus

10:36 Terça feira, 24 de Junho de 2014 - Lusa

"Para hoje ainda está prevista uma situação instável associada a uma depressão que está em deslocamento para leste, para o território espanhol. Estão previstos períodos de céu muito nublado, ocorrência de aguaceiros, por vezes fortes, de granizo, e acompanhados de trovoadas especialmente a tarde", adiantou hoje à Lusa a meteorologista Cristina Simões, do Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA).

Cristina Simões salientou que todos os distritos do continente vão estar sob aviso amarelo, o segundo menos grave de uma escala de quatro, entre as 09:00 e as 21:00 de hoje devido à previsão de aguaceiros, por vezes fortes, de granizo, acompanhados de trovoadas e rajadas fortes de vento.

"A partir de quarta-feira vamos ter uma melhoria gradual do estado tempo, mas as temperaturas vão manter-se mais ou menos como estão, a rondar os 23/24 graus", disse.

De acordo com a meteorologista, na quarta-feira ainda se poderão registar alguns aguaceiros fracos nas regiões do norte e do centro.

Para quarta-feira, ainda estão previstos períodos de céu muito nublado, apresentando-se em geral muito nublado até ao final da manhã e aguaceiros em geral fracos, nas regiões do norte e centro e vento fraco.

"Vamos ter também uma pequena subida da temperatura mínima e da máxima nas regiões do interior e neblina ou nevoeiro matinal", adiantou.

In Visão online <http://visao.sapo.pt/temperaturas-sobem-a-partir-de-amanha=f786396>

Doc. 2

Atividade 2 - O texto publicitário (Docs. 3 e 4)

- a) Observa as publicidades.
- b) Qual é o referente de “eu” em “eu conto com o Continente”? (Doc. 3) *em cada ato de leitura o ‘eu’ é diferente, i. e., adquire referência em cada ato de enunciação (que é único) (‘eu’ = quem fala); todos os ‘eus’ que tiverem acesso a esta publicidade*

- c) Indica o que refere “NOS” e “connosco”. (Doc. 4) ‘NOS’ é sinónimo de ‘ZON + ÓPTIMUS’ juntos, mas também poderá querer incluir (‘nós’ inclusivo) o ‘tu’ (os clientes e os potenciais clientes ‘NOS’); ‘connosco’ = a empresa NOS que oferece um produto, mas também os clientes da NOS
- d) Determina as coordenadas enunciativas: *eu –tu – aqui – agora*. *Eu (quem fala) = NOS (empresa + clientes + potenciais clientes); tu (a quem se fala) = os clientes + futuros clientes – ‘celebre’; aqui (espaço em que se fala); agora (momento em que se fala) = em cada momento em que se lê ou ouve esta mensagem (veja-se o contraste do uso dos tempos verbais ‘mudaram’, a Zon e a Óptimus pertencem à esfera do passado, ‘Agora são NOS’. Podíamos também explorar a subtilidade do uso das 1ª p. pl. (nós), da 2ª p. (você) e da 3ª p. pl. (i. e., o eu e o tu pertencem à esfera do presente e a 3ª p. pertence sobretudo ao passado).*
- e) Tendo também em consideração o exercício anterior, podemos agrupar estas “palavrinhas vazias” (isto é, os deícticos que adquirem referência em cada ato de enunciação) por tipologia? *Sim. Déixis pessoal (eu-tu), temporal (agora) e espacial (aqui) (os deícticos)*
- f) Pesquisa outras publicidades ou outros documentos (escrito, áudio e/ou vídeo), em que encontres deícticos e procura classificá-los.



Doc. 3



Doc. 4

Atividade 3 – A emergência da subjetividade – *Memorial do Convento* de José Saramago (Doc. 5)

Lê o excerto (Cap. XXI, pp. 294-295, parágrafo 22)⁷⁷ na sua íntegra e considera o excerto a partir da linha 20 (“Quando de longe ...”).

- a) Sublinha os deícticos e identifica a sua tipologia. *Cf. o texto.*

⁷⁷ José Saramago, *Memorial do Convento*. Lisboa: Editorial Caminho, 15ª edição.

Dêixis pessoal: nossas (naus), sou eu, antecipemos, vocês vieram ... vivíeis (não) façam, nós, nos, aprendemos, nossos, estamos, viram, vos, sigam, nós, vocês entregues, vamos

Dêixis espacial: estes, estes, vieram

Dêixis temporal: agora, sou, antecipemos, vieram ... vivíeis, façam, aprendemos, estamos, viram, sigam, entregues, vamos

- b) Verifica a presença do narrador através dos deíticos. *Presença clara do narrador: 'não sou eu'. Com o demonstrativo 'estes', o 'eu' (narrador) está a uma distância próxima. 'as nossas naus' – 'nós inclusivo (eu + tu: os homens explorados no transporte da pedra + o leitor; 'nossas naus' também pode incluir 'de todos os portugueses'). 'não antecipemos', 'que nós ...vamos buscar mais' = eu (narrador) + o leitor. 'a nós ninguém nos ensinou ... aprendemos ... nossos pais...estamos ...agora? = eu (narrador) + o povo explorado (os desfavorecidos).*
- c) Como é que os deíticos podem denunciar o posicionamento, a subjetividade do narrador (opinião, sentimentos, crítica, sátira)? O narrador terá tendência para ser neutro? *Nesta passagem, o narrador não é neutro, não é uma mera testemunha. Assume uma posição de oposição aos poderosos (ao rei, ao poder), tomando uma atitude a favor do povo desfavorecido e explorado. O demonstrativo, 'estes', assume uma defesa dos homens; e em 'a nós ninguém nos ensinou ... aprendemos ... nossos pais...estamos ...agora? o eu identifica-se com este povo explorado pelo rei, pelo poder; assume-se também como desfavorecido. Há, pois, uma crítica que assume, por vezes, uma sátira (chega a assumir-se 'quadrilheiro').*
- Podemos aqui também fazer uma leitura da atualidade: os desfavorecidos (o povo) continuam a ser pobres e explorados ...*
- d) E o leitor será também cúmplice do narrador? Como o percebemos através dos deíticos? *Sim, o leitor também é cúmplice do narrador, i. e., o leitor assume o papel de testemunha e de crítico desta situação de exploração e humilhação do povo. Vejam-se os exemplos seguintes em que o 'nós' também inclui o leitor: 'não antecipemos', 'que nós ...vamos buscar mais' = eu (narrador) + o leitor.*

5 Às vezes, há encontros. Vinham uns mais do Norte, outros mais do Nascente, aqueles de Penela, esses de Proença-a-Nova, juntaram-se em Porto de Mós, nenhum deles sabe que lugares são estes no mapa, nem que forma tem Portugal, se é quadrado, ou redondo, ou aos bicos, se é ponte de passar ou corda de enforcar, se grita quando lhe batem ou se se esconde pelos cantos. Das duas levas se faz uma, e tendo já seus requintes a arte

10 carcereira, emparelharam-se os homens de modo místico, um de Proença, outro de Penela, assim se dificultando as subversões, com o evidente benefício de dar Portugal a conhecer aos portugueses, Então como é a tua terra, e enquanto falam disto não pensam noutra coisa. A não ser que morra algum pelo caminho. Pode cair fulminado por um ataque, espumando pela boca, ou nem isso, apenas derrubando-se e arrastando na queda o

15 companheiro da frente e o companheiro de trás, subitamente e em pânico atados a um morto, pode adoecer no descampado e vai de charola, trangalhando pernas e braços, até morrer adiante e ser enterrado à beira do caminho, com uma cruz de pau espetada do lado da cabeça, ou afortunadamente recebe em povoado os últimos sacramentos, enquanto os degredados esperam sentados no chão que o caso se deslinda, Hoc est enim corpus meum, este corpo cansado de tantas léguas andadas, este corpo esfolado dos atritos da corda, este corpo gastado da comida ainda menos que a pouca costumada. As noites são dormidas em palheiros, em portarias de conventos, em tercenas despejadas, e, querendo Deus e o bom tempo, ao ar livre, assim se juntando a liberdade do ar e a prisão dos homens, extensas filosofias aqui se debateriam se tivéssemos tempo para isso. De madrugada, muito antes de nascer o sol, e ainda bem, porque estas horas são sempre as mais frias, levantam-se

20	os trabalhadores de sua majestade, enregelados e famintos, felizmente os libertaram das cordas os quadrilheiros, porque hoje entraremos em Mafra e causaria péssimo efeito o cortejo de maltrapilhos, atados como escravos do Brasil ou récua de cavalgadas. Quando de longe avistam os muros brancos da basílica, não gritam, Jerusalém, Jerusalém, por isso é mentira o que disse aquele frade que pregou quando foi levada de Pêro Pinheiro a pedra a Mafra, que todos <u>estes</u> homens são cruzados numa nova cruzada, que cruzados são <u>estes</u> que tão pouco sabem da sua cruzadia. Fazem alto os quadrilheiros, para que desta eminência possam os trazidos apreciar o amplo panorama no meio do qual vão viver, à direita o mar onde navegam as <u>nossas</u> naus, senhoras
25	do líquido elemento, em frente, para o Sul, está a famosíssima serra de Sintra, orgulho de nacionais, inveja de estrangeiros, que daria um bom paraíso no caso de Deus fazer outra tentativa, e a vila, lá em baixo na cova, é Mafra, que dizemos eruditos ser isso mesmo o que quer dizer, mas um dia se hão-de rectificar os sentidos e naquele nome será lido, letra por letra, mortos, assados, fundidos, roubados, arrastados, e não <u>sou eu</u> , simples quadrilheiro às ordens, quem a tal leitura se vai atrever, mas sim um abade beneditino a seu tempo, e essa será
30	a razão que tem para não vir assistir à sagração da bisarma, porém, não <u>antecipemos</u> , ainda há muito trabalho para acabar, por causa dele é que <u>vocês</u> vieram das longes terras onde <u>vivíeis</u> , não <u>façam</u> caso da falta de concordância, que a <u>nós</u> ninguém <u>nos</u> ensinou a falar, <u>aprendemos</u> com os erros dos <u>nossos</u> pais, e, além disso, <u>estamos</u> em, tempo de transição, e <u>agora</u> que já <u>viram</u> o que <u>vos</u> espera, <u>sigam</u> lá para adiante, que <u>nós</u> , ficando <u>vocês entregues</u> , <u>vamos</u> buscar mais.
José Saramago, <i>Memorial do Convento</i>	

Doc. 5

3.2. A SEQUÊNCIA TEXTUAL EXPLICATIVA

Considera o texto seguinte.

O QUE É O GELO SECO?

Se já assistiu a algum espetáculo de palco, é provável que tenha visto gelo seco a ser utilizado. É isso que é bombeado para o palco para simular neblina e nevoeiro, ou, no geral, para dar ao lugar um aspeto impressionante; mas o que é e como é feito?

Na realidade, o gelo seco é dióxido de carbono líquido altamente pressurizado que foi congelado a uma temperatura de -78,5 graus Celsius. A principal vantagem de se utilizar dióxido de carbono é que, quando aquece, fica sublimado, o que significa que muda de sólido para gás sem se tornar um líquido. Por isso, se o aquecer e bombear sobre um palco, vai transformar-se imediatamente em neblina fantástica, em vez de encharcar o chão.

Também é muito útil para embalar produtos congelados que têm de permanecer frios porque, quando aquece, torna-se gasoso em vez de húmido.

Quero Saber (09/12/2014) in <http://querosaber.sapo.pt/ciencia/o-que-e-o-gelo-seco>

1. Lê o texto com atenção.
2. Faz o levantamento de aspetos contextuais, temáticos e funcionais.

Itens	Respostas (<i>Proposta de solução</i>)
Tipo de discurso	<i>Jornalístico (revista Quero Saber)</i>
Género textual	<i>Artigo de divulgação científica</i>
Local da publicação	<i>Revista Quero Saber (em linha)</i>
Data da publicação	<i>09/12/2014</i>
Autor	<i>Sem referência ao autor</i>
Destinatário (público alvo)	<i>Público em geral (não especializado)</i>
Objetivo	<i>Explicar o que é o gelo seco</i>

3. Relê o texto e considera as seguintes tarefas.
 - 3.1. A que pergunta responde o texto? Retira do texto as proposições que apontam para essa pergunta. *'O QUE É O GELO SECO?'* / *'o que é e como é feito [o gelo seco]?'*
4. Resolução do problema apresentado.
 - 4.1. Em que parte do texto se resolve a pergunta (o problema)? *Nos segundo e terceiro parágrafos.*
 - 4.2. Identifica as proposições que procuram responder ao problema.

O gelo seco é:

- *dióxido de carbono líquido altamente pressurizado que foi congelado a uma temperatura de -78,5 graus Celsius*
- *o dióxido de carbono (...) quando aquece, fica sublimado, o que significa que muda de sólido para gás sem se tornar um líquido*
- *[dióxido de carbono] se o aquecer e bombear sobre um palco, vai transformar-se imediatamente em neblina fantástica, em vez de encharcar o chão*
- *muito útil para embalar produtos congelados que têm de permanecer frios porque, quando aquece, torna-se gasoso em vez de húmido*

5. Conclusão.
 - 5.1. O texto possui conclusão? *Não*
 - 5.2. Formula (ou reformula) a conclusão para este texto.

O gelo seco é, portanto, dióxido de carbono líquido pressurizado e congelado que aquecido se torna gasoso (e não líquido)

6. Procura restabelecer a estrutura desta explicação.

i) Apresentação do objeto problema (o gelo seco utilizado em efeitos de neblina no palco); ii) questionamento (o problema: o que é o gelo seco); iii) resolução do problema (explicação do problema / resposta à pergunta 'o que é o gelo seco?'); iv) conclusão (avaliação síntese da resposta).

7. Os recursos linguísticos.
 - 7.1. Faz o levantamento dos conectores existentes nos segundo e terceiro parágrafos do texto e aponta a relação que estabelecem (valor), preenchendo o quadro seguinte:

Conector	Valor (relação)
<i>Na realidade</i>	<i>Reforçativo</i>
<i>Quando</i>	<i>Temporal</i>
<i>Por isso</i>	<i>Consequência</i>
<i>Também</i>	<i>Adição</i>
<i>Para</i>	<i>Final</i>
<i>Porque</i>	<i>Causal</i>
Nota: O alunos poderão consultar o quadro dos conectores constante do manual escolar, o quadro de Lopes & Carapinha (2013: 96-97) ou o quadro de Mateus et al. (2003:	

- 7.2. Substitui estes conectores por outros de valor equivalente. Inclui também neste exercício a tua conclusão (do exercício 5.2.).

Com efeito, o gelo seco é dióxido de carbono líquido altamente pressurizado que foi congelado a uma temperatura de -78,5 graus Celsius. A principal vantagem de se utilizar dióxido de carbono é que, assim que aquece, fica sublimado, o que significa que muda de sólido para gás sem se tornar um líquido. Por conseguinte, se o aquecer e bombear sobre um palco, vai transformar-se imediatamente em neblina fantástica, em vez de encharcar o chão.

É igualmente muito útil para embalar produtos congelados que têm de permanecer frios porque, logo que aquece, torna-se gasoso em vez de húmido.

O gelo seco é, assim, dióxido de carbono líquido pressurizado e congelado que aquecido se torna gasoso (e não líquido).

Nota: Dever-se-á insistir que, devido à natureza lógica da sequência explicativa, existem nexos de causa-efeito, e por isso são privilegiados conectores causais, o que não invalida a ocorrência de outro tipo de conectores. Poderá ser oportuno rever a subordinação.

- 7.3. Atenta novamente nos segundo e terceiro parágrafos. Faz o levantamento de todas as forma verbais e nota em que pessoa estão.

é, foi congelado, é, aquece, significa, muda, vai transformar-se, é, têm, aquece, torna-se, é, se torna / 3ª p. sing.

- 7.4. Qual é o tempo verbal predominante? Qual é o seu valor?

Presente do indicativo com valor atemporal (da verdade deste fenómeno que não se vincula apenas no tempo presente, no 'hoje, agora')

- 7.5. Identifica marcas enunciativas no texto. Algumas categorias poderão não ocorrer.

Marcas de enunciação (coordenadas enunciativas eu-tu-aqui-agora)	Exemplos da sequência explicativa
Dêixis pessoal: 1ª p. sing. (eu)	-
Dêixis pessoal: 1ª p. pl. (nós)	-
Dêixis pessoal: 2ª p. (tu, vós)	<i>assistiu, que tenha</i>
Dêixis temporal (agora, T ₀)	-
Dêixis espacial (aqui)	-
Conectores causais e de consequência	<i>por isso, porque</i>
Negação (não+V.)	-
Modalidade epistémica (grau de certeza/possibilidade)	-
Citações/referência a outras fontes	-
Pergunta retórica	-

- 7.6. Partindo das questões 7.3., 7.4. e 7.5., a que conclusão chegas sobre a sequência explicativa? *Recurso preferencial pela 3ª pessoa, sem marcas do 'eu', presença da 2ª pessoa, pois pretende-se explicar um fenómeno, de forma objetiva (a um 'tu'), sem interferência de um ponto de vista pessoal. O autor (o locutor) é apenas um mero observador externo dos factos.*

7.6. Léxico. Qual é classe de palavras dominante? *Nomes (terminologia relacionada com o fenómeno); léxico com valor denotativo e objetivo*

8. Onde podemos encontrar este tipo de sequência?

Revistas especializadas, wikipédia, enciclopédias, manuais escolares (artigos científicos e de divulgação científica; explicação de fenómenos, regras gramaticais), respostas em testes de avaliação, exposições

9. Procura formular uma síntese sobre a sequência explicativa, tendo em consideração

- o objetivo da sequência,
- a estrutura,
- as marcas enunciativas de pessoa,
- os conectores,
- o tempo verbal,
- o léxico.

(a resposta consta das questões anteriores)

Como exercício de aplicação, poder-se-á pedir aos alunos para responderem às questões anteriores (ou uma a seleção) sobre o fragmento seguinte, “A chamada da flor”. Esta tarefa poderá ser solicitada como trabalho de casa.

A chamada da flor

Algumas flores tropicais refletem o som, permitindo que os morcegos que procuram néctar consigam facilmente encontrá-las.

Texto de SUSAN MCGRATH

(...)

Que razão leva as plantas a investirem tanto na capacidade de atrair e recompensar os morcegos?

“Porque os morcegos são os polinizadores mais eficazes”, explica Ralph Simon. “Eles valem o esforço.”

Um estudo conduzido em 2010 pelo ecólogo Nathan Muchhala, da Universidade de Missouri-Saint Louis, comparando beija-flores e morcegos nectarívoros do Equador, concluiu que os morcegos depositam, em média, dez vezes mais grãos de pólen do que as aves. E percorrem distâncias longas enquanto os beija-flores depositam o pólen recolhido num raio de cerca de duzentos metros. O transportador de mais longa distância entre os morcegos nectarívoros, o *Leptonycteris curasoae*, procura alimento em locais que distam até 50 quilómetros do seu abrigo. O longo alcance dos morcegos confere grande vantagem às plantas da floresta tropical, que frequentemente se encontram dispersas em densidades baixas. Esta polinização de grande alcance torna-se ainda mais importante à medida que as florestas vão ficando fragmentadas pela desflorestação. (...)

National Geographic Portugal, julho 2014 (texto com supressões)

3.3. A SEQUÊNCIA TEXTUAL ARGUMENTATIVA

Nota: Para a primeira atividade, deverão ser fornecidos, pelo menos, dois textos (ou fragmentos textuais) aos alunos: um com dominante argumentativa (Doc. 1) e um segundo com outra sequência dominante (Doc. 2). Poderão ser usadas as sequências explicativas da unidade anterior ou outra de outro tipo, com fontes

diversas (literárias, jornalísticas, etc.). Por falta de espaço, vamos integrar aqui apenas o texto com dominante argumentativa.

SEMPRE 'ON'?

PRECISA DE UMA DIETA DIGITAL

Os dispositivos eletrónicos vão connosco para todo o lado. Já não sabemos jantar, passar férias, nem sequer conviver com amigos sem eles. Precisamente por isso, aprender a desconectar é uma necessidade e uma tendência mundial com cada vez mais adeptos. Saiba o que revelam as pesquisas e descubra o segredo para não passar ao lado dos momentos que realmente contam.

CLARA SOARES

“Não consigo viver/contigo ou sem ti”. O dilema dos amantes, imortalizado no tema dos U2. É tão bom que se quer sempre mais, até ao dia em que a convivência se torna (quase) impossível. Falamos dos *gadgets* eletrónicos, extensões de nós, cidadãos digitais em conexão permanente. Que o diga Katherine Losse, ex-colaboradora do fundador do Facebook. Numa entrevista ao *The Washington Post*, ela comparou a rede social ao refrão da icónica canção dos Eagles [*Hotel Califórnia*, 1976]: Assim foi. Katherine apagou o perfil. Viria a criar um novo, mas impôs regras e limites aos tempos em modo on e offline. (...)

Mais do que demonizar a evolução digital, importa manter a soberania na relação com ela. Evocando a ex-colaboradora de Zuckerberg, Katherine Losse, o segredo é desconectar para reconectar. Retomar a sabedoria. Usar as TI (tecnologias de informação) conscientemente. Ao contrário do que canta Bono, “aprender a viver com e sem ti”.

Visão n.º 1172, 20/08/2015 (texto com supressões)

Doc. 1

(Nota: Este excerto corresponde ao título e aos 1.º e último parágrafos do artigo.)

1. Considera os Docs. 1 e 2. Identifica o texto onde há argumentação e justifica a tua opção com elementos textuais.

Pensamos que os alunos indicarão claramente o Doc. 1 e poderão referir a expressão de uma opinião, a tese, alguns argumentos, o léxico valorativo, o uso da 1ª p., os tempos verbais, etc.

2. Onde podemos encontrar argumentação? Em que momentos a podemos usar?

Cartazes (ex. da APAV), publicidade, desdobráveis (ex. do Ministério da Saúde), tribunal (defesa, acusação, sentença), nos media (artigos de opinião, críticas, colunas, debates televisivos e radiofónicos, fóruns, blogues), no Parlamento, nos discursos políticos, em situações familiares, na escola (i.e., nos discursos publicitário, judicial, jornalístico, literário, do quotidiano, escolar, etc. – em todo o lado, pois é aquilo que melhor nos caracteriza como seres racionais)

3. Considera o Doc. 1 que apresenta a expressão de uma opinião.

- 3.1. Relê o texto com atenção e faz o levantamento de aspetos contextuais, temáticos e funcionais.

Itens	Respostas (Proposta de solução)
Tipo de discurso	Jornalístico (revista Visão)
Género textual	Artigo de opinião
Local da publicação	Revista Visão (n.º 1172)
Data da publicação	20/08/2015
Autor (papel social/função)	Clara Soares (jornalista)
Destinatário (público alvo)	Público em geral, os leitores da revista (sobretudo os que estão sempre conectados e, possivelmente, os seus familiares)

Tema	<i>O uso das TI</i>
Objetivo	<i>Convencer, influenciar, levar as pessoas a fazerem um uso racional das TI</i>

3.2. Qual é a ideia que se defende (a tese)? Formula uma afirmação.

Devemos fazer um uso consciente das TI. (= 'fazer uma dieta digital') (e, implicitamente, apela-se à leitura do artigo – 'descubra o segredo para ...')

3.3. Identifica as circunstâncias que levam a este apelo.

Os gadgets estão sempre connosco (é um problema social de âmbito global), até em situações mais pessoais em que se devia disfrutar dos momentos (jantares, férias, convívios), criando uma dependência, quase uma situação de amor exacerbada (como nos versos da música dos U2). Por isso, precisarmos de uma desintoxicação digital.

3.4. Identifica os argumentos, isto é, as razões que fundamentam/justificam a afirmação (a tese).

*Necessidade de aprender a desconectar-se como uma tendência mundial
Conhecer com vários estudos sobre esta dependência
Descobrir o segredo: como desfrutar do tempo ('de momentos que realmente contam' – as férias, os amigos, a família)*

3.5. Identifica exemplo(s) que comprova(m) os argumentos.

Katherine Losse, ex-colaboradora do fundador do Facebook, que apagou o seu perfil do facebook e criou um novo com regras de uso (que incluía tempos offline)

3.6. Identifica a conclusão.

Revelação do segredo: desconectar, retomar a soberania sobre as TI, usá-las de forma consciente/racional (deixar de ser dependente; reduzir o acesso à TI = fazer uma 'dieta').

4. Escrita. Procura convencer os teus colegas da turma (e da escola/agrupamento) para um uso racional das tecnologias de informação. Escreve um texto com dominante argumentativa (um texto de opinião) que será publicado no Jornal do Agrupamento.

5. Os recursos linguísticos.

5.1. Faz o levantamento dos conectores existentes no Doc. 1 e aponta a relação que estabelecem (valor), preenchendo o quadro seguinte:

Conector	Valor (relação)
<i>nem</i>	<i>adição</i>
<i>por isso</i>	<i>consequência</i>
<i>(é tão...) que</i>	<i>consequência</i>
<i>mas</i>	<i>contraste, oposição</i>

Nota: Os alunos poderão consultar o quadro dos conectores constante do manual escolar, o quadro de Lopes & Carapinha (2013: 96-97) ou o quadro de Mateus et al. (2003: 104-105).

5.2. Substitui estes conectores por outros de valor equivalente.

5.3. Considera o título do artigo: "SEMPRE 'ON'? Precisa de uma dieta digital".

5.3.1. Constrói uma frase complexa com estas duas proposições, mantendo esta ordem. (Terás de recorrer a conectores.)

Se está sempre 'on', então precisa de fazer uma dieta digital.

5.3.2. Altera a ordem das proposições, começando por 'Precisa de uma dieta digital' e constrói outra frase complexa. *Precisa de uma dieta digital porque está sempre 'on'.*

Nota: Dever-se-á insistir que, devido à natureza lógica da sequência argumentativa, são privilegiados conectores de causa-consequência, bem como contrastivos na marcação de outro movimento argumentativo (a contra-argumentação), o que não invalida a ocorrência de outro tipo de conectores.

Será oportuno mostrar que qualquer movimento argumentativo prototípico é binário e que o movimento que liga as premissas à conclusão pode obedecer a uma ordem progressiva (como em 5.3.1.) ou regressiva (como em 5.3.2.).

5.4. Identifica marcas enunciativas no texto.

Marcas de enunciação	Exemplos da sequência argumentativa
Dêixis pessoal: 1ª p. sing. (eu)	- <i>consigo</i>
Dêixis pessoal: 1ª p. pl. (nós)	- <i>connosco, sabemos, falamos, nós,</i>
Dêixis pessoal: 2ª p. (tu, vós, 'você')	- <i>precisa, saiba, descubra, contigo, ti, ti</i>
Dêixis temporal (agora, T ₀)	- <i>presente do indicativo: vão, sabemos, é, revelam, consigo, é, se torna, importa, é, canta</i>
Dêixis espacial (aqui)	-
Conectores causais e de consequência	<i>por isso, que</i>
Conectores contrastivos	- <i>mas</i>
Negação (não+V.)	- <i>não sabemos, não consigo</i>
Modalidade epistémica (grau de certeza/possibilidade) Modalidade deôntica (obrigação e permissão)	- <i>Modal. deôntica: importa manter a soberania (ordem mitigada equivalente a: tu tens / você tem de manter a soberania)</i>
Citações/referência a outras fontes	- <i>"Não consigo viver/contigo ou sem ti", "aprender a viver sem ti", os U2; Katherine Losse, Washington Post, Facebook, Zukerberg, Hotel Callifornia, os Eagles</i>
Pergunta retórica	-

5.5. Partindo deste quadro, a que conclusão chegas sobre a sequência argumentativa? *Presença das 1ª e 2ª pessoas, i.é., com marcas deícticas – eu-tu, domínio de verbos no presente do indicativo, com conectores de causa-consequência e de contraste. Pois pretende-se convencer o interlocutor (os leitores da Visão em que se inclui o 'eu') a mudar de comportamento, de forma subjetiva, com interferência de um ponto de vista pessoal e de outras vozes, como a da ex-colaboradora do Facebook, da menção da canção dos U2 e da canção dos Eagles "Hotel Califórnia". Veja-se o léxico avaliativo como dilema, amantes, impossível, permanente, icónica...*

Nota: Dever-se-á apelar para o efeito polifónico de estruturas contrastivas e de negação, bem como de perguntas retóricas, das citações, que introduzem outras vozes no texto, reforçando o ponto de vista e, logo, a argumentação. Também será interessante apelar para a capacidade dialógica desta sequência que, ao envolver diretamente, ou implicitamente, o interlocutor, ativa a interação e os vários movimentos argumentativos de um texto com dominante argumentativa. No que se refere à modalidade, poderá ser trabalhada no sentido de apelar para a sua capacidade argumentativa. Modalizadores epistémicos como:

é certo que, é indiscutível, com certeza, certamente, provavelmente, possivelmente, parece, etc., reforçam qualquer argumentação.

6. Procura restabelecer a estrutura de uma sequência textual argumentativa. *Situação inicial > Premissas (argumentos e exemplos) > (contra-argumentação) > conclusão*
7. Escrita. Retoma a questão 4. e elabora um texto de opinião sobre as dependências digitais e a necessidade da sua racionalização.
 - Deverás ter em conta questões contextuais, temáticas, estruturais e linguísticas que fomos tratando ao longo desta unidade.
 - Planifica primeiro o teu texto, preenchendo a seguinte tabela “Plano de texto...”.
 - Passa depois à textualização e, finalmente, à revisão. Para isso, poderás consultar a lista de verificação do manual para textos predominantemente argumentativos (e considerar todos os aspetos que abordámos). Não te esqueças também de que tens um quadro de conectores que facilitará a realização da tua tarefa.

PLANO DE TEXTO PREDOMINANTEMENTE ARGUMENTATIVO⁷⁸
TEXTO DE OPINIÃO⁷⁹

1ª ETAPA: REFLEXÃO

a) Tema: _____ Problema: _____

O que eu conheço sobre o tema:

O que eu penso sobre o tema:

Porquê?

O que outros pensam sobre o tema:

Porquê?

b) Destinatários possíveis:

c) Local de publicação / apresentação:

d) Síntese da reflexão:

Tema:

O meu destinatário é e quero-o convencer de
....., recorrendo a:

Argumento:	Argumento:	Argumento:
Exemplo(s):	Exemplo(s):	Exemplo(s):

2ª ETAPA: PLANIFICAÇÃO do texto (estruturação / progressão temática) (tópicos)

<p>Introdução: Parágrafo inicial: - Contextualizar - Assumir uma posição. - Clarificar a tese.</p>	<p><i>(Contextualização da situação de que se vai tratar, direcionando a abordagem, i.e., apresentando a tese).</i></p> <p><i>(A tese deve ser apresentada de modo afirmativo, clara e bem definida. Nota: pode estar na forma de interrogação.)</i></p>
<p>Desenvolvimento: Formulação de argumentos - Vários parágrafos (média: um por argumento), articulados por <u>conectores</u>, onde se enumeram os argumentos e os contra argumentos seguidos de exemplos, citações...)</p>	<p><i>(Análise/explicação da tese apresentada; exposição dos argumentos que provam a verdade da proposição: factos, exemplos, citações, testemunhos, dados estatísticos)</i></p> <p><i>(Um bom argumento é aquele que consegue trazer uma mudança, i.e., convencer o outro)</i></p>
<p>Conclusão: - Parágrafo final, onde se retoma a tese inicial, comprovada, concluindo-se, assim, o raciocínio.</p>	<p><i>(Síntese da demonstração feita no desenvolvimento)</i></p> <p><i>(A conclusão tem duas funções: i) a retoma da tese (a circularidade do texto); ii) a criação de um certo impacto no leitor/ouvinte, por isso deve procurar ser original)</i></p>

3ª ETAPA: Textualização e Revisão

Nota: Como sabes, um texto de opinião pode ter, para além da sequência argumentativa, outro tipo de sequências textuais (descritivas, narrativas, explicativas e/ou dialogais).

8. Numa etapa final, os alunos poderão comparar as suas duas produções textuais (exercícios 4. e 7.), tomando consciência da sua progressão e da estrutura e característica destes textos com predominante argumentativa.
9. Partindo do exercício 7., poder-se-ão solicitar outras tarefas de carácter oral⁸⁰, como:
 - 9.1. Uma apresentação oral, em que haverá a defesa de um ponto de vista.

⁷⁸ Documento de trabalho já testado em espaço de sala de aula com resultados relevantes.

⁷⁹ Poderemos pedir esta atividade sob forma de desdobrável para sensibilização da comunidade escolar.

⁸⁰ Todas as atividades deverão ser previamente planificadas e preparadas.

- 9.2. Um debate, à semelhança do programa televisivo Prós e Contras, com um grupo a favor e outro contra e um moderador.
- 9.3. Simulação de frente a frente, com um moderador.

Muitas são as atividades que poderão ser ativadas em espaço de sala de aula⁸¹. Para não nos alongarmos mais, apenas queremos deixar mais um exemplo de atividade que pode ser útil, visto que envolve também o domínio da Educação Literária. Passamos a enunciá-la.

1. Imagina que és o advogado de defesa do polvo (do *Sermão de Santo António aos Peixes* de António Vieira).⁸²

Redige a tua defesa. Podes evocar aspetos mais positivos na sua defesa e circunstâncias que poderão atenuar a sua culpa, de forma a que a sentença final seja mais leve. Deves também prever a refutação dos argumentos da acusação.

Em conclusão, cremos que as sequências textuais não deveriam estar programadas apenas para o 12.º de escolaridade e a dêixis só no 11.º, visto que nos parece visível a produtividade do trabalho sobre as sequências explicativa e argumentativa para um melhor domínio dos géneros textuais exigidos pelo programa, quer na sua compreensão, quer no ato de produção, escrita e oral.

⁸¹ No sentido de integrar as atividades de produção, o professor de português tem também à sua disposição o Programa do Parlamento dos Jovens, promovido pela Assembleia da República, em que se propõem, anualmente, temáticas para apresentação de resoluções que são defendidas e aprovadas (ou não) em assembleia de alunos-deputados. Para mais informações, consultar <http://www.jovens.parlamento.pt/>

⁸² Este exercício pode ser adaptado noutras situações de trabalho com o texto literário, por exemplo uma personagem faz a defesa ou a acusação de outra personagem, devidamente contextualizada.

CAPÍTULO IV – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com este trabalho, julgamos ter demonstrado a necessidade de articular o domínio das sequências textuais com a área das teorias da enunciação no contexto do ensino de língua materna. Neste âmbito, desenvolvemos uma reflexão teórica sobre a problemática das sequências textuais e sobre alguns aspectos das teorias da enunciação procurando, depois, direcioná-la para a vertente do ensino-aprendizagem.

A nossa pesquisa teve como ponto de partida a hipótese de podermos distinguir a sequência textual explicativa da argumentativa, a partir da sua ancoragem enunciativa, pois intuitivamente acreditávamos que estas duas sequências, para além da sua estrutura macroproposicional, se podiam distinguir pela maior ou menor presença de marcas deíticas e polifónicas.

A contextualização teórica, com que iniciámos este trabalho, envolveu a problematização de algumas noções, centrais para a nossa investigação: (i) uma distinção entre os conceitos de ‘texto’, ‘discurso’ e ‘enunciado’; (ii) uma reflexão sobre a complexa área da tipologia textual, que nos conduziu à caracterização da noção de ‘sequência textual’; (iii) o delineamento das propriedades e da estrutura macroproposicional das sequências explicativa e argumentativa; (iv) uma análise (forçosamente parcelar) da área das teorias da enunciação e a necessária focalização nos domínios da dêixis e da polifonia, aparato teórico de que nos servimos para a parte mais prática do nosso estudo.

Após esta reflexão teórica, apresentámos a metodologia de análise utilizada: o processo de recolha de dados e a caracterização dos informantes.

O terceiro e último capítulo faz uma leitura quantitativa e qualitativa dos dados empíricos recolhidos.

Podemos agora sistematizar algumas conclusões que podem ser retiradas a partir da análise desses dados. Os resultados do nosso estudo comprovam que, à caracterização prototípica destas sequências textuais, podemos juntar critérios enunciativos, associando os dois módulos de Adam (2012) “Enunciação (responsabilidade enunciativa) & Coesão polifónica”, (N7), e “Estrutura composicional (sequências e planos de textos)”, (N5) (vd. Quadro 6). Por um lado, a nossa investigação demonstrou que a sequência textual argumentativa evidencia, tendencialmente, mais marcas enunciativas, apontando para uma maior subjetividade e intersubjetividade do que a sequência textual explicativa que, apesar de mostrar evidências da dêixis e da polifonia, é preferencialmente definida pela fraca presença de marcas enunciativas, primando por uma maior objetividade. Por outro, os resultados obtidos, partindo de um *corpus* constituído por textos de jovens estudantes do 12.º ano, denotam que há ainda trabalho a fazer,

em aula, sobretudo no que toca à sequência argumentativa, pois nem todos exploraram as imensas virtualidades que o sistema enunciativo disponibiliza para a construção de movimentos argumentativos consistentes. A presença de três informantes (num universo de vinte e sete) que ainda recorrem a marcas deícticas num texto de dominante explicativa também indica que esta sequência deve ser mais trabalhada. Isto significa que os alunos intuitivamente têm já algum domínio das técnicas linguísticas a utilizar na produção textual, mas que há ainda espaço para a melhoria e sobretudo para uma maior consciencialização metalinguística acerca da presença e da funcionalidade da subjetividade (e das marcas linguísticas a ela associadas) em textos que são, à partida, fortemente investidos de subjetividade ou que, pelo contrário, visam a neutralidade e a objetividade.

Foi a tentativa de dar uma resposta a este desafio que nos levou à apresentação de uma proposta didática para a abordagem integrada destas questões.

Os aspetos analisados mostram, assim, a produtividade das teorias da enunciação, nomeadamente da dêixis e da polifonia, na produção e interpretação de textos. Por outro lado, e embora o domínio das sequências textuais e o domínio das teorias enunciativas abordem realidades diversas, é nosso entender que é necessário estabelecer uma interação entre estes dois níveis de análise, no plano didático, já que a heterogeneidade textual (pelo menos no que concerne a estas duas sequências) também decorre de um diferente investimento subjetivo. Do nosso ponto de vista, esta articulação poderá facilitar a compreensão e a produção de textos por parte dos alunos, possibilitando a identificação de sequências, nomeadamente da dominante, e a construção de planos textuais, orais ou escritos. Defendemos que esta pode ser uma das vias para que os alunos se tornem melhores alunos e melhores cidadãos, mais autónomos e confiantes, ao dominarem com maior confiança a leitura, a escrita e a oralidade (nos planos da compreensão e expressão).

Por último, também nos parece que este estudo se configura como uma contribuição inédita, no âmbito da linguística do Português Europeu, quer pela análise enunciativa das sequências textuais que apresenta, quer pela vertente didática que tem em consideração os novos programas de português, ainda tão pouco explorados.

Temos consciência de que o trabalho aqui apresentado constitui apenas o início de um trilha de investigação mais profundo e demorado e de que, mesmo na área em análise, muito ficou ainda por fazer, não só devido às limitações impostas a um trabalho desta natureza, mas também porque a área que tomámos como objeto de estudo é ampla e difícil de sistematizar.

Em trilhos de investigação futura, pensamos que, no estudo dos géneros textuais, haveria a necessidade de um trabalho sobre as sequências textuais que os constituem prototipicamente, o que ajudará na leitura e na produção dos vários géneros, sobretudo os géneros exigidos pelos novos Programas e Metas de Português do 3.º ciclo do ensino básico e do ensino secundário. Esta investigação passaria, para além do reconhecimento da sequência textual dominante, pela função das sequências de outro tipo na sequência dominante, pela articulação da dominante com as outras sequências e pela capacidade de os géneros se renovarem, tendo em consideração o recurso às sequências textuais. De qualquer modo, gostaríamos que este trabalho auxiliasse, ainda que apenas como fonte de inspiração, outros professores de português.

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, Maria Elisete (2000). *La deixis en Portugais et en Français*. Paris: Éditions Peeters.
- ADAM, Jean-Michel (1985). Quels types de textes? In: *Le Français dans le Monde*, 192, pp. 39-43.
- ADAM, Jean-Michel (1987). Textualité et séquentialité. L'exemple de la description. In: *Langue française*. N°74, pp. 51-72. Disponível em:
http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/lfr_0023-8368_1987_num_74_1_6435
[acedido em 24-06-2014]
- ADAM, Jean-Michel (1991). Cadre théorique d'une typologie séquentielle. In: *Études de Linguistique Appliquée*, 83, pp. 7-18.
- ADAM, Jean-Michel (1992). *Les textes: types et prototypes*. Paris: Nathan.
- ADAM, Jean-Michel (1997). Genres, textes, discours: pour une reconception linguistique du concept de genre. In: *Revue belge de philologie et d'histoire*, T. 75 fasc. 3, pp. 665-681. Disponível em linha em http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/rbph_0035-0818_1997_num_75_3_4188 [acedido em 24-06-2014]
- ADAM Jean-Michel (1999). *Linguistique textuelle. Des genres de discours aux textes*. Paris: Nathan.
- ADAM, Jean-Michel (2008). *A Lingüística Textual – Introdução à análise textual dos discursos*. São Paulo: Cortez Editora.
- ADAM, Jean-Michel (2005). La notion de typologie de textes en didactique du français: une notion 'dépassée'? In: *Recherches*, 42, pp. 11-23.
- ADAM, Jean-Michel (2006). Texte, contexte et discours en questions. Réponses de Jean-Michel Adam. In: *Pratiques*, 129-130, pp. 21-34.
- ADAM, Jean-Michel (2012). Analyse textuelle des discours: niveaux ou plans d'analyse. In: *Filologia e Linguística Portuguesa*, 14(2), pp. 191-202. Disponível em <http://www.revistas.usp.br/flp/article/viewFile/59909/63018> [acedido em 12-01-2015]
- ARMANGAUD, Françoise (1985). *La Pragmatique*. Paris: PUF, col. Que sais-je?
- AUTHIER-REVUZ, Jacqueline (1978). Les formes du discours rapporté: Remarques syntaxiques et sémantiques à partir des traitements proposés. In: *DRLAV* 17, pp. 1-78.
- BALLY, Charles (1965). *Linguistique générale et linguistique française*. Bern: Francke.
- BASSOLS; Margarida & TORRENT, Anna M. (2003). *Modelos textuales. Teoría y práctica*. Barcelona: Eumo/Octaedro.
- BENVENISTE, Émile (1966). De la subjectivité dans le langage. In: Emile Benveniste, *Problèmes de Linguistique Générale I*. Paris: Gallimard, pp 258-266.
- BEVENISTE, Émile (1970). L'appareil formel de l'énonciation. In: *Langages*. n° 17, pp. 12-18.
- BENVENISTE, Émile (1976). *O Homem na Linguagem. Ensaios sobre a instituição do sujeito através da fala e da escrita*. Lisboa: Arcádia.
- BENVENISTE, Emile (1989). *Problemas de Lingüística Geral II*. Campinas: Pontes.
- BRETON, Philippe & GAUTHIER, Gilles (2001). *História das Teorias da Argumentação*. Lisboa, Editorial Bizâncio.
- CHARAUDEAU, Patrick & MAINGUENEAU, Dominique (2002). *Dictionnaire d'Analyse du Discours. Paris: Seuil*.
- COLTIER, Danielle (1986). Approches du texte explicatif. In: *Pratiques*, 51, pp. 3-22. Disponível em linha em: http://www.pratiques-cresef.com/p051_co1.pdf [acedido em 29-12-2014]
- COUTINHO, Maria Antónia (2008). Marcadores discursivos e tipos de discurso. *Estudos de Linguística* 2. Lisboa: Edições Colibri/CLUNL, pp. 193-210.
- COUTINHO, Maria Antónia (2012). Dos géneros de texto à gramática. In: *Delta*, 28, 1. São Paulo. Disponível em linha em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-44502012000100002 [acedido em 24-06-2014]
- CUNHA, Doris de Arruda (1999). A linguística da enunciação e o ensino da língua portuguesa no Brasil. In: *Revista do Gelne*, 1, pp. 45-48.
- DIJK, Teun A. (1992). La ciencia del texto. *Un enfoque interdisciplinario*. Barcelona: Paidós.

- DUARTE, Inês (2003). Aspectos linguísticos da organização textual. In MATEUS, Maria Helena *et al.* (2003). *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa: Caminho, 7ª ed., pp. 85-123.
- DUCROT, Oswald & SCHAEFFER, Jean-Marie (1995). *Nouveau Dictionnaire Encyclopédique des Sciences du Langage*. Paris: Éd. du Seuil.
- FLORES, Vladimir & *al.* (2008). *Enunciação e gramática*. São Paulo: Editora Contexto.
- FLØTTUM, Kjersti. La dimension énonciative dans les typologies textuelles. Disponível em [http://www.hum.au.dk/romansk/polyfoni/XIV %20congres/KjerstiFlottum.htm](http://www.hum.au.dk/romansk/polyfoni/XIV%20congres/KjerstiFlottum.htm) [acedido em 24-06-2014]
- FLØTTUM, Kjersti (s.d.). Polyphonie et typologies revistées. Pp. 1-30. Disponível em <http://ojs.ruc.dk/index.php/poly/article/view/2422> [acedido em 24-06-2014]
- FLØTTUM, Kjersti (2001). Les liens énonciatifs: tentative d'une nouvelle typologie. In: *Polyphonie-linguistique et littéraire*, n.º III. Roskilde: Samfundslitteratur Roskilde, pp. 67-86.
- FLØTTUM, Kjersti (2010). A linguistic and discursive view on climate change. In: *ASP*, 58. Disponível em <http://asp.revues.org/1793> [acedido em 10-02-2015]
- FLØTTUM, Kjersti & DAHL, Trine (2012). "Different contexts, diferente "stories"? A linguistic comparison of two development reports on climate change" in *Language and Communication*, 32(1). Disponível em http://brage.bibsys.no/xmlui/bitstream/id/317248/Flottum_Dahl.pdf [acedido em 10-02-2015]
- FLØTTUM, Kjersti & DAHL, Trine (2014). IPCC communicative practices: A linguistic comparison the Summary of Policymakers 2007 and 2013. In: *LSP Journal*, Vol. 5, nº2. Disponível em <http://ej.lib.cbs.dk/index.php/lspcog/article/view/4646> [acedido em 10-02-2015]
- FONSECA, J. (1991). Heterogeneidade na língua e no discurso. In: *Línguas e literaturas*. Vol. III Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp. 261-304. [acedido em 20-07-2014]
- FONSECA, J. (1992). *Linguística do Texto/Discurso. Teoria, descrição, aplicação*. Lisboa: ICALP.
- FONSECA, F. I. (1996). Deixis e pragmática linguística. In: Isabel Hub Faria e *al.* (orgs.), *Introdução à Linguística Geral e Portuguesa*. Lisboa: Caminho, pp. 437-448.
- GRÁCIO, Rui A (1993). Introdução à tradução portuguesa. In: Chaïm Perelman. *O Império Retórico: Retórica e Argumentação*. Porto: Asa, pp. 5-11.
- GUESPIN, L. (1971). Problématique des travaux sur le discours politique. In *Langages*, 23. [acedido em 20-07-2014]
- GUESPIN, Louis (1985). Nous, la langue et l'interaction. In : *Mots*, vol. 10, pp. 45-63. Disponível em linha em http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/mots_0243-6450_1985_num_10_1_1184 [acedido em 16-08-2014]
- HALLIDAY, M. A. K. & HASAN, Ruqaiya (1976). *Cohesion in English*. New York: Longman, 1976
- HALTÉ, Jean-François (1988). Trois points de vue pour enseigner les discours explicatifs. In : *Pratiques* n.º 56, pp. 3-10. Disponível em linha em <https://hchicoine.files.wordpress.com/2008/05/haltc3a9-1988-enseigner-discours-explicatifs-discursif.pdf> [acedido em 20-07-2014]
- KERBRAT-ORECCHIONI, C. (1980). *L'énonciation. De la subjectivité dans le langage*. Paris: Armand Colin.
- KERBRAT-ORECCHIONI, C. (2009). *L'énonciation*. Paris : Armand Colin.
- JOHANSSON, Marjut & SUOMELA-SALMI, Eija (2011). Énonciation. French pragmatic approach(es). In : Jan Zienkowski et al. (Eds.), *Discursive Pragmatics*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, pp. 71-101.
- LEVINSON, S. (2004). Deixis. In: Horn & Ward (eds.), *The Handbook of Pragmatics*. London: Blakwell, pp. 97-121.
- LIMA, José Pinto (2006). *Pragmática Linguística*. Lisboa: Caminho.
- LOPES, A.C.M. (1997). A argumentação: uma área de investigação pluridisciplinar. In: *Revista Portuguesa de Filologia* vol. XXI, pp. 157-176.
- LOPES, A.C.M. (2006). Antes e sempre. In: *XXI Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*. Lisboa: APL, pp. 12-22.
- LOPES, A.C.M. & CARAPINHA, Conceição (2004). Contributos para uma análise semântico-pragmática das construções como *assim*. In: *Seminários de linguística 5*. Faro: Univ-Algarve – FCHS, pp 57-79.
- LOPES, A.C.M. & CARAPINHA, Conceição (2013). *Texto, coesão e coerência*. Coimbra: Almedina (Col. Almedina/CELGA).
- LOPES, A.C.M. & RIO-TORTO, Graça (2007). *Semântica*. Lisboa: Editorial Caminho.

- LOPES, Óscar (1985). Algumas peculiaridades do Português, e especialmente do Português europeu, que importam à teoria da semântica linguística universal. In: *Actas do Congresso sobre a situação actual da Língua Portuguesa no mundo*, vol. I. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, pp. 85-104.
- MAINGUENEAU, Dominique (1991). *L'analyse du discours, introduction aux lecteurs*. Paris: Hachette.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio (2002). Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: Ângela Dionísio & al.. *Gêneros Textuais & Ensino*. Rio de Janeiro: Editora Lucerna.
- MATEU, Juan Antonio (1994). *La deixis: Egocentrismo y subjetividad en el lenguaje*. Murcia:Universidade de Murcia.
- MATEUS, Maria Helena et al. 2003. *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa: Caminho, 7ª ed.
- MEY, Jacob (1993). *Pragmatics*. Blackwell Publishing.
- MIRANDA, Florencia (2012). Os gêneros de texto na dinâmica das práticas de linguagem. In: Cadernos Cenpec. S. Paulo, pp. 121-139. Disponível em linha em http://www.clunl.edu.pt/resources/docs/grupos/gramatica/publicacoes/96_120_1_pb.pdf [acedido em 20-07-2014]
- MOESCHLER, Jacques (1992). Une, deux ou trois négations?. In : *Langue française*, n.º 94, pp. 8-25. Disponível em http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/lfr_0023-8368_1992_num_94_1_5799 [acedido em 16-08-2014]
- MOESCHLER, Jacques & REBOUL, Anne (1994). *Dictionnaire Encyclopédique de Pragmatique*. Paris: Éditions du Seuil.
- NASCIMENTO, Mª Fernanda Bacelar (2013). Tipologias textuais. In: Eduardo Raposo & al. (2013). *Gramática do Português*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 1747-1750.
- PETITJEAN, André (1989). Les typologies textuelles. In : *Partiques* 62, pp. 86-125.
- RABATEL, Alain & CHAUVIN-VILENO, Andrée (2006). La question de la responsabilité dans l'écriture de presse. In : *Semen*, n.º 22. Disponível em <http://semen.revues.org/2792> [acedido em 16-08-2014]
- RAPOSO, Eduardo & al. (2013). *Gramática do Português*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, vol. I e II.
- ROULET, Eddy, FILLIETTAZ, Laurent & GROBET, Anne (2001). *Un modèle et un instrument d'analyse de l'organisation du discours*. Berne: p. Lang, collection "Sciences pour la communication".
- SILVA, Paulo (2012). *Tipologias textuais. Como classificar textos e sequências*. Coimbra: Almedina (Col. Almedina/CELGA).
- STUBBS, M. (1983). *Discourse Analysis. The Sociolinguistic Analysis of Natural Language*. London: Blackwell.
- VILELA, Mário (1999). *Gramática da Língua Portuguesa: Gramática da Palavra, Gramática da Frase, Gramática do Texto*. Coimbra: Almedina.
- VION, Robert (2005). Séquentialité, interactivité et instabilité énonciative. In : *Cahier de praxématique* 45. Pp. 25-50. Disponível em <https://praxématique.revues.org/111> [acedido em 16-08-2014]
- VION, Robert (2007). Dimensions énonciative, discursive et dialogique de la modalisation. In : *Linguas & Letras*, n.º 15, pp. 193-224.
- Werlich, E. (1975). *Typologie der Texte. Entwurf eines textlinguistischen Modells zur Grundlegung einer Textgrammatik*. Heidelberg: Quelle und Meyer.
- Programa e Metas de Português do Ensino Secundário. Disponível em <http://www.dge.mec.pt/programas-e-metas-curriculares-lista-alfabetica>
- Dicionário Terminológico (Ensino Básico e Secundário). Disponível em <http://dt.dge.mec.pt/>